

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA-UFU

AURICHARME CARDOSO DE MOURA

**TRAJETÓRIAS, MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES
RURAIS DO PROJETO JAÍBA, M.G.**

Uberlândia

2014

AURICHARME CARDOSO DE MOURA

**TRAJETÓRIAS, MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES
RURAIS DO PROJETO JAÍBA, M.G.**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida

Uberlândia

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M929t Moura, Auricharme Cardoso de, 1989-
2013 Trajetórias, memórias e experiências dos trabalhadores
rurais do projeto Jaíba, M.G. / Auricharme Cardoso de Moura.
-- 2013.
163 f. : il.

Orientador: Paulo Roberto de Almeida.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Trabalhadores rurais - Teses. 3
Agricultura familiar - Jaíba, Serra de (MG) - Teses. I.
Almeida, Paulo Roberto de. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III.
Título.

CDU:930

AURICHARME CARDOSO DE MOURA

**TRAJETÓRIAS, MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES
RURAIS DO PROJETO JAÍBA, M.G.**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Uberlândia, Fevereiro de 2014

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida (Orientador)

Prof. Dr. Laurindo Mékie Pereira (UNIMONTES)

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais (UFU)

“Descansa meu filho”, “saia um pouco”, “quando você vem me ver?”, “estou com saudades”. O tempo e distância me ajudaram a interpretar a intensidade e significado dessas palavras declaradas cotidianamente. À minha mãe, Enézia Benedita da Silva, dedico este trabalho, por viver e compartilhar comigo um sonho que ora se torna realidade.

AGRADECIMENTOS

A fé é o firme fundamento das coisas que se esperam, e a prova das coisas que não se veem (Hb. 11-1). Nos momentos de solidão e angústia, Deus sempre esteve comigo, me dando forças para continuar. Agora, no momento de alegria, agradeço primeiramente a Ele por esta realização.

Agradeço, de forma singela e especial, à minha família. À minha mãe, Enézia Benedita da Silva, pelo amor incondicional, e à minha irmã, Adelange Cardoso da Silva, por me fazer acreditar em meus propósitos e sonhos em momentos difíceis.

Aos meus tios Weliton e Neci. O acolhimento e carinho de vocês após meu retorno para Jaíba foram muito importantes para que eu entendesse o verdadeiro valor da palavra solidariedade. Pelos conselhos e todo tipo de ajuda a mim oferecida, meus eternos agradecimentos e admiração.

Ao meu pai, Aurindo Cardoso de Moura, homem do campo que diariamente luta para sobreviver neste chão cheio de adversidades. Sua determinação garante o sustento de sua família e é exemplo a ser seguido.

Agradeço a Rangel Rabelo pelos diálogos enriquecedores. Ao amigo Andrey Lopes, que é filho de Jaíba e que muito se preocupa com o bem estar e progresso social desta cidade. Meu reconhecimento ainda pela ajuda de Luciene Rodrigues que é uma referência essencial para se entender a dinâmica social e econômica do projeto Jaíba.

Meu sincero apreço a Eduardo Rodrigues e a Valmiro Ferreira. A ajuda dispensada a mim em forma de livros, dicas e palavras contribuiu enormemente para o meu crescimento pessoal e acadêmico. Espero algum dia poder retribuir.

Sair do Norte de Minas em direção a uma grande cidade do Triângulo Mineiro foi uma decisão mediada por dúvidas. Logo as incertezas e medos foram diminuindo graças ao “convívio republicano” com Valéria de Jesus Leite e Tadeu Pereira dos Santos. Dizer o que vocês representam para mim em um parágrafo é difícil, se não impossível. Através de nossas conversas, brincadeiras, discussões acadêmicas e “faxinas do sábado”, aprendi o valor de uma verdadeira amizade.

Ao meu eterno orientador Roberto Mendes Ramos Pereira, obrigado por acreditar em mim quando eu próprio já tinha desistido de cursar uma pós-graduação. Seu exemplo de “ser” humano influencia e melhora a essência de todos os que estão a sua volta.

A todos os professores da Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais do PPGHIS/UFU pelas aulas ministradas, apontamentos e exemplo de intelectuais comprometidos com as questões do nosso tempo. Aos secretários, Stenio e Josy, por resolverem nossas pendências em tempo hábil.

Não poderia esquecer a contribuição e paciência do meu orientador, Paulo Roberto de Almeida, que sempre se mostrou disposto a apontar pontos importantes da realidade social e como poderia explorá-los. Obrigado por entender minhas limitações e, principalmente, por me ajudar a superá-las.

A banca de qualificação composta por Rinaldo José Varussa e Sérgio Paulo Moraes, que em muito contribuíram para o resultado final desta dissertação. Espero ter correspondido às expectativas que emergiram em cada arguição que vocês fizeram.

A escrita desta dissertação em um curto tempo seria improvável sem a ajuda financeira da Capes. Agradeço a esta instituição por ter permitido que eu me dedicasse exclusivamente ao estudo, sonho tão distante da maioria dos brasileiros.

Finalmente, e não menos importante, agradeço, de forma especial, a todos os pequenos produtores rurais do projeto Jaíba, que abriram as portas de suas casas para compartilharem um pouco de suas trajetórias e experiências. Espero que quando ouvirem ou lerem estas linhas vocês se reconheçam e se orgulhem desta pesquisa na qual são os protagonistas.

“Uma coisa é por ideias arranjadas, outra é lidar com pessoas, de carne e de sangue, de mil-e-tantas misérias... tanta gente– dá susto de saber– e nenhum se sossega: todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, querendo ser importante, querendo chuva e negócios bons”.

João Guimarães Rosa

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender os modos de vida e de luta dos pequenos produtores rurais do projeto Jaíba, maior perímetro irrigado da América Latina, localizado no extremo Norte do Estado de Minas Gerais, abrangendo os municípios de Jaíba e Matias Cardoso. O projeto Jaíba está inserido no contexto nacional de expansão da fronteira agrícola e reprodução do capitalismo no campo patrocinado pelo Estado ao longo do século XX, transformando as formas de trabalhar, produzir e viver dos agricultores familiares. Ao discutir a substituição da agricultura de subsistência para a agricultura de mercado centralizo minhas arguições nas trajetórias, memórias e experiências de homens e mulheres na luta para ter e permanecer na terra em um processo que envolve a disputa por valores e espaço. Para além de observar o perímetro irrigado através de frases de efeitos e os trabalhadores rurais como força de trabalho e/ou elementos da produção, esta dissertação procura verificar como são construídas as relações sociais e produtivas dentro e fora do território em que noções de direito e cidadania são sempre pontuais.

Palavras-chave: Trabalhadores, Trajetórias, Experiências, Agricultura Familiar, Projeto Jaíba.

ABSTRACT

This study aims to understand the lifestyle and struggle of small scale farmers in the Jaíba project, within the most irrigated perimeter in Latin America and located in the extreme north of Minas Gerais covering the municipalities of Jaíba and Matias Cardoso. The Jaíba project is included in the national agricultural context of frontier expansion and reproduction of capitalism in an area sponsored by the state during the twentieth century, thus transforming the ways of working, producing and living for family farming. When discussing the replacement of agricultural subsistence with market agriculture, the plea is focused on the trajectory, the memories and the experience of the men and women in the struggle to have, and remain on the land involved in a dispute over values and space. In more than observing the irrigated perimeter through phrases of effect, and the rural workers as the labor force and/or elements in production, this dissertation seeks to verify how the social and productive relations are constructed within, and outside the territories where notions of rights and citizenship are always punctual.

Keywords: Workers, Trajectories, Experience, Family Farming, Jaíba Project.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
CAPÍTULO I	
Um território, diversas memórias.....	28
CAPÍTULO II	
Terra, trabalho e família: experiências e cultura dos pequenos produtores rurais.....	64
CAPÍTULO III	
Projeto Jaíba: um olhar político.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
FONTES.....	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	158

APRESENTAÇÃO

Entre as décadas de 1960 a 1980, foi grande a interferência do Estado no espaço rural brasileiro, buscando modernizar a agricultura através da introdução de máquinas, defensivos agrícolas, sementes selecionadas, adubos, entre outras técnicas, no objetivo de aumentar a produção e produtividade agrícola nacional.

É consenso, na literatura acadêmica que trata do tema, que a modernização do campo teve características ligadas ao conservadorismo, no qual não se alterou a estrutura social vigente. Foi excludente porque intensificou as desigualdades sociais no campo, trágico visto que aumentou o número de violência devido à disputa por terras, e parcial, uma vez que priorizou a região centro-sul do país.

Com um discurso de “desenvolvimento rural” e “crescimento econômico”, o Estado brasileiro aparece como grande responsável pela transferência de uma agricultura considerada tradicional para um modo comercial e rentável voltado para a acumulação e reprodução capitalista no campo. Essas transformações foram realizadas em diversas regiões do país, principalmente após a segunda metade do século XX em um processo que alterou formas de trabalho, produção, negociação e modos de vida.

Esse pequeno resumo de um debate contemporâneo envolvendo o espaço rural e a disputa por terras no Brasil tem o objetivo de direcionar o estudo para uma área específica: o Norte de Minas. Uma região historicamente marcada pela pecuária extensiva e agricultura de subsistência que recebeu vultosos recursos governamentais a partir da década de 1960 para investir no seu “progresso”, acompanhando assim a “onda desenvolvimentista nacional”.

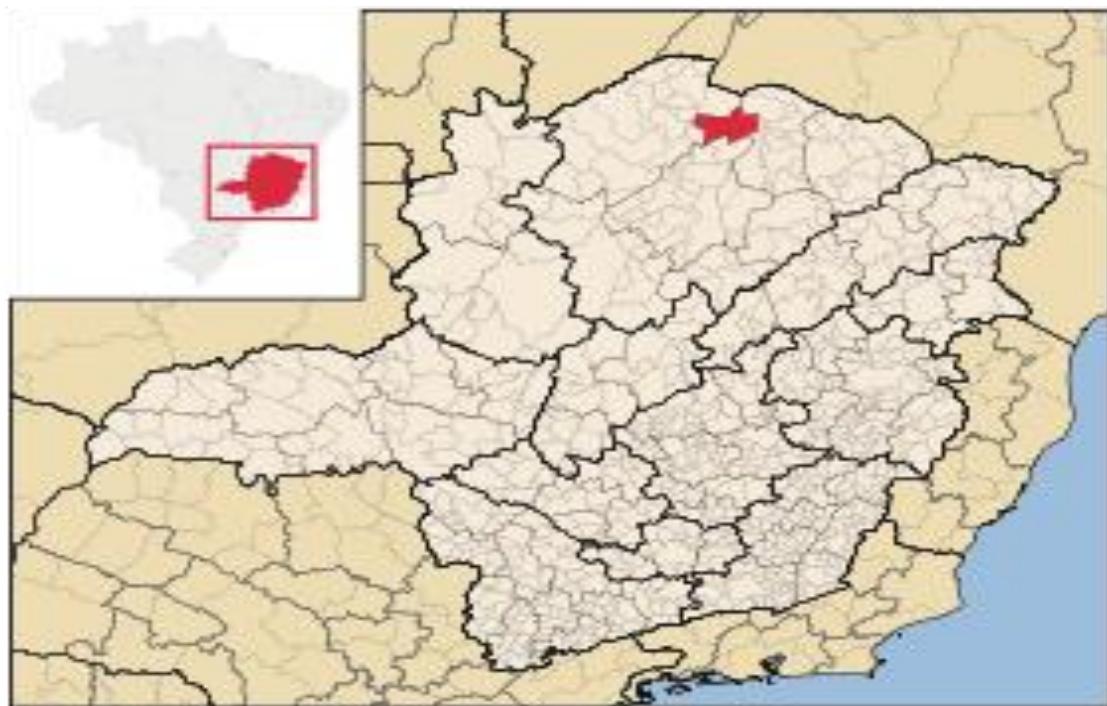
A criação de projetos de irrigação surge nesse contexto como ramificações de programas governamentais ligados a expansão e progresso da fronteira agrícola nacional. Procurando dinamizar o setor primário, secundário e terciário, o perímetro irrigado do Jaíba, que abrange os municípios de Jaíba e Matias Cardoso no extremo Norte de Minas Gerais, foi apresentado pelas autoridades políticas e econômicas como catalisador do desenvolvimento de uma região marcada pela terra seca e baixos índices de desenvolvimento humano.

Iniciado na década de 1970 como uma obra faraônica do período militar, o projeto Jaíba angariou recursos públicos através do Governo Federal em parceria com o Estado de Minas e recursos privados via Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Dividido em quatro etapas, esse empreendimento pretende

irrigar 100 mil hectares aumentando os índices produtivos e socioeconômicos da região. Até o momento (2013), estão implantadas a fase I, de responsabilidade do Governo Federal através da CODEVASF¹, e II, a cargo do governo estadual através da RURALMINAS²; as etapas III e IV estão em processo de planejamento e ainda não têm previsão de início.

Possuindo 20.000 habitantes entre trabalhadores rurais, comerciantes, servidores públicos, trabalhadores informais, entre outros, o projeto Jaíba foi construído para ser uma alternativa de geração de emprego e renda para as pessoas através da dinamização de várias atividades econômicas através da agricultura irrigada.

Esse empreendimento é abastecido pelo rio São Francisco, do qual ocorreu o desvio de água para abastecer os canais, distribuindo-a para lotes familiares e empresariais. Em decorrência da área destinada à plantação, bem como da infraestrutura instalada, o projeto Jaíba é considerado atualmente como o maior projeto de irrigação da América Latina e o segundo do mundo em área contínua irrigada.

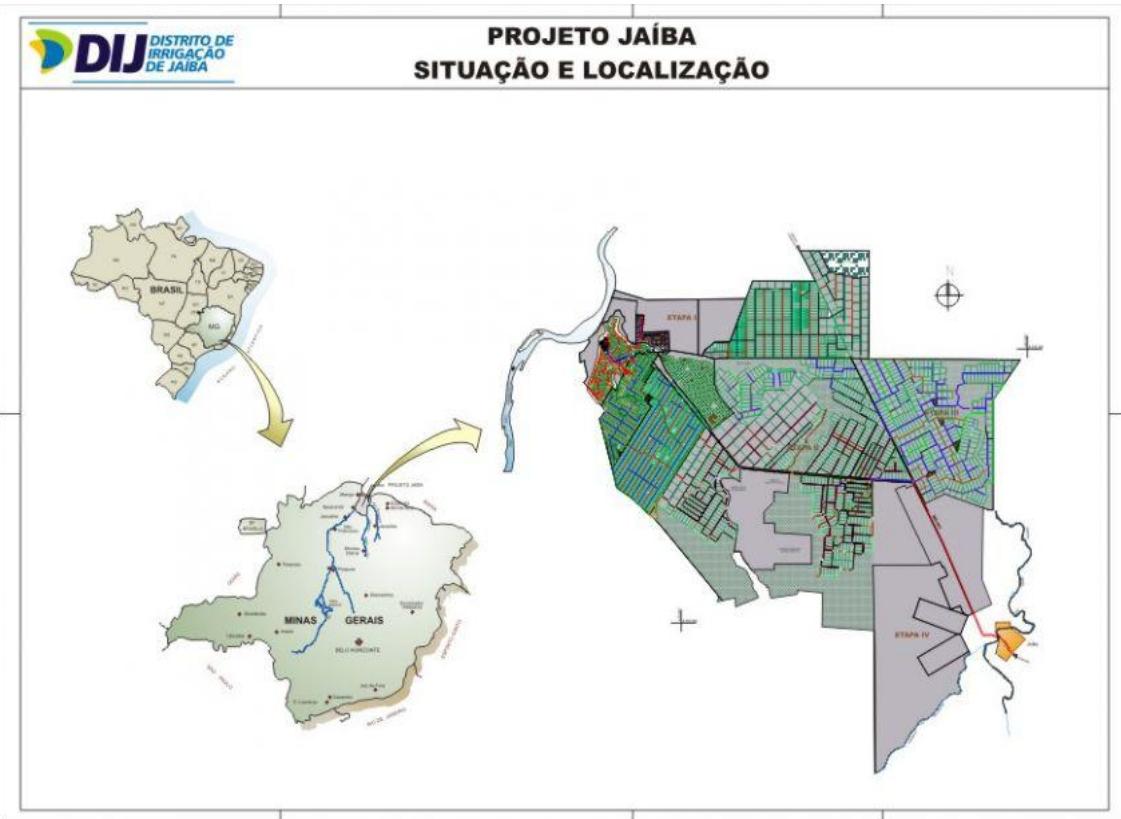


Mapa 1: Localização do município de Jaíba no Estado de Minas Gerais
Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MinasGerais_Municip_Jaiba.svg

Acesso em: 02\07\2013

¹ CODEVASF- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Alto Parnaíba

² RURALMINAS- Fundação Rural Mineira



Mapa 2: Localização do projeto Jaíba
 Disponível em: <http://www.projetojaiba.com.br/index.php/mapas>
 Acesso em: 02\07\2013

São diversos os discursos e percepções acerca do projeto Jaíba, realizados de várias formas e segundo interesses específicos de políticos, empresários, mídia e estudos acadêmicos em geral. No que se refere a estes, notamos que não existe um consenso entre as análises dos pesquisadores.

Um dos primeiros trabalhos a discutir o Jaíba foi a tese de Luciene Rodrigues.³ Nessa pesquisa, a autora faz um balanço do impacto social e econômico para a região após o surgimento do projeto Jaíba, concluindo que o Estado acabou beneficiando o capital monopolista não garantindo infraestrutura social e produtiva necessária para a permanência dos assentados na terra.

Estudando o perímetro irrigado, com um objetivo e abordagem diferente da pesquisadora acima, Gilmar Ribeiro dos Santos⁴ destaca a ofensiva de órgãos estatais

³ RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba**. Uma interpretação: 1970-1996. 337 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

⁴ SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. **Da produção de subsistência à agricultura moderna: Socialização e preparação para o trabalho no Projeto Jaíba**. 226 Fls. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

que têm como finalidade transferir a produção de subsistência para uma agricultura mercantil. Na sua concepção, o Estado brasileiro e o BIRD não possibilitaram a construção democrática de um projeto de sociedade viável contribuindo para a desorganização social e para a precariedade das condições de vida da população do projeto Jaíba.

Em uma direção oposta aos estudos anteriores citados, o livro “Uma realidade chamada Ruralminas”⁵, organizado por Antônio Claret Maia, apresenta argumentos indicando a contribuição do projeto Jaíba para o desenvolvimento rural da região Norte de Minas. O perímetro irrigado é visto como um dos mais importantes empreendimentos agrícolas do país, uma oportunidade de agronegócio, geração de emprego e fixação do homem no campo através da agricultura familiar.

A pesquisa de Cynara Geane Ruas Costa⁶ também destaca a relevância do Jaíba para o crescimento da produção e produtividade agrícola regional, bem como sua contribuição para melhoria da qualidade de vida no campo. Segundo a autora, a agricultura irrigada é a única atividade econômica capaz de modificar a infraestrutura social, produtiva e econômica da região Norte de Minas, sendo o Jaíba essencial nesse contexto.

Sabendo da contribuição de cada estudo acima para um melhor entendimento do perímetro irrigado, objetiva-se nesta pesquisa sair das análises sistêmicas e quantitativas para entrar nas reações sociais construídas por pessoas simples, de mãos calejadas, rostos enrugados, de passos lentos e com uma fala coloquial que comumente não são visitadas pela intelectualidade por serem considerados inertes, atrasados, tradicionais ou como resultado de estruturas econômicas pré-definidas.

Pesquisando histórias de agricultores em uma região da Itália Central, Maria Giuseppina Eboli⁷ salienta que conhecer as características de uma área rural significa entender articulações e trocas entre atividades agrícolas e extra-agrícolas. A autora observa que o espaço rural não é somente produção e sistemas agrícolas senão e, sobretudo, um conjunto de articulações que ligam pessoas, atividades e instituições em um território.

⁵ MAIA, Antônio Maria Claret (org). **Uma realidade chamada Ruralminas**. Belo Horizonte: Ruralminas, 2007.

⁶ COSTA, Cynara Geane Ruas. **A importância do projeto Jaíba para aumento da produção agrícola** (1988 à 1997). 71 Fls. Monografia (Bacharel em Ciências econômicas). Universidade Estadual de Montes Claros, 1998.

⁷ EBOLI, Maria Giuseppina. **Agricultura multifuncional y ruralidad**. In: Revista História e Perspectiva, nº 41. Jul\dez, 2009. Uberlândia\MG. Universidade Federal de Uberlândia, p. 23.

Os alimentos vendidos na seção de hortifrutigranjeiros dos grandes shoppings centers têm em espaços como o projeto Jaíba, e outros assentamentos rurais, seu local de produção através da agricultura familiar. Por trás dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros existem homens e mulheres que lutam, vivem e sonham com a possibilidade de ter, permanecer e produzir na terra não apenas com os seus próprios esforços, mas também através de políticas agrárias que realmente atendam às suas necessidades.

Compreender o sujeito da agricultura brasileira com seus anseios, vontades, embates, pressões e expectativas construídas cotidianamente dentro e fora do local de trabalho significa apreender o mundo rural a partir de seus construtores, e não conforme falas de agentes e agências que se colocam como autorizados a representá-los sem conhecer de fato sua realidade.

Pensar o campo pelo aspecto social e cultural significa valorizar primeiramente o sujeito e não perfis econômicos (produtividade, máquinas, adubos, número de financiamentos, etc.) ou políticos (normas, agentes mediadores, leis, decretos). Concordamos com Heloísa Helena Cardoso⁸ que entende a história social como campo de estudo que se ocupa dos processos de constituição\alteração da sociedade sendo que o eixo das preocupações são as pessoas que buscam seus espaços na dinâmica social que vivem e dela reinterpretam seu passado.

Através da análise da realidade social e das experiências dos trabalhadores, surgem novas formas de entender a sociedade diferentemente das versões propaladas pela classe dominante. A intenção não está em mostrar os contrastes, indefinições e problemas ocultados pelo discurso tido como oficial em uma espécie de “vingança dos oprimidos”, e sim trazer ao debate e análise histórica como os sujeitos vivem e interpretam o processo de transformação imposta pela modernidade e racionalidade capitalista.

Vários foram os indivíduos que chegaram ao projeto Jaíba com necessidades e motivações específicas embora compartilhassem desejos comuns como terra, trabalho e moradia. Oriundos de cidades pobres do Norte de Minas e de outros Estados, principalmente do Nordeste, os entrevistados são indivíduos que abandonaram sua

⁸ CARDOSO, Heloísa Helena. **Trabalhadores e movimentos sociais:** debates na produção contemporânea. In: Trabalho e trabalhadores na contemporaneidade: Diálogos historiográficos. Cascavel: Edunioeste, 2011, p. 102.

cidade natal à procura de melhores condições de vida através de moradia e trabalho em uma em área irrigada.

Como um dos objetivos do projeto Jaíba é ser uma célula de um programa nacional voltado para a distribuição de terras, o fio condutor desta pesquisa são as trajetórias e experiências dos agricultores familiares⁹. São homens e mulheres que dividem e constroem o espaço junto com outros trabalhadores rurais (assalariados, meeiros, arrendatários), empresários agrícolas e pessoas que sobrevivem através de atividades como comércio e prestação de serviços públicos.

Os entrevistados constituem parte representativa de um total de 1.828 pequenos produtores rurais da etapa I localizados em três povoados do projeto Jaíba, a saber: Núcleo Habitacional I (NH-I), Núcleo Habitacional II (NH-II) e Núcleo de Serviço 2 (NS2)¹⁰. A escolha da primeira etapa do Jaíba como lócus da pesquisa deve-se ao fato de 70% dos lotes serem de agricultores familiares. Embora o projeto Jaíba esteja localizado entre os municípios de Jaíba e Matias Cardoso, a área onde aconteceram as entrevistas corresponde apenas à parte pertencente ao primeiro município, uma vez que neste lugar estão inseridos os pequenos lavradores, e no segundo pratica-se uma agricultura patronal por médios e grandes produtores rurais.

As evidências pesquisadas nos fizeram optar por uma baliza temporal entre os anos de 1990 a 2013. Ao longo da década de 1990 se observam as maiores migrações em direção ao projeto Jaíba, sendo que este fato é representativo tanto nas memórias dos entrevistados quanto nos demais registros históricos analisados. O ano de 2013 fecha o recorte, já que neste ano foram realizadas as últimas entrevistas.

Ao propor, nesta dissertação, compreender a realidade social dos pequenos irrigantes do projeto Jaíba me relaciono de forma política e ideológica com suas demandas. Sendo filho de assalariados agrícolas, experienciei constantes movimentações direcionadas para povoados da região à procura de melhores condições

⁹ Por meio do artigo 3º da Lei nº. 11.326/2006 (Legislação que estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais), foi determinado que agricultor e empreendedor familiar rural são segmentos que praticam atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II- utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; III- tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

¹⁰ Na etapa I, as famílias dos pequenos agricultores ocupam as glebas (solos cultiváveis) A, B, C3, D e F, tendo a seguinte distribuição: 845 famílias na gleba A, 399 famílias na B, 57 famílias na C3, 201 famílias na D e 326 na F.

de emprego e renda, convivendo com vários moradores do perímetro irrigado ao longo da minha infância e juventude. O trabalho nas lavouras permitiu estabelecer laços de identificação com o próximo, além de uma oportunidade de vivenciar e refletir, de modo ainda imaturo, sobre a estrutura socioeconômica do espaço.

Falo da minha filiação com trabalhadores rurais para mostrar o lugar social de onde escrevo, a maneira como vejo a função da história e a necessidade de afirmar o presente como tempo em que problemáticas foram desenvolvidas para analisar o processo histórico vivido pelos sujeitos. Minha subjetividade como pesquisador obviamente é subordinada às evidências com as quais trabalhei.

Após a aprovação no curso de História na Universidade Estadual de Montes Claros, campus São Francisco, tive a oportunidade de pesquisar sobre inquietações experimentadas tempos atrás como trabalhador rural, resultando em uma monografia que salientou os contrastes existentes no perímetro irrigado.¹¹ Embora importante para compreender o Jaíba pelo viés que propus naquela ocasião, mantive-me preso a grilhões e armadilhas de categorias econômicas que desconsideram a presença e atuação dos sujeitos na constituição da história.

A entrada no mestrado em História Social na Universidade Federal de Uberlândia, linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, foi de suma importância para rever procedimentos e abordagens feitas na pesquisa de graduação, fato que contribuiu para mudar o foco da pesquisa. Uma nova forma de abordar a realidade social pode ser observada nos objetivos da linha

recuperar a experiência histórica de diversos sujeitos sociais em seus múltiplos e diversificados aspectos, entendendo como as pessoas constroem seus espaços e territórios, deixando neles suas marcas; discutir as variadas experiências dos trabalhadores analisando o seu *fazer-se* enquanto classe em seus múltiplos sentidos e práticas; refletir sobre o significado das práticas sociais diferenciadas que estão no campo das vivências, bem como no dos valores e dos interesses, a fim de entender o social como um lugar de tensões; são objetivos que compõem o universo de nossas preocupações maiores. Esses objetivos foram delineados e atrelados ao que consideramos como compromissos sociais e políticos do historiador e às formas como eles expressam maneiras de entender e fazer história.¹²

¹¹ MOURA, Auricharme Cardoso de. **Projeto Jaíba: a serviço de quem?** 61 Fls. (Monografia). Universidade Estadual de Montes Claros, Campus São Francisco, 2010.

¹² CALVO, Célia Rocha; CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Trabalho e Movimentos Sociais: histórias, memórias e produção historiográfica.** In: CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz. (Orgs.). Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 13.

O longo e contínuo processo de amadurecimento intelectual passa por procurar compreender uma realidade que se apresenta de forma complexa, plural e dinâmica. Com opções de análises através de vários ângulos e dimensões, optei nesta pesquisa por vê-la do sótão, de um lugar menos conhecido, privilegiado e frequentado; isso não significa desconsiderar a participação de outros atores sociais, apenas procurei exibir percepções diferentes sobre a constituição do processo social histórico.

A importância de diversos sujeitos no empreender as relações sociais existentes são motivos para uma produção historiográfica mais democrática que não focalize determinados atores considerados de maior valor pela sua ocupação na hierarquia social. O diálogo com pessoas que estão em uma posição menos privilegiada, mas nem por isso de relevância menor, direcionam nosso olhar para a reflexão de uma sociedade construída diariamente em meio a problemas, pressões e lutas.

Diante dessa atual conjuntura de mudanças rápidas e drásticas impostas pelo capitalismo, surgimento de tensões sociais e lutas pela sobrevivência, os trabalhadores refazem o seu modo de ser, viver e expressar. Yara Aun Khoury salienta que o desafio é passar do mundo do trabalho para o mundo dos trabalhadores, procurando identificar alternativas e aspirações destes sujeitos, destrinchar as questões da diferença, da pluralidade engendradas por um embate de forças sociais, de corpos que se opõem ou se complementam.¹³

Os anseios e disputas dos pequenos produtores rurais do Jaíba não se concentram na luta por uma memória oposta ou alternativa à tida como oficial e sim em questões urgentes e concretas como a luta por espaço e pela sobrevivência. A partir deste pressuposto emergem novas noções de tempo e lugar marcados pela convivência social, elaboração de projetos políticos e disputas por direitos que estão além da posse da terra para plantar e colher, uma vez que modos de vida também são construídos e desfeitos neste lugar.

Novas reflexões foram direcionadas para pensar como pessoas comuns são atuantes através de suas palavras e silêncios, pela ação e passividade, mudança e resistência. Imprimindo suas marcas nos lugares onde atuam, tais sujeitos elaboram, desfazem e reelaboram práticas, costumes e valores de maneira que nos ajuda a

¹³ KHOURY, Yara Aun. **Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores.** In: Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel, Paraná: Edunioeste, 2009, p. 124.

compreender cultura¹⁴ e identidade como conceitos em constante mutabilidade e movimento.

Diante dos desafios acima e na tentativa de melhor compreender a realidade vivida pelo homem do campo que reside no projeto Jaíba, foi essencial a leitura de teóricos que fazem parte da História Social Britânica como E.P. Thompson, Raymond Williams e Stuart Hall. De maneira única e complementar cada autor com suas respectivas pesquisas e reflexões contribuíram para pensar novas abordagens, métodos e concepções para a escrita historiográfica.

No objetivo de apreender trajetórias, vidas em movimento, projetos e expectativas dos trabalhadores, a noção thompsiana de experiência foi de grande valia mostrando como as pessoas vivenciam e interpretam o processo histórico bem como suas transformações. Segundo o historiador inglês

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e a seu mundo... O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados.¹⁵

A experiência como fato histórico e prática social se expressando na forma de valores, costumes, demandas, frustações e conquistas constitui ponto relevante para o objetivo deste estudo: reinserir o sujeito na história. Não que homens e mulheres simples estivessem fora ou não participem da constituição da sociedade, todavia a história tradicional, cunhada sob a efígie de “história certa”, negligenciou este fato.

Analisar o *modus vivendi* de determinada comunidade faz-se importante, no sentido de entender relações capitalistas em sua dimensão não apenas produtiva, verificando como os sujeitos lidam cotidianamente com as transformações impostas por esse sistema na contemporaneidade. Diante desse pressuposto, busca-se, neste

¹⁴ Cultura aqui é entendida a partir da definição de Déa Ribeiro Fenelon, abrangendo o termo para memória, trabalho, política, costumes, símbolos, valores e, enfim, como tudo que os homens produzem e atribuem significado. FENELON, Déa Ribeiro. Apresentação. In: MACIEL, Laura Antunes, ALMEIDA, Paulo Roberto de, KHOURY, Yara Aun.(Orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d’água, 2006, p.08.

¹⁵ THOMPSON, Edwad Palmer. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros:** Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 16.

estudo, compreender o trabalho não apenas como produtor de mercadorias, mas também como criador de linguagens, sociabilidades, percepções e valores desenvolvidos através de relações, formações, organizações e instituições.

Priorizar o *modus vivendi* significa analisar e interpretar as relações humanas para além da produção de mercadorias, se libertando da descrição fechada de procedimentos técnicos, modos de trabalho e de produção. Em suma, o que se pretende dizer é que a história individual e da sociedade vai sendo construída diante de um processo em que a produção não é apenas material, já que também é constituída de forma social e política.¹⁶

Para compreender o processo social vivido pelos pequenos lavradores, algumas questões prévias se fazem pertinentes: Quais avaliações e imagens os agricultores familiares possuem em relação ao projeto Jaíba? Quais as visões dos trabalhadores acerca do discurso desenvolvimentista referente ao perímetro irrigado? Quais desafios e expectativas surgiram no novo espaço? Que relações sociais e valores são construídos ou desfeitos? Quais lutas e pressão foram\são forjadas na constituição do lugar social? Diante das ofensivas do capitalismo no campo, como se constituem os modos de vida dos sujeitos? Existe resistência, incorporação ou negociação com os projetos da classe dominante? Como apreender o fazer-se da classe nesse processo em constante mudança?

Embora as problemáticas acima tenham como fio articulador as experiências dos sujeitos, não se procura compreendê-las como isoladas, abstratas ou como fim em si mesmas. As experiências individuais e sociais são construídas em um ambiente em que a vida no campo é marcada por constantes desafios e superações.

Entender o indivíduo em interação com a família, com a terra, o trabalho, a comunidade, agentes mediadores (associação, sindicatos, entidades representativas do Jaíba) significa avaliar a constituição do espaço e do sujeito em que a realidade não se mostra estável ou tampouco determinante no sentido de prender as pessoas em estruturas econômicas.

A condição social comum entre os sujeitos contribui para que sejam organizadas formas de atuação política na luta por direitos. Nesse sentido, procurei visualizar indícios de um fazer-se da classe que não se apresenta de modo estático ou pronto como descrito por Thompson em célebre prefácio

¹⁶ Sobre isso, ver: WILLIAMS, Raymond. Forças produtivas. In: **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1979, p. 93-97.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encaradas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.¹⁷

A história vai sendo constituída através da relação que os sujeitos estabelecem entre eles próprios e entre eles e a natureza por meio do trabalho. As relações entre os indivíduos são constituídas através de demandas e necessidades comuns a partir de contextos materiais e culturais específicos e complexos.

Não procurando realizar simplesmente uma descrição das experiências, busquei inseri-las onde realmente se localizam, ou seja, no processo de luta de classes que se manifesta na forma de ideais, costumes e projetos políticos. A realidade vivida e transmitida pelos narradores é marcada por embates e pressões por viver no campo negando assim algumas correntes intelectuais, ideológicas e midiáticas que pregam sobre o fim da luta de classes na atualidade. Parafraseado Hall

O que importa então não é o mero inventário descritivo—que pode ter o efeito negativo de congelar a cultura popular em um molde descritivo atemporal, mas as relações de poder que constantemente pontuam e dividem o domínio da cultura em suas categorias preferenciais e residuais.¹⁸

É relevante entender como os trabalhadores lidam com as normas postas e como são forjadas formas de resistências, adesões, incorporações, inovações, negociações e transformações no interior do sistema capitalista vigente. Assim faz-se preciso inserir o conceito de cultura nas relações sociais e jogos de poder atentando para o que Hall chama de “dialética da luta cultural”, ou seja, uma tensão contínua entre a cultura popular e a cultura dominante, não existindo vitórias definitivas por nenhuma parte, verificando influências recíprocas, ora com momentos de resistência ora com momentos de superação.

¹⁷ THOMPSON, Edwar Palmer. Prefácio. **A formação da classe operária inglesa: árvore da liberdade.** 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, v. 1,1987, p. 10.

¹⁸ HALL, Stuart. **Notas sobre a desconstrução do “popular”.** In: SOVICK, Liv (Org.). Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, p. 240-1.

Além de analisar as resistências, procurei manter-me atento às transformações que ocorrem no interior da classe trabalhadora; se afirmamos que os pequenos lavradores têm direitos e escolhas, isso implicar buscar entender a construção, mudança, rejeição e reinvenção de valores e práticas que alteram a essência do individuo e, por consequência, do grupo social ao qual ele pertence.

Para responder às problemáticas e abordagens propostas por este trabalho, os procedimentos e métodos de pesquisa foram direcionados na intenção de construir uma “operação historiográfica” que melhor compreenda cultura e experiências sociais. Ao propor uma escrita que privilegie fatos e pessoas que não figuram na história oficial, Déa Ribeiro Fenelon salienta que “a história social recolocou inúmeras questões no que diz respeito a uma variedade bem grande de registros documentais, facilitando investigações antes consideradas impossíveis.”¹⁹

A história social, por privilegiar ações das pessoas ao longo do tempo, oferece a possibilidade ao pesquisador de usar como fonte documentos antes vistos como inexpressivos. No caso do projeto Jaíba, vários registros históricos foram utilizados para um melhor entendimento da realidade vivida pelos trabalhadores rurais a exemplo de livros, teses, dissertações, artigos, revistas, jornais, produções audiovisuais, endereços eletrônicos, material informativo e publicitário, entre outros.

Por constituir disputas por valores, as diversas evidências históricas serão postas em questionamento, visto que são práticas constituintes dos sujeitos que revelam embates, sonhos e ações dos indivíduos ao longo de suas vidas. Tais linguagens sempre estão ligadas a conveniências e interesses sendo a função do historiador criticar e levantar questões para compreender a quem elas servem, são filiadas a que setores sociais, quando e onde foram produzidas.

Sobre os registros históricos usados para escrita desta dissertação, analisa-se a imprensa como parte integrante da realidade e não como linguagem que paira sobre ela. Esse noticiário longe de ser neutro e imparcial deve ser analisado segundo critérios metodológicos que permitam observar interesses, posições e estratégias discursivas que possuem fins particulares, embora sejam representados como universais.

O artigo de Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa” oferece critérios quanto ao recolhimento, análise, contextualização e descrição do noticiário pesquisado. Segundo elas, “trata-se de

¹⁹ FENELON, Déa Ribeiro. **Cultura e história social: Historiografia e pesquisa.** In: Revista Projeto História: PUC-SP. São Paulo, n.º 10, 1993, p. 76.

entender a imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa\sociedade, e os momentos de constituição e intuição do social que esta relação propõe”.²⁰

Entender como a imprensa produz uma memória, como ela faz isso, para quem e em qual contexto deve ser um procedimento de análise adotado por todo e qualquer estudo que pretenda transformá-la em objeto de pesquisa. O jornal usado nesta pesquisa, o Folha de Jaíba, é entendido como veículo de informação inserido em um contexto político e econômico maior, sendo que muitas vezes seus objetivos e interesses são encontrados nas entrelinhas.

A história oral foi uma metodologia de grande valia para analisar o processo social vivido de uma população que não teve oportunidade de expressar suas histórias através da palavra impressa, primeiramente pelo analfabetismo, comum entre a maioria dos entrevistados, em seguida porque a cultura letrada historicamente esteve subordinada aos interesses da classe dominante.

Procurando me aproximar dos gestos e vocabulário dos entrevistados, busquei explicar a eles detalhadamente o objetivo deste estudo e como poderiam me ajudar. Entre pontos de vista e histórias diversas, o diálogo se desenvolveu a partir de um “experimento de igualdade”. Este primeiro procedimento de pesquisa é explicado por Alessandro Portelli

O campo de trabalho é significativo como o encontro de dois sujeitos, que se reconhecem entre si como sujeitos, e consequentemente isolados, e tentam construir sua igualdade sobre suas diferenças de maneira a trabalharem juntos.²¹

As conversas foram realizadas em ambientes propícios para um bom bate-papo e aprendizagem tanto por parte do entrevistador quanto do entrevistado. Em algumas situações, os entrevistados se negaram a conversar com o gravador ligado ou inicialmente responderem às perguntas de forma objetiva e pontual. Temas ligados à situação jurídica da terra, financiamentos e dívidas junto ao banco se tornaram proibidos na primeira conversa.

²⁰ CRUZ, Heloisa de Faria, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa.** In: Revista Projeto História: PUC-SP. São Paulo, nº. 35, 2007, p. 260.

²¹ PORTELLI, Alessandro. **Forma e Significado na História Oral:** A pesquisa como um experimento em igualdade. In: Revista Projeto História: PUC-SP. São Paulo, nº. 14, 1997, p.23.

Esses assuntos, apesar de não constituírem o foco central do trabalho, são importantes, uma vez que influenciam na relação, avaliação e atuação dos pequenos proprietários rurais para com a terra, trabalho, família e comunidade. Procurei não fazer entrevistas invasivas, objetivando primeiramente abrir caminhos para conseguir o respeito e a confiança do narrador, esperando o momento certo de colocar tais assuntos no que Portelli chama de “ordem do dia”.²²

Através da oralidade, procura-se entender melhor a historicidade e significado das vivências, buscando compreender como a cultura se transforma em atuação política, luta por um lugar social, alternativas ou oposição às normas sociais estabelecidas, elaboração de práticas cotidianas, defesas dos valores tradicionais ou empenho para transformá-los.

Depois da entrevista alguns pequenos produtores indicaram amigos e conhecidos para que também contribuíssem com suas narrativas. Ao salientar que “fulano pode te falar mais coisa”, os narradores demonstram o desejo de que o processo social vivido possa ser transmitido por vozes que expressam outras histórias acerca de uma realidade em que embates, cotidiano e ideais devem ser vistos e interpretados na sua singularidade e não de forma homogênea e universal.

Ao buscar as histórias dos pequenos lavradores, procura-se problematizar os critérios e interesses do discurso oficial que propaga números e estatísticas produtivas do projeto Jaíba, negligenciando contrastes e entraves existentes. O objetivo principal é buscar observar o projeto Jaíba para além de um complexo agroindustrial que possui primeiro ou segundo lugar no ranking de produtividade agrícola, mostrando experiências, situações vividas e percepções que estão fora dos discursos da classe dominante.

Ao retornar à casa de diversas pessoas para uma segunda entrevista, algumas me perguntaram: “e aí? Quando sai seu trabalho?”. O “seu trabalho” na verdade é o nosso trabalho. Embora escrito por duas mãos, várias mentes contribuíram para refletir sobre um espaço e vidas que estão em constante movimento e construção.

A leitura de estudos sobre temas correlatos ao definido neste estudo e norteados pela História Social Britânica ajudou-me na compreensão e escrita de uma história mais justa. São referências bibliográficas que possuem tempo e espaço diferentes, mas de

²²ALMEIDA, Paulo Roberto de, KHOURY, Yara Aun. **História Oral e Memória:** Entrevista com Alessandro Portelli. In: Revista História e Perspectivas, nº 25/26. Uberlândia\MG. Universidade Federal de Uberlândia. Cursos de História e Programa de Mestrado em História. 2002, p.47.

uma forma ou de outra contribuíram com teorias e metodologias, auxiliando-me a trilhar meu próprio caminho de pesquisa.

Na sua dissertação, Renata Rastrelo e Silva²³ identificou vivências de proprietários rurais no distrito de Martinésia, Uberlândia, entre os anos 1964 a 2005. Ao procurar analisar o significado atribuído por homens e mulheres em ter e permanecer no campo, a autora analisa mudanças e permanências nos modos de viver, trabalhar e se relacionar de sujeitos que veem a terra não apenas como elemento que gera renda necessária para a sobrevivência, mas atribuem a ela um valor cultural na medida em que se transforma em uma forma de viver. A leitura deste trabalho foi importante para observar vivências e cultura dos proprietários rurais através das narrativas orais, não interpretando o campo apenas pelos números de produção, produtividade agrícola, máquinas usadas ou dinheiro empregado nas lavouras.

Outro trabalho importante foi o de Leandra Domingues Silvério²⁴, que reflete sobre trajetórias de trabalhadores rurais na construção do Movimento Sem Terra no município de Uberlândia e Triângulo Mineiro no período de 1990 a 2005. Ao inserir a cultura na luta de classes, a autora procurou evidenciar como essas pessoas compreendem a realidade, identificam-se entre si e identificam forças dominantes às quais resistem e enfrentam. Esse estudo ajudou-me a pensar sobre movimentações dos sujeitos dentro e fora do espaço de trabalho e moradia, além de visualizar como, no processo social de luta pela terra, valores são perdidos enquanto outros são adquiridos ou reelaborados.

De grande valia também foi a leitura da dissertação de Jiani Fernando Langaro²⁵, que discute memórias em disputa no município de Santa Helena, Paraná, e outras histórias que emergem desse embate. Sua principal contribuição para pensar minha problemática foi observar uma memória dividida, mediada por fatores culturais e ideológicos diversos. Ao questionar o discurso hegemônico do lugar através das narrativas de trabalhadores, o autor conseguiu observar percepções diferentes daquela

²³ SILVA, Renata Rastrelo e. **Proprietários do distrito de Martinésia (Uberlândia-MG): Viver e permanecer no campo-1964-2005.** 148 Fls. Dissertação (Mestrado em História Social)-Instituto de História, UFU/Uberlândia, 2007.

²⁴ SILVÉRIO, Leandra Domingues. **Assentamento Emiliano Zapata:** trajetórias de lutas de trabalhadores na construção do MST em Uberlândia e Triângulo Mineiro (1990-2005). 194 Fls. Dissertação (Mestrado em História Social)– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2006.

²⁵ LANGARO, Jiani Fernando. **Para além de pioneiros e forasteiros:** Outras histórias do Oeste do Paraná. 277 Fls. Dissertação (Mestrado em História Social)–Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2006.

que prioriza e divulga uma história harmônica e homogênea do município ligada ao progresso, evolução e desenvolvimento.

Oportuno também foi o artigo de Paulo Roberto de Almeida “Cada um tem um sonho diferente”: Histórias e narrativas dos trabalhadores no movimento de luta pela terra²⁶. Entre outras contribuições, Almeida adverte para o pesquisador não cair no perigo da homogeneização das linguagens e perspectivas quando se estuda determinado movimento social. Para além de mostrar a fala de presidentes de sindicatos e associações do projeto Jaíba, procurei elucidar as trajetórias, interesses e expectativas individuais, mostrando que no interior destas agremiações sociais existem pontos de contradições e disputas.

Enfim, o objetivo aqui é abrir outras possibilidades e perspectivas para o entendimento da história através de outras memórias construídas e entrelaçadas a partir das vivências do tempo passado, práticas do presente e projetos para o futuro. Este trabalho está dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo intitulado “Um território, diversas memórias” aborda a história e dinâmica do projeto Jaíba, levando em consideração a política nacional de modernização do campo via introdução de novas formas de trabalho e produção. Busca-se ainda verificar como o discurso desenvolvimentista mobilizou pessoas na migração em direção ao perímetro irrigado, quem são esses sujeitos, suas trajetórias e quais motivos contribuíram para que saíssem de suas terras.

O segundo capítulo “Terra, trabalho, família: experiência e cultura dos pequenos produtores rurais” foi norteado pela busca por compreender a luta dos sujeitos por ter, viver e permanecer no campo. Procurei salientar as formas de trabalho, produção e sociabilidades dos trabalhadores rurais e as maneiras como vivem o processo de transformações que atravessa a agricultura familiar nos diais atuais indicando como valores são elaborados, reelaborados e desfeitos no contexto de pressões e embates vividos cotidianamente.

“Projeto Jaíba: um olhar político” é o título do terceiro capítulo. Busca-se identificar quais são os principais programas do governo brasileiro para atender as demandas da agricultura familiar, elucidando como os pequenos produtores rurais do

²⁶ ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Cada um tem um sonho diferente”: Histórias e narrativas dos trabalhadores no movimento de luta pela terra. In: MACIEL, Laura Antunes (*et all*). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d’água, 2006, p. 44-60.

projeto Jaíba vivem, interpretam e se integram nesse modelo de desenvolvimento rural empreendido pelo Estado.

“Se a realidade fosse transparente ela não precisaria ser interpretada”. É com esta máxima de Marx que empreendemos uma dissertação que não busca apenas analisar questões que se mostram de forma camouflada ou até mesmo imperceptíveis, mas sobretudo compreender a cultura e as experiências dos trabalhadores que se apresentam de forma real, concreta, subjetiva, atual e histórica.

CAPÍTULO I

Um território, diversas memórias

A partir da segunda metade do século XX se verifica no Brasil uma política de modernização em vários setores da economia no objetivo de uma maior integração com o modelo de desenvolvimento internacional que estava em curso na Europa e Estados Unidos. Para tanto, o Estado nacional, através de seus vários órgãos, atua como sócio menor ou patrocinador da reprodução e acumulação do capital em várias regiões do país transformando o espaço, formas de trabalhar, produzir e viver das pessoas.

Construindo uma base que pudesse garantir e consolidar o avanço do capitalismo, principalmente em áreas isoladas e com baixo índice produtivo e demográfico, o Estado catalisou o processo de modernização através da criação de uma infraestrutura composta por estradas, redes de telecomunicações, energia, incentivos fiscais e tributários para que a iniciativa privada pudesse ter condições de atuar, seja no campo ou na cidade.

O discurso empreendido para justificar tais transformações estava centrado na necessidade de corrigir as desigualdades regionais, investindo no desenvolvimento de cada lugar segundo suas tendências e potencialidades. A parceria do setor público com o privado constituiria assim uma intenção de dar o primeiro passo para o Brasil entrar de modo competitivo na divisão internacional do trabalho ao mesmo tempo em que se propalava isso como importante e necessário para diminuir as disparidades sociais.

A indústria e a agricultura receberam atenção especial neste “projeto nacional”. Especificamente no caso da segunda atividade, a ideia de “modernizar o campo” significou mudar a base técnica da produção, expansão do crédito rural (sobretudo após 1965 com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural- SNCR) e aumento da assistência técnica, número de máquinas, defensivos agrícolas, adubos e pesquisas atuando sempre no objetivo de integrar agricultura aos demais setores da economia.

Principalmente no período militar (1964-1985), foram criados vários programas, projetos e metas para “levar o progresso agrícola” a várias regiões através de propagandas no sentido de alterar termos, práticas e valores como substituição da enxada pelo trator, roça por fazenda, homem do campo por empreendedor rural e agricultura de subsistência por agricultura de mercado. As consequências desse planejamento agrícola estatal não foram apenas o aumento da produção e produtividade

agrícola, já que ela se fez de forma dolorosa e conservadora como indicado por pesquisadores da área.²⁷

Foram seis os planos do governo²⁸, entre 1963 e 1979, todos sendo norteados e coordenados pelo Estado. Destacaremos aqueles que estão intrinsecamente relacionados à expansão da fronteira agrícola e uso de novas tecnologias, visto que foram estes responsáveis pela transformação do Norte de Minas Gerais, culminando com a criação do projeto Jaíba. No que diz respeito especificamente à agricultura, o Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-1973) visava promover

Na década de 70, um movimento renovador, de profundidade, no setor agrícola. Isso significará, principalmente, dotar a agricultura brasileira de um sistema de apoio, financeiro e fiscal, capaz de produzir a transformação tecnológica e o fortalecimento acelerado de uma agricultura de mercado, sensível aos estímulos de preços, realizar a expansão de áreas, principalmente através de espaços vazios, no Norte e nos vales úmidos do Nordeste (...) transformar o Brasil em importante exportador de carne e outros produtos agrícolas não tradicionais.²⁹

O Nordeste e o Norte de Minas fazem parte dos “vales úmidos” graças aos recursos hídricos disponibilizados pelo rio São Francisco que “banha” diversos municípios dessas regiões. O surgimento de projetos de irrigação surge nesse contexto de ocupação e exploração de regiões pouco desenvolvidas substituindo a produção de alimentos tradicionais como arroz, milho e mandioca para o cultivo principalmente de frutas, que passou a ser largamente desenvolvida nos perímetros irrigados dessas regiões, visando ao mercado externo.

Nos planos do Governo Federal, a irrigação e a ocupação de “espaços vazios” passaram a ter função estratégica para o desenvolvimento de regiões com condições climáticas irregulares visando à geração de emprego e renda, fixação do homem no

²⁷ Analisando a modernização agrícola durante o período militar, José Graziliano da Silva salienta que não se alterou a estrutura fundiária nacional, houve desapropriações, expropriações, aumento do conflito por terras e o êxodo rural, além de essa modernização ter beneficiado determinadas regiões e culturas agrícolas. Ver: SILVA, Jose Graziliano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**: Zahar Editores, 1982.

²⁸ Plano Trienal (1963-65), Plano de Ação Econômica do Governo- PAEG (1964-66), Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-70), Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-73). I Plano Nacional de Desenvolvimento- I PND (1972-74), II Plano Nacional de Desenvolvimento- II PND (1975-79).

²⁹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Brasília. Metas e Bases para a Ação do Governo. 1970-1973, p. 89.

campo e aumento da produtividade agrícola, ao mesmo tempo em que estas regiões seriam transformadas em fornecedoras de bens primários para o Brasil e o mundo desenvolvendo, ainda, o setor secundário e terciário através do beneficiamento, escoamento, comercialização e venda dos alimentos a serem produzidos.

O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), divididos em I PND (1972-1974) e II PND (1975-1979), era uma continuidade do objetivo de colocar o Brasil na rota do progresso através da expansão das atividades econômicas. Segundo Wenceslau Gonçalves Neto³⁰, especificamente no caso da agricultura, a estratégia agrícola do I PND era desenvolver a agricultura moderna e empresarial no centro-sul; introdução da nova tecnologia, irrigação, etc., e modernizar as estruturas de comercialização e distribuição de produtos agrícolas. Já o II PND tinha como objetivo aumentar a produtividade agrícola brasileira com fins de exportação. Para isso seria necessária a ocupação de novas terras nas regiões de fronteira e modernização das áreas já incorporadas ao mercado.

Enquanto ação estatal, a irrigação surge na década de 1970, sendo pensada como tecnologia necessária para dinamizar economias, promovendo o desenvolvimento rural através da superação de modos de trabalho e produção, considerados tradicionais, improdutivos e atrasados economicamente. A criação da Lei 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, teve a função de promover o aproveitamento racional de recursos de água e solo para a implantação e desenvolvimento da agricultura irrigada.³¹

A região Norte de Minas começou a ser contemplada maciçamente com programas de desenvolvimento regional a partir de sua inserção na SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste)³² em 1963, devido a sua similaridade climática, social e econômica com a região Nordeste do Brasil.³³ A partir

³⁰ NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e Agricultura no Brasil:** política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980). São Paulo: Hucitec, 1997, p. 133-134 (Coleção Estudos Históricos).

³¹ MARTINS, Simone. **Análise da implantação da Política Nacional de Irrigação no Norte de Minas: o caso do projeto Jaíba.** 215 Fls. (Dissertação) Mestrado em Administração. Universidade Federal de Viçosa, 2008, p.19.

³² Criada através da lei nacional nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, a SUDENE representou um esforço do Governo Federal de agir no sentido de promover o desenvolvimento do Nordeste através de um duplo objetivo: coordenar as ações do governo e administrar os recursos transferidos para a região.

³³ O Norte de Minas faz parte do chamado polígono das secas determinado em 1936, não incluindo a referida região, isso só seria feito em 1948 pelo decreto 9.857.

daquele momento o território norte-mineiro passou a ser conhecido como Região Mineira do Nordeste (RMNe) ou Área Mineira da Sudene (AMS).

Estiagens prolongadas, alto índice de desemprego, analfabetismo, concentração de terras e de renda são problemas que assolam o Norte de Minas. Embora a classe dominante reproduza discursos ligados às secas e ao abandono como fatores responsáveis pelas mazelas sociais existentes, entendemos que a irregularidade climática apenas agrava o problema sendo seu produto e caráter determinante encontrados em elementos políticos e econômicos como a falta de políticas sociais para a região e a criação de condições para a reprodução do capital sem distribuição de renda.³⁴

Capitalizando a agricultura e criando condições para urbanização e industrialização regional, as ações empreendidas pela SUDENE alteraram o perfil econômico, político, social, ambiental e demográfico do Norte de Minas. José Maria Cardoso³⁵ destaca algumas dessas ações: incentivos fiscais e financeiros para entrada de indústrias (que se concentraram principalmente na cidade de Montes Claros), abertura ao capital nacional e internacional, abertura e pavimentação de estradas, irrigação, eletrificação, expansão do setor terciário, modernização do sistema de comunicação e maior contato com as metrópoles.

No caso da agricultura houve uma intervenção estatal através da assistência técnica, extensão e crédito rural, transformando uma atividade até então voltada para o consumo familiar e\ou venda no mercado local em produção empresarial de larga escala. Segundo Cardoso, a política agrícola regional foi direcionada com o propósito de

Integrar a agricultura ao setor urbano via compra de insumos e venda de produtos; promover os aspectos empresariais dinâmicos e modernos; subordinar a política agrícola a uma política econômica mais ampla; implementar as ações com base em critérios seletivos.³⁶

³⁴ Para Laurindo Mékie Pereira, as elites locais procuram encobrir a existência de classes sociais, dando ênfase na região através do “discurso de abandono, das secas, da distância da capital/do governo, do caráter nordestino e da falta de investimentos fiscais (e, portanto, a visão desses fatores como instrumentos adequados de desenvolvimento)”. In: PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital:** o regionalismo político norte-mineiro. 242 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007, p.219.

³⁵ CARDOSO, José Maria. **A região Norte de Minas Gerais:** um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de, RODRIGUES, Luciene (Orgs). Montes Claros: UNIMONTES, 2000, p.232.

³⁶ Idem, p. 237.

Com vários projetos agropecuários, industriais e agroindustriais sendo implantados sob a coordenadoria da SUDENE, o Norte de Minas tem alterada de forma substancial sua estrutura e dinâmica no campo e na cidade. A criação de projetos de irrigação se insere neste contexto como uma possibilidade de alavancar o desenvolvimento da referida região, integrando-a a outras regiões do país, principalmente do centro-sul.

Importante destacar que a SUDENE atuou mais na questão de incrementos de projetos industriais na região Norte de Minas. Foi a CODEVASF³⁷ (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Alto Parnaíba), órgão federal ligado na época à SUDENE, que interveio de forma direta e indireta na zona rural norte-mineira com um discurso de progresso e modernidade.

O projeto Jaíba, juntamente com outros projetos de irrigação no Norte de Minas³⁸, surge então nesse contexto. Especificamente no caso do Jaíba, já existia na região uma prévia, embora insuficiente, estrutura física construída como resultado da primeira tentativa de ocupação e exploração da área que na época era conhecida como “mata de Jaíba” que aconteceu na década de 1950.

O projeto Jaíba se insere no contexto de tentativa de preenchimento dos “vazios econômicos” elaborados, financiados e colocados em prática pelo governo brasileiro ao longo da segunda metade do século XX, tendo como principais exemplos a colonização da Amazônia e do Centro-Oeste brasileiro. O Instituto Nacional de Irrigação e Colonização (INIC), que atualmente é o INCRA, no início da década de 1950, do século passado, tinha construído uma infraestrutura básica na chamada “mata de Jaíba” para o assentamento de duzentas famílias para a prática da agricultura mercantil em lotes de 20 e 30 hectares.

Segundo Kleber³⁹, a experiência não foi bem sucedida, tendo como fatores restritivos o clima local, a falta de assistência técnica e o isolamento da região em

³⁷ Criada pela Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, a CODEVASF tinha como objetivo aproveitar para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, os recursos de água e solo do vale do São Francisco, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, promovendo o desenvolvimento integrado e implantando distritos agroindustriais e agropecuários.

³⁸ Além do projeto Jaíba, foram criados ao longo da segunda metade do século XX três outros perímetros irrigados no Norte de Minas: o projeto Pirapora (Pirapora), Lagoa Grande (Porteirinha) e Gorutuba (Janaúba). O projeto Jequitaí (Jequitaí) encontra-se em andamento.

³⁹ SANTOS, Kleber Carvalho dos. **Heterogeneidade nas estratégias de sustento: a experiência da intervenção planejada na Etapa I do projeto Jaíba, Minas Gerais.** 311 Fls.

relação às regiões desenvolvidas. Contudo ficou presente uma infraestrutura instalada com núcleos de habitação e centros administrativos.

Em uma nova tentativa de ocupação da área, o governo mineiro cria em 1966 a Fundação Rural Mineira–RURALMINAS, para coordenar, promover e executar ações de irrigação e/ou reflorestamento na “mata de Jaíba” e em outras regiões do Estado consideradas vazios econômicos. No início da década de 1970, os engenheiros da Ruralminas elaboraram um plano de ações para exploração econômica no extremo norte do Estado por ser considerada uma região excluída do processo produtivo nacional.

A implantação de um projeto de colonização do Jaíba foi realizada, assim como naquelas outras regiões do Brasil já citadas, através de desapropriações, violência e mortes de posseiros e/ou indígenas que outrora ocupavam a terra. Em nome da modernização agrícola, o governo de Minas, através da Ruralminas, realiza um verdadeiro massacre e perseguição das famílias que residiam na região, proveniente daquele primeiro projeto de colonização do INIC. Esse processo foi pesquisado pela Nilcéia Gomes Moraleida

Quando a Ruralminas inicia sua intervenção no sentido de legitimar as terras devolutas da região, suas diretrizes básicas, que orientam o processo de concentração da propriedade da terra na área e sua transformação em propriedade capitalista, se deram a partir de várias expropriações, em alguns casos, através de indenizações irrigórias diante do preço da terra com benfeitorias, ou de sua valorização diante das mudanças na região. Alguns posseiros titulados foram indenizados, mas a maioria foi expulsa das terras com a queima das plantações, roubo das colheitas, uso de tratores para derrubar casas, intervenção da polícia, assassinatos, etc. Foram utilizados também processos destinados a inviabilizar a sobrevivência e a produção dos posseiros como a queima da mata que lhes fornecia lenha ou avisos bancários da instituição legitimadora, não permitindo que os posseiros se beneficiassem de empréstimos bancários para a lavoura e a pecuária.⁴⁰

O vazio demográfico existente na “mata de Jaíba” para o processo de desenvolvimento e modernização agrícola aconteceu baseado em mortes e perseguições de posseiros praticantes da agricultura de subsistência, vista como incompatível com as novas técnicas e formas de produção dinâmica, tecnológica e competitiva voltada para o mercado.

Tese (Doutorado em ciências econômicas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Rio Grande do Sul, 2013, p. 79.

⁴⁰ GOMES, Nilcéia Moraleida. **Estado, capital e colonização na fronteira agrícola mineira.** Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de mestrado), 1983, p. 48-49.

Passados os “imprevistos”, o governo de Minas solicita ao *Bureau of Reclamation* (órgão do Departamento do Interior dos Estados Unidos para gestão dos recursos hídricos) que realizasse estudos para avaliação do potencial agrícola da “mata de Jaíba”. Segundo Antônio Maria Claret Maia, “estes estudos abrangiam os 310.000 ha de terras de Jaíba, dos quais 230.000 hectares foram considerados aptos para agropecuária e destes, 100.000 hectares aptos para a exploração com irrigação”.⁴¹

O projeto Jaíba foi concebido para ser implantado em quatro etapas, ocupando uma área total de 100.000 hectares, sendo 67.000 ha de área irrigada e o restante de preservação ambiental e infraestrutura não irrigável. Apenas a primeira etapa está concluída, ocupando uma área total de 41.611 ha, sendo 24.669 de área irrigável. Importante ressaltar que 70% dos lotes da etapa I são ocupados por pequenos agricultores em áreas de cinco hectares.

Segundo Rosa Carolina Amaral⁴², a etapa II atingirá uma área aproximada de 34.700 ha e estão previstos o assentamento de médios e grandes produtores. Já as etapas III e IV têm, respectivamente, 17.000 ha e 13.000 ha. A segunda fase encontra-se em estágio de ocupação, na III foram concluídos os estudos de viabilidade e a etapa IV encontra-se em fase de planejamento.

⁴¹ MAIA, Antônio Maria Claret (org). **Uma realidade chamada Ruralminas**. Belo Horizonte: Ruralminas, 2007, p. 74.

⁴² AMARAL, Rosa Carolina. **Impacto da implantação de perímetros irrigados na qualidade das águas superficiais da porção mineira do médio São Francisco**. 124 f. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos). Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 17.

PROJETO JAÍBA - LAYOUT GERAL

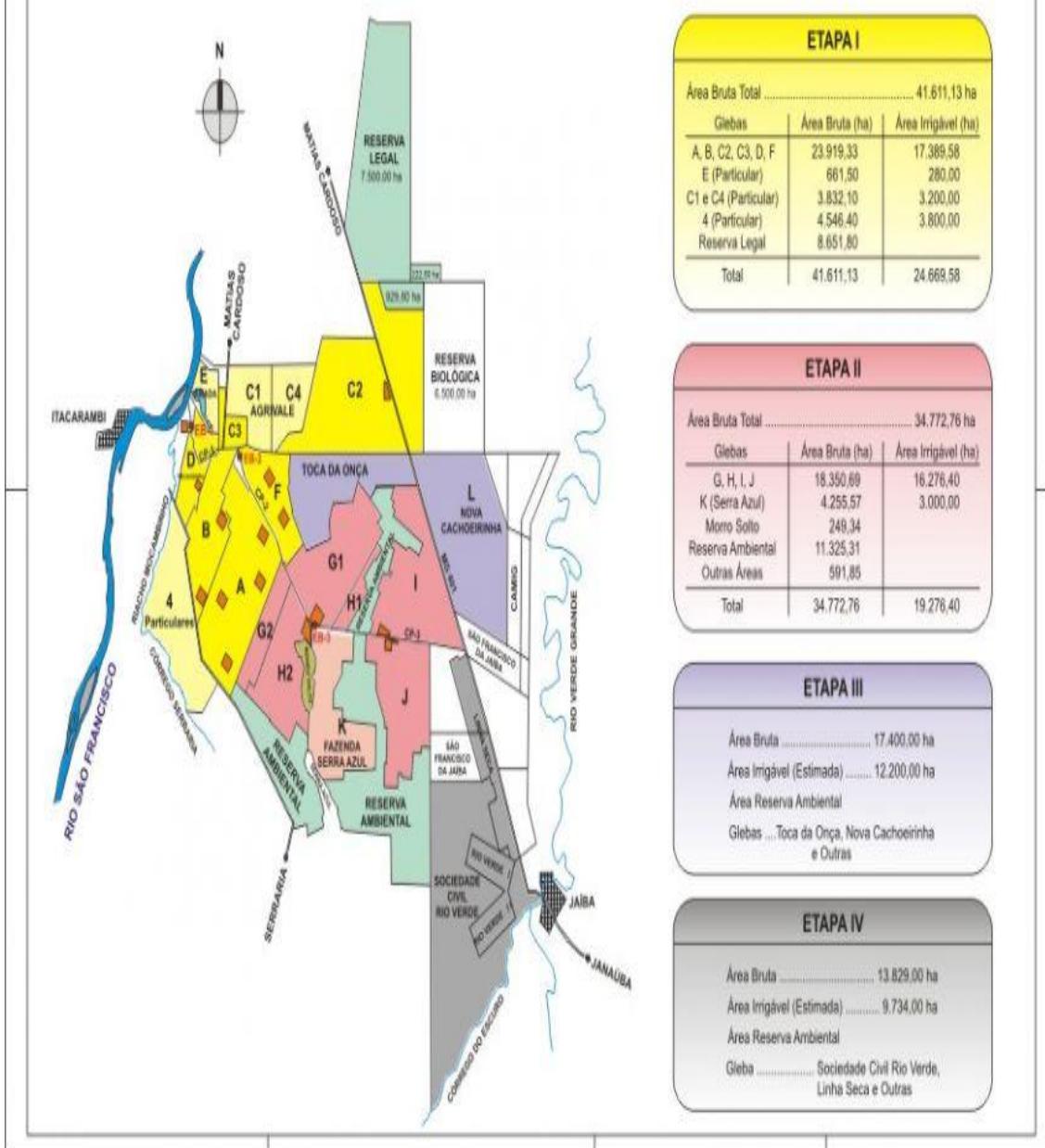


Figura 01: Layout Geral do projeto Jaíba.

As terras que compõem o projeto Jaíba eram devolutas não havendo casos de desapropriação e sim uso de terras estatais para a criação de um projeto de colonização. Existe uma diferença entre colonização e reforma agrária⁴³, sendo que o projeto Jaíba

⁴³ Segundo Graziliano da Silva colonização se faz em terras não anteriormente ocupadas, geralmente terras devolutas (sem dono) do Estado. Já a reforma agrária é feita em terras que já

pertence ao primeiro conceito no qual foram criadas infraestrutura para exploração da terra, mas sem destruir a estrutura fundiária existente.

Os investimentos técnicos e econômicos para a criação do projeto Jaíba decorrem do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que ao longo da década de 1970 iniciou as obras de captação de águas do rio São Francisco para criação de projetos de irrigação. Para melhor planejamento e execução do II PND, foram criados programas regionais e microrregionais, sendo que o Polonordeste era responsável pelo desenvolvimento da região Nordeste do país. Este por sua vez criou o Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste e Norte de Minas Gerais (PLANOROESTE) que na época foi coordenado pela RURALMINAS.

Entre os anos de 1971 a 1986, o PLANOROESTE procurou investir na colonização, criação de infraestrutura física e assistência técnica no Norte de Minas através de recursos financeiros oriundos do governo mineiro, da União e do Banco Mundial. Dentre os objetivos e metas para o perímetro irrigado do Jaíba destacam-se:

- 1- Integração da área à economia do Estado de Minas Gerais e do país, com sua exploração racional e a máxima utilização de investimentos, através de projetos sob estímulo e orientação do poder público, aplicados em terras do domínio estatal;
- 2- Introdução da agricultura irrigada e da agroindústria, associando recursos do poder público e da iniciativa privada, com aproveitamento da infra-estrutura geral e de irrigação instituída a partir do PLANOROESTE;
- 3- Ampliação da fronteira agrícola, com a definição de culturas mais adequadas à região e sob novas e modernas formas de exploração, com vistas aos níveis mais elevados de produção e produtividade;
- 4- Implantação da indústria local, com o objetivo de incremento da renda através da absorção e da elevação do padrão de mão-de-obra disponível e consequente melhoria das condições sanitárias e sociais, como fator de retenção das populações locais;
- 5- Desenvolvimento de uma tecnologia adequada à região, capaz de motivar, pelo exemplo, a absorção de métodos pelos produtores do setor agropecuário regional;
- 6- Identificação dos recursos de água e solo e adoção de uma política de sua utilização racional, com mobilização de recursos financeiros e técnicos oficiais, para montagens das infra-estruturas e a participação do empresariado, em níveis de seus projetos;

tem dono, ou seja, em terras privadas, sejam elas particulares ou do governo, por isso a reforma agrária implica, basicamente, uma mudança de propriedade das terras para indivíduos que não são proprietários. Quer dizer: criam-se novos donos entre os “sem-terra” a partir de terras que já eram propriedade privada de alguém. In: SILVA, José Graziliano da. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.74. Em síntese, queremos dizer que projetos de Colonização não alteram a concentração fundiária do país.

- 7- Instituição de novo centro agropecuário, com vistas ao abastecimento dos mercados internos e externos; e
- 8- Acentuação do caráter econômico da colonização do PLANOROESTE, através de exploração agropecuária em sistema coletivo e da utilização de parte de sua produção e mão-de-obra por empresas particulares.⁴⁴

Termos como: integração de economias, ampliação da fronteira agrícola, implantação da indústria local, desenvolvimento tecnológico, utilização de parte de sua mão de obra para empresas particulares e centro agropecuário mostram qual a proposta que vigorava entre as autoridades no que se refere ao Jaíba. São notórias as intenções do Estado de Minas em transformar o perímetro irrigado em um grande complexo agroindustrial oferecendo subsídios para inserir a agricultura no circuito do capital.

Não se tinha um planejamento voltado para a fixação do homem no campo através da produção familiar, mas sim como assalariado agrícola à disposição do agronegócio. O investimento na agricultura irrigada foi uma maneira encontrada de transformar uma região pobre em grande produtora e fornecedora de alimentos para o mercado externo através do oferecimento de uma infraestrutura pronta à disposição das grandes empresas agrícolas.

Parte dos recursos destinados a obras de infraestrutura no projeto Jaíba foi adquirido através de financiamento. O custo total da etapa I do Jaíba foi de US\$ 158 milhões, sendo US\$ 71 milhões (45%) adquiridos através de empréstimo junto ao Banco Mundial em 1983, com uma contrapartida nacional na ordem de US\$ 87 milhões (55%). Em 1999, o governo de Minas faz um empréstimo de US\$ 110 milhões, desta fez junto ao Japan Bank for International Cooperation (JBIC), para a implantação da etapa II do projeto Jaíba.

Gilmar Ribeiro⁴⁵ salienta que no caso do projeto Jaíba o Banco Mundial fez duas exigências prévias para liberação do investimento: em primeiro lugar, exigiu que tivesse uma contrapartida nacional e, em seguida, que mudasse o caráter estratégico do Jaíba. Ou seja, o empreendimento deveria adotar o princípio de fixação dos trabalhadores da região como pequenos agricultores e não mais como assalariados como estava previsto originalmente.

⁴⁴MAIA, Antônio Maria Claret(org).**Uma realidade chamada Ruralminas.** Belo Horizonte: Ruralminas, 2007, p.72.

⁴⁵ SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. **Da produção de subsistência à agricultura moderna:** Socialização e preparação para o trabalho no Projeto Jaíba. 226 Fls. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003, p.44.

Ainda segundo Gilmar Ribeiro⁴⁶, por determinação da política do Banco Mundial os futuros agricultores não seriam assentados de forma a trabalhar e produzir de forma autônoma e sem custos, uma vez que deveriam pagar pela utilização da água, da energia elétrica e também da infraestrutura através de taxas de amortização. De forma notória, percebe-se que a política de combate à pobreza, do Banco Mundial, estava vinculada à expansão do capitalismo nos países periféricos, servindo assim às normas e à política econômica dos Estados Unidos.

Em fins da década de 1980 e início de 1990, o Estado brasileiro, seguindo uma tendência mundial, gradativamente vai se afastando do direcionamento da questão econômica, deixando-a sob a responsabilidade da iniciativa privada. Esse modelo neoliberal chega ao projeto Jaíba através da criação, em 1988, do Distrito de Irrigação de Jaíba (DIJ). Sendo uma exigência do Banco Mundial sua criação, o DIJ, segundo Duarte e Tavares,⁴⁷ foi uma maneira encontrada para que o Estado gradativamente passasse a responder menos pela etapa I do projeto Jaíba. Esse distrito é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, patrimônio e administração próprios que busca congregar os irrigantes do projeto (pequenos, médios e grandes produtores) em co-gestão com o poder público. Seu objetivo é administrar, operar, manter e conservar toda a infraestrutura de uso comum do perímetro de irrigação do Jaíba.

O DIJ teria um importante papel na seleção e transformação dos assentados em produtores rurais capitalizados. Sua criação foi uma forma encontrada pela agência financiadora internacional de representá-la junto aos trabalhadores rurais e agências estatais sendo sua presença e atuação no projeto Jaíba uma forma estratégica de buscar estabelecer as regras do Banco Mundial para o desenvolvimento da agricultura.

Dentro do capitalismo, o Estado age como agente de classe em função do capital e no projeto Jaíba não foi diferente ao garantir as condições fiscais e físicas para a expansão e modernização da agricultura voltada para satisfação do mercado. Os recursos naturais como a água, inserção de impostos e as construções materiais

⁴⁶ Idem, p. 47

⁴⁷ DUARTE, Simona Viana, TAVARES, Mauro Calixta. **Sistema de produção de produtos agrícolas:** facilidades e dificuldades de escoamento da produção– Um estudo de caso do Projeto Jaíba. Unimontes Científica: Revista da Universidade Estadual de Montes Claros-Vol.2, nº 2. Montes Claros: UNIMONTES, 2001, p.86.

realizadas pelo Estado como canais de irrigação, estações de bombeamento e estradas são disponibilizadas a bel-prazer das grandes empresas rurais ali atuantes.⁴⁸

O projeto Jaíba, por ser considerado um projeto público, em razão de ter uma estrutura de irrigação planejada e executada pelo Estado, não desenvolve uma função social compatível com o estabelecido pela Política Nacional de Irrigação. Segundo o Art. 14 da Lei de Irrigação, a entrada de pequenas, médias e grandes empresas é permitida nos perímetros irrigados públicos desde que não ocupem, em conjunto, área superior a 20% do perímetro irrigado. Se levarmos em consideração que 30% da etapa I e as demais etapas são constituídas de médios e grandes empresários tem-se praticamente o inverso ao determinado pela Lei de Irrigação ficando com os agricultores familiares apenas 25% da área total do Jaíba.

Chama a atenção que em caráter de excepcionalidade, por meio do Decreto nº 90.309 de 16\10\1984, foi fixado o aumento de limite de 20 para 50% da área destinada a pequenas, médias e grandes empresas. Forjando situações e criando brechas na legislação, o poder público praticamente faz a doação de terras às grandes empresas que ainda compram áreas de pequenos proprietários que não têm condições de produzir e comercializar a produção.

O progresso econômico e produtivo do campo beneficia apenas a uma minoria da classe rural, sendo que a maioria composta por trabalhadores rurais em suas diferentes categoriais possuem dificuldades de viver e permanecer na terra com dignidade diante deste turbilhão de mudanças impostas pela racionalidade estatal.

O assentamento de trabalhadores rurais na etapa I garante dois propósitos do Estado que no fim beneficiaram o agronegócio: primeiramente funciona como justificativa social para proporcionar legitimidade ao investimento conseguindo financiamento do Banco Mundial e, em segundo lugar, proporciona a criação de um exército agrícola de reserva à disposição das empresas, sendo composto pelos filhos dos pequenos produtores rurais e pelos imigrantes de outras regiões que se direcionam para a cidade de Jaíba à procura de emprego.

A apropriação e capitalização do espaço e dos recursos hídricos por parte do poder público para privilégio da expansão do capital transformam a sobrevivência e permanência dos agricultores familiares no projeto Jaíba em um constante desafio. No

⁴⁸ Várias empresas atuam no projeto Jaíba com destaque para a BRASNICA (frutas tropicais), e mais recentemente a SADA (Bioenergia) e a Pomar Brasil (industrialização de poupas de frutas).

trabalho com agricultura irrigada, existe uma grande dependência, por parte do agricultor, de conhecimento técnico, recursos financeiros e tecnologia aumentando os custos de produção dentro de uma dinâmica na qual os grandes empresários se sobressaem por terem tais recursos.

Nos perímetros irrigados coordenados pela CODEVASF os sujeitos que têm acesso a terra devem arcar com a tarifa de água (lei instituída pela Política Nacional de Irrigação) além de outras taxas em uma dinâmica na qual a agricultura deve ser baseada em modernas técnicas de trabalho e produção para a satisfação primeira das demandas do mercado e não necessariamente da subsistência do produtor rural. No que se refere exclusivamente as taxas de irrigação cobradas aos produtores rurais do projeto Jaíba, existem aquelas que são fixas e as variáveis, como destaca Luciene Rodrigues:

Conforme a legislação, o custo da tarifa de água é composto por duas parcelas: (a) uma (K-1) correspondente à amortização dos investimentos públicos nas obras de infra-estrutura de uso comum, calculada anualmente, com base no valor atualizado, por projeto, em moeda local, por hectare de área irrigável do usuário; (b) outra (K-2) correspondente às despesas anuais de administração, operação, conservação e manutenção das obras e equipamentos, calculada anualmente, por projeto, em moeda local, para cada mil metros cúbicos ou fração de água fornecida ao usuário. De acordo com a legislação, o seu valor deve ser estabelecido de modo a cobrir 100% dos custos de operação e manutenção ao longo do ano, e dos investimentos, em termos reais, ao longo de um período de 50 anos, sem cobrança de juros.⁴⁹

Além dessas tarifas, de acordo com Januzzi, citado por Soares, “o adquirente do lote familiar amortizará as aplicações de recursos públicos em benfeitorias internas, bem como o valor da terra, no prazo de 25 anos, com carência de cinco anos e juros de 6% ao ano”.⁵⁰ Os perímetros irrigados planejados pela CODEVASF, que tiveram grande expansão durante o período militar, foram baseados em uma lógica na qual os agricultores deveriam se capitalizar, uma vez que seriam os responsáveis pela recuperação do capital público investido.

⁴⁹RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba.** Uma interpretação: 1970-1996. 337 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998, p. 229.

⁵⁰ SOARES, C.C. **O caráter social e as perspectivas de adaptação da pequena produção inserida em projetos de concepção técnica:** o caso do Projeto Jaíba. 114 Fls. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Universidade Federal de Lavras: Lavras, 1999, p. 113.

O projeto Jaíba é um desses exemplos, visto que os lotes agrícolas foram adquiridos a partir de um financiamento a ser pago a longo prazo com os trabalhadores subordinados a determinadas normas e obrigações. Nota-se que, além das taxas a serem pagas pelo uso da água e benfeitorias da terra, parte da renda dos pequenos agricultores deveria gerar excedentes e divisas para o sustento da família (vestuário, alimentação, etc.) e para manutenção do lote (adubos, energia, defensivos agrícolas, entre outros).

A irrigação, que poderia ser a solução\redenção do semiárido norte-mineiro, foi se transformando em fator de monetarização do trabalhador rural em uma dinâmica na qual o “agricultor” deveria se tornar “empresário rural”. Daí surge a ideia de “colono” usada pelas instituições representativas do projeto Jaíba (CODEVASF, DIJ, Ruralminas) para definirem os novos sujeitos selecionados que teriam acesso a uma área irrigada.

A noção de “colono” está ligada a modernas formas de capitalização do lote agrícola, nas quais deveria haver uma transição dos modos de trabalho e produção antes praticados para um modelo de produção irrigada em um contexto e dinâmica nos quais o próprio modo de viver do sujeito deveria ser alterado.

Esse conceito de “colono”, usado por diversas instituições e sendo incorporado pelos pequenos produtores rurais do projeto Jaíba como forma de luta e atuação política⁵¹, foi concebido a partir de uma visão previamente constituída em que as pessoas selecionadas deveriam possuir formas de conduta e de trabalho que estariam em conformidade com os desejos das agências responsáveis pelo planejamento e coordenação do perímetro irrigado.

Ao entrarem nos lotes agrícolas, na Etapa I, os trabalhadores adquiriram terra e irrigação, mas segundo um planejamento já preestabelecido no qual deveriam aceitar regras de procedimento e conduta, devendo abandonar certas experiências e referências culturais não compatíveis com a lógica de mercado, a exemplo da pequena produção de subsistência.

O cultivo, trabalho e comercialização da produção agrícola deveriam ser norteados pela satisfação do mercado. A produção deveria acontecer segundo um modelo tecnicista e mercadológico, cultivando alimentos de maior valor agregado, contribuindo para a geração de renda necessária para que os pequenos agricultores conseguissem pagar as taxas de amortização.

⁵¹ Este assunto será especificado no terceiro capítulo.

Os critérios preestabelecidos para a seleção dos pequenos irrigantes estavam em conformidade com as normas do Banco Mundial que determinavam que seriam pessoas em situação de vulnerabilidade social, mas com vocação para a agricultura mercantil, a saber: “tradição e conhecimento da prática agrícola, capacidade gerencial, capacidade associativa, contrapartida própria mínima de recursos e interesse de fixar residência na área do projeto.”⁵²

O objetivo era transformar os sujeitos selecionados em empresários agrícolas em potencial. Os critérios indicam que seriam pessoas com noções de mercado as que teriam maiores chances de adquirir os lotes justamente por serem as que poderiam melhor se adaptar às exigências da agricultura irrigada e sobreviver a uma espécie de seleção dos mais aptos feitos segundo regras do mercado.

Mesmo diante do número elevado de interessados, as pesquisas de Kleber Santos⁵³ mostraram que a maioria (54%) dos selecionados não comercializavam sua produção antes de adquirirem lotes no projeto Jaíba se limitando a atender a suas necessidades de sustento. A capitalização e a prática mercadológica foi uma necessidade imposta aos sujeitos após a chegada ao projeto Jaíba em uma dinâmica em que valores, tradições e hábitos de vida e trabalho foram construídos ao mesmo tempo em que outros foram desfeitos ou reorganizados.

No que diz respeito a demanda por lotes, em um artigo do jornal Folha de Jaíba, assinado por um dos responsáveis pela seleção dos novos colonos, o engenheiro agrônomo Vitor Salles Tiburcio, relata que

dando continuidade aos trabalhos de recrutamento e seleção de novos irrigantes para o projeto Jaíba, etapa I, o Distrito de Irrigação de Jaíba juntamente com a CODEVASF e a RURALMINAS retomaram o processo de entrevistas com a finalidade de selecionar pequenos produtores para ocuparem lotes irrigados de 5 hectares no projeto. Terminando as entrevistas imediatamente faremos a seleção e posteriormente a convocação dos classificados para assumirem seus respectivos lotes agrícolas dentro de um processo de assentamentos que deverá ocorrer por etapas. Ao final dos trabalhos da comissão serão 13.000 entrevistas realizadas para um universo de 1.280 lotes irrigados (Grifo meu).⁵⁴

⁵² CODEVASF, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Alto Parnaíba. **Relatório dos Impactos Ambientais (RIMA)**, Outubro de 1998, p. 10.

⁵³ SANTOS, Kleber Carvalho dos. **Heterogeneidade nas estratégias de sustento: a experiência da intervenção planejada na Etapa I do projeto Jaíba, Minas Gerais**. 311 Fls. Tese (Doutorado em ciências econômicas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Rio Grande do Sul, 2013, p. 140.

⁵⁴ Jornal Folha de Jaíba. Ano V, nº 69, 2ª Quinzena de fevereiro de 1996, p. 02.

Durante o processo de inscrição para a distribuição de terras, houve grande número de interessados diante de pouca oferta (24.669,58 hectares), o que contribuiu para que versões ligadas à doação fossem disseminadas no sentido de atribuir glórias a um Estado tido como benévolos que estaria atuando em favor dos pobres e necessitados, garantindo a estes condições para que pudessem ter uma promoção social.

No entanto, vendo o número de áreas a serem disponibilizadas em relação ao número de pessoas que fizeram a inscrição, comprova-se que os trabalhadores rurais selecionados foram uma minoria correspondente a 9,8% dos inscritos. A não distribuição de terras para a maioria é uma forma encontrada para preservar a estrutura fundiária vigente no país, altamente concentradora e excludente, servindo aos interesses dos latifundiários, da parte do Congresso Nacional que compõe a bancada ruralista e de alguns setores conservadores da sociedade.⁵⁵

Longe de ser fruto de doação, assistencialismo ou benevolência estatal é notório que os investimentos públicos na área da agricultura irrigada no Brasil foram realizados no sentido de proporcionar condições para a transformação das relações capitalistas no campo, sendo que os agricultores familiares assentados seriam responsáveis pelo pagamento de benfeitorias do lugar, construções para irrigação, taxas de água e energia, ou seja, o Estado se apresentou como mediador de um processo no qual os colonos pagam pela posse, uso e permanência na terra.

Adotar novas práticas e condutas na vida e trabalho para ressarcir o poder público pelo uso da terra e da irrigação são elementos constitutivos da ideia de colonos, ao mesmo tempo em que ajuda a deslocar uma análise que entende o Estado como redistribuidor de terras para um exame mais crítico, indicando ser o poder público um agente responsável pela profunda modificação na paisagem, modos de vida, relações de trabalho e produção.

⁵⁵Os dados do Censo Agropecuário de 2006 dão conta de que, no Brasil, mais da metade da população detém menos de 3% das terras, e 46 mil pessoas detêm quase metade das terras. Os latifundiários com terra acima de dois mil hectares, que são apenas 15 mil fazendeiros, detêm 98 milhões de hectares. Os estabelecimentos de mais de mil hectares, que correspondem a apenas 0,91% dos proprietários (menos de 50 mil), concentram mais de 43% da área agricultáveis (cerca de 146 milhões de hectares). As desigualdades se estendem aos números sobre ocupação da mão de obra no campo. A agricultura familiar, que detém cerca de 24% das terras, ocupa 75% dos trabalhadores do campo. O setor patronal, que detém quase 75% das terras, ocupa apenas 25% da mão de obra. Ver: www.vermelho.org.br.

A intenção do Estado em produzir diferentes tipos de alimentos tendo em comum o elevado valor comercial é destacada por Rodrigues ao avaliar o caso dos perímetros irrigados da região

o crescente incremento de área para a produção de frutas indica que está-se consolidando a intenção de formar um pólo de produtos para a economia internacional, em conformidade com o planejamento do Governo Federal. Institui, portanto, um traço distinto em relação à estrutura de produção agrícola da região Norte de Minas. Esta não é uma característica singular do projeto Jaíba, mas a todos os projetos de irrigação, sob a direção da CODEVASF, como o de Gorutuba e Pirapora na região e outros no Nordeste do Brasil.⁵⁶

A substituição de culturas tradicionais para outras mais dinâmicas e rentáveis é uma mudança induzida em todos os perímetros irrigados sob a coordenação da CODEVASF. A fruticultura se apresenta como um ramo comercial privilegiado nessa conjuntura, sendo destinada para o abastecimento tanto do mercado interno quanto externo, possuindo um retorno econômico que, em tese, seria capaz de compensar os gastos de produção e pagamento das taxas de irrigação.

A transformação do projeto Jaíba em referência na fruticultura irrigada pode ser comprovado pelas estatísticas produtivas abaixo:

A NOVA FRONTEIRA DO AGRONEGÓCIO

A crescente produção de frutas e grãos e o volume comercializado em grandes centros, como Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, indicam que os produtores estão obtendo bons resultados. Mais de 300 produtores de bananas ocupam área superior a 2.000 hectares, com produção de mais de 30 mil toneladas, nas variedades maçã, prata e nanica. Toda a produção chega aos mercados em caminhões com câmaras frias, mantendo a qualidade do produto.

A produção de limão Tahiti, cultivado por 274 produtores, alcança 4.000 toneladas, em área plantada de 462 hectares. Já a manga Haden, cultivada por 110 produtores, numa área de 3.333 hectares, atinge uma produção superior a 570 toneladas.

Na área do projeto, também são produzidos frutos como abacaxi pérola, açaí, acerola, coco anão, figo, lichia, mamão, manga, maracujá, pimenta do reino, tâmara, tangerina e uva, além de diversas variedades de abóbora, alface, alho, batata doce, beterraba, berinjela, brócolis, cebola, quiabo, repolho e tomate, tanto para uso caseiro quanto para a indústria.⁵⁷

⁵⁶ RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba.** Uma interpretação: 1970-1996. 337 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998, p. 159.

⁵⁷<http://www.ruralminas.mg.gov.br/jaiba>

As informações acima, coletadas no endereço eletrônico oficial da Ruralminas, juntamente com outras pesquisas acadêmicas comprovam o potencial produtivo do projeto irrigado.⁵⁸ O discurso de “A Nova Fronteira do Agronegócio” destaca qual era a função da agência estatal na colonização da fronteira agrícola norte-mineira, ou seja, desenvolver o capitalismo agrário na região sem destruir a grande propriedade privada de terras.

Vista como forma de desenvolvimento econômico e social, a fruticultura é largamente explorada no projeto Jaíba com destaque para a produção de banana, sendo a cidade de Jaíba considerada a Capital Nacional da Banana. Sendo orientada pela CODEVASF, a fruticultura irrigada como tendência produtiva no Jaíba é praticada principalmente pelos empresários, uma vez que demanda grande quantidade de tecnologia, maquinários e adubos.

Ao apresentar o projeto Jaíba para a sociedade civil e para o público interessado, o discurso dominante procura negligenciar seus contrastes na intenção de ganhar maior notoriedade e veracidade. Através de propagandas que tem como base seu potencial hídrico, disponibilidade de terras e frases de efeito como “o maior projeto de irrigação da América Latina”, o perímetro do Jaíba passa a ser divulgado como sinônimo de evolução, progresso e redenção de uma região marcada pelas condições climáticas irregulares e elevados índices de desemprego.

O discurso desenvolvimentista procurou ser elaborado a partir da ideia de que tal investimento seria de grande relevância social. Como consequência de ser tão veementemente assegurado como solução dos problemas socioeconômicos, tal discurso passou a ser visto como uma realidade tangível e possível de ser alcançada.

Nesse contexto, a imprensa desenvolve um papel fundamental. O noticiário, ao selecionar o que chega ao leitor, influencia sua percepção e avaliação do fato sendo que seus interesses comumente são intrínsecos aos da classe dominante. Opinar, silenciar, mesclar conceitos, contextualizar, investigar e\ou lapidar informações são fatores usados pela imprensa, que é tida como um “meio formador de opinião”.

O jornal Folha de Jaíba é o principal noticiário local, sendo criado em 1992. No início de sua circulação, existia uma coluna chamada de *irrigAÇÃO* que noticiava especificamente fatos relacionados ao projeto Jaíba. Após alguns anos, essa coluna foi

⁵⁸ MAIA, Antônio Maria Claret(org). **Uma realidade chamada Ruralminas**. Belo Horizonte: Ruralminas, 2007. MORAES JÚNIOR, A.R. **Avaliação econômica do Projeto Jaíba: Etapa I**. Dissertação (Mestrado em Economia Rural)– Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 1997.

extinta, porém reportagens ligadas ao perímetro irrigado sempre foram divulgadas no intuito de mostrar suas riquezas e, às vezes, seus contrastes; este último aparece de forma mais rara, uma vez que o referido noticiário é financiado por empresários e políticos locais, e para não causar atritos focam-se os pontos positivos do Jaíba.

Diante das condições de miséria e sofrimento vividas por grande parte da população do Norte de Minas o projeto Jaíba foi apresentado e divulgado praticamente como a “salvação” para a região

Uma nova fronteira agrícola está surgindo no Estado de Minas Gerais, ela está localizada ao norte, à margem direita do Rio São Francisco. Trata-se do projeto Jaíba, um dos maiores projeto públicos de irrigação da América Latina. Situado nos municípios de Jaíba e Matias Cardoso, o projeto é considerado pelos técnicos como uma redenção para a região, já que o Norte de Minas assemelha-se ao semiárido nordestino.⁵⁹

O projeto Jaíba é considerado pelo discurso jornalístico como uma obra faraônica e como uma forma de irrigar o sertão, gerando novas oportunidades para os moradores\trabalhadores da região norte-mineira. Várias expectativas são lançadas quanto ao futuro do perímetro irrigado, contribuindo para a criação de percepções que remetem à ideia de avanço e desenvolvimento.

As reportagens do periódico local, ao divulgarem notícias sobre o projeto Jaíba, comumente usavam\usam metáforas, comparações, hipérboles e outras figuras de linguagem no sentido de apresentá-lo como vultoso empreendimento: “o projeto Jaíba pretende se transformar no celeiro nacional”⁶⁰, “o projeto Jaíba se constituirá num dos maiores pólos de produção de frutas do Brasil”⁶¹, “projeto Jaíba pretende transformar o Norte de Minas na Califórnia brasileira”.⁶²

Existem propagandas tomando como base o número de hectares irrigadas, geração de empregos e produtividade agrícola sempre permeadas por números e gráficos no sentido de criar versões únicas e visões de mundo universais. Essa memória, que constitui aquela oficial do lugar, ao criar uma visão positiva e linear do projeto Jaíba, procura negligenciar contradições, entraves e outras interpretações que porventura possam existir. Através da memória dominante, os trabalhadores rurais são apresentados como força de trabalho pertencente a um projeto maior, homogêneo e

⁵⁹ Jornal Folha de Jaíba. Ano V, nº 71, 2^a quinzena de abril de 1996, p. 02.

⁶⁰ Jornal Folha de Jaíba. Ano III, nº 33, 2^a quinzena de abril de 1994, p.01

⁶¹ Jornal Folha de Jaíba. Ano V, nº 71, 2^a quinzena de abril de 1996, p.09.

⁶² Idem.

universal, que congressa outros agentes e instituições do perímetro irrigado de forma coesa e harmoniosa.

Esse discurso hegemônico tem o objetivo maior de legitimar o Jaíba perante a opinião pública como obra construída para o benefício de pequenos produtores rurais como notado em mais uma reportagem do jornal Folha de Jaíba: “com a conclusão do projeto, cerca de 1.329 famílias assentadas em glebas de 5 hectares terão condições para desenvolver a agricultura e elevar o nível renda da população regional.”⁶³

Sendo atualmente 1.828 lotes familiares, o projeto Jaíba é divulgado pela reportagem acima no sentido de a ele ser atribuído um caráter social ao beneficiar trabalhadores rurais da região, oferecendo-lhes oportunidade de melhorar de vida. A participação, influência e favorecimento do agronegócio no empreendimento são pontos negligenciados ou deixados nas entrelinhas deixando a entender que o projeto Jaíba seria essencialmente um projeto de distribuição de terras e não um empreendimento de modernização e capitalização da fronteira agrícola mineira.

O discurso desenvolvimentista e social acerca do projeto Jaíba foi feito através da imprensa e pelo rádio, que divulgava a disponibilidade de terras na região, e por meio das falas dos técnicos e engenheiros responsáveis pelo planejamento, coordenação e administração do projeto Jaíba. As narrativas dos sujeitos que mostraram interesse em possuir terras irrigadas no Jaíba indicam que foram várias as promessas feitas:

Como foi a entrevista?

quando nós fez a entrevista era pra nós receber casa de quatro cômodo, depósito e escola perto para as crianças e se fosse meio distanciado tinha que ter ônibus pra transportar todas as criança.

A entrevista foi onde?

A entrevista foi em Janaúba. Eu sou de Porteirinha, mas a entrevista foi em Janaúba, lá na RURALMINAS. Naquela época o que mostrava era uma coisa de outro mundo: aqui não pudia beber, aqui não pudia ter pessoas de farra, aqui não pudia ter nada pela entrevista e a pessoa tinha que ter documentos, tinha que ter todos os dados, passado por delegacia e tudo o quanto pra comprovar que cê era uma pessoa boa, entendeu? Eles mostraram claramente que as coisas era mil maravilhas, porque foi selecionado e eles dizia que aqui era pra vim pessoas que queria trabaíá, vagabundo e ladrão num pudia entrar não.⁶⁴

Manoel Borges Pinto, conhecido como Manoel Sarapião, casado, 62 anos, natural de Porteirinha, no Norte de Minas, descreve que quando fez sua entrevista na

⁶³ Jornal Folha de Jaíba. Ano V, nº 71, 2ª quinzena de abril de 1996, p. 02.

⁶⁴ Manoel Borges Pinto. Entrevista realizada no dia 26/09/2013.

Ruralminas o projeto foi apresentado como local que iria garantir meios de sobrevivência, segurança e tranquilidade para sua família, sendo que possíveis entraves para manutenção do lote e geração de renda não foram citados. A infraestrutura física e social construída aliada à seleção de vizinhos de boa índole são argumentos bastante convicentes para que os sujeitos entrevistados abandonassem uma vida sofrida rumo ao projeto Jaíba.

Sempre trabalhando no campo, Manoel relata que foi constante a procura de caminhos em lugares e círcunstâncias diferentes para galgar uma melhor condição social:

eu sou do município de Porteirinha, eu sou filho de produtor no município de Porteirinha e eu trabalhava com meu pai. O que a gente veio trabalhando que depende da roça a gente sabe de tudo né, a gente mexia com plantação, plantava arroz, feijão e milho, só mesmo para o alimento nosso, mas tinha também o algodão que dava algum dinheirim; mexia com gado, porco, carneiro, mexia com tudo, porque na região de Porteirinha quem tinha terreno igualmente meu pai, tinha que mexer com tudo. Só que tinha muita dificuldade porque naquela época a gente carregava água na cabeça, num tinha nem carroça, tinha carro de boi, mas muitas vez num tinha tambô, outra hora não tinha caixa pra armazenar e a vida era difícil. Depois disso eu fui morar em Mato Grosso, São Paulo e Goiás, sempre trabalhando na lavoura pros outros, até que voltei pra Porteirinha em 94 e depois fiz a inscrição e saiu o lote aqui pra mim.⁶⁵

Diante de uma vida marcada por privações, desgastes físicos e migrações, a promessa de ter uma terra irrigada constituiria uma solução para alguns dos problemas de Manoel gerando expectativas e esperanças. A diversidade de alimentos e criações de animais na roça do pai garantia a subsistência da família, sendo a prática mercadológica bastante simples e rudimentar realizada apenas com a venda de algodão para a compra de alimentos ou bens não produzidos.

Embora nem todas as entrevistas abordem a promessa da existência prévia de serviços básicos necessários aos trabalhadores que ocupariam as terras do projeto Jaíba, algumas, descritas neste trabalho, são tomadas como representativas, indicando que possivelmente as agências responsáveis pelo cadastro e seleção dos futuros irrigantes apresentavam o perímetro irrigado de uma forma, no mínimo, capaz de desenvolver avaliações positivas do lugar.

⁶⁵ Idem.

Dionísio, a exemplo de Manoel Sarapião, também relatou que durante a entrevista a Ruralminas criou uma imagem bastante atrativa e promissora em relação ao Jaíba:

na época eles dizia que nós ia receber uma casinha e um lote com água e que nós ia ter uma ajuda de custo aqui e que tinha certeza que nós ia gostar... então a proposta que o povo da Ruralminas fez pra nós foi muito boa, porque eles falava bem assim: lá vai ter um bom hospital, lá vai ter bom estudo pro seus fi, cê vai gostar.⁶⁶

Dionísio Ferreira dos Santos, casado, 55 anos, relata que na época em que fez a inscrição tinha nove filhos (atualmente são oito porque um faleceu) sendo que o projeto Jaíba se apresentou como possibilidade de sustento e emprego para sua família. A esperança de prosperidade e estabilidade foi alimentada pelas promessas que indicaram o perímetro irrigado como probabilidade de ganho e não de frustrações.

Relatando sua trajetória social, Dionísio descreve que teve uma “vida sufrida”. A falta de recursos financeiros devido à dificuldade de encontrar emprego estável ou de ter uma boa produção agrícola devido à escassez constante são motivos que o conduziram a constantes migrações:

eu saí pelo mundo morando mais um e mais outro de fazenda em fazenda... quando tinha seca aqui em Janaúba eu ia fazer colheita de café lá no Triângulo Mineiro, aí eu trabaiei lá um mucado de ano, todo ano eu ia saber? Quando eu num ia trabalhar no café em Patrocínio, Uberlândia, Uberaba ou cortar cana em São Paulo eu ficava na rocinha que meu sogro deixou de herança pra minha muié, mas naquele tempo tava um tempo muito ruim de chuva e eu tinha que sair pra ter dinheiro pra ajudar a muié e os menino.⁶⁷

Constituindo-se como andarilho que não tem tempo para chegar ou para sair, a experiência de Dionísio antes da chegada ao projeto Jaíba foi marcada pelo emprego como assalariado rural volante que se desprendia da família e dos amigos, procurando caminhos para sua própria sobrevivência e dos seus dependentes. A família era colocada no centro de seus interesses e subjetividades, sendo motivação para enfrentar caminhos distantes e incertos.

Dionísio e Manoel Sarapião são trabalhadores, assim como vários outros, que se deslocaram para Jaíba, principalmente após 1997 quanto foi feita a seleção da Ruralminas, em busca de melhores condições de vida em uma área propalada como

⁶⁶ Dionísio Ferreira dos Santos. Entrevista realizada no dia 26/09/2013.

⁶⁷ Idem.

catalisadora do desenvolvimento regional. A saída de milhares de trabalhadores de suas respectivas cidades de origem não é avaliada aqui como escolha e sim como uma iniciativa imposta por fatores econômicos e climáticos adversos.

Segundo os dados organizados por Anete Marília Pereira⁶⁸, dentre os setenta e nove municípios da região norte mineira com a população da urbe inferior a vinte mil habitantes, Jaíba em termos percentuais aparece como o município com a maior taxa de crescimento populacional, obtendo um crescimento igual a 4,99% em um período de dez anos (1991 a 2000). Em 2010 o município de Jaíba possuía 33.000 moradores⁶⁹ sendo que, deste total, 20.000 eram habitantes do projeto Jaíba.

No que se refere à origem da população que teve acesso a terra no projeto Jaíba, são apresentados os seguintes números por Kleber dos Santos: 83,0% eram da região Norte de Minas Gerais, 5,0 % de outras regiões de Minas, 4,0 % da Bahia, 8,0 % de outros Estados.⁷⁰ São homens e mulheres de diferentes trajetórias, saberes, expectativas, valores, tradições e crenças que tinham em comum dificuldades de sobrevivência nas suas respectivas cidades de origem e o desejo de possuir uma terra própria para morar e trabalhar.

Sendo a maioria trabalhadores rurais, em sua diversas modalidades (meeiro, posseiro, arrendatário, vaqueiros, carvoeiros, assalariados rurais), existe também no projeto Jaíba uma minoria de colonos que antes desenvolviam ocupações na cidade, exercendo a função de pedreiros, comerciantes, entre outras. A oportunidade de possuir uma terra irrigada no propalado perímetro de irrigação conduziu várias pessoas a um lugar incerto, para muitos, distante, mas com possibilidade de ter uma condição social melhor do que a então vivida.

São sujeitos que em sua maioria pertenciam a regiões semiáridas onde conviviam com longas estiagens que comprometiam a produção agrícola ou a possibilidade de encontrar emprego. As secas aparecem como fator natural responsável pela movimentação de muitas pessoas em busca de melhores condições de vida em outros lugares, sendo comuns relatos em que os sujeitos permaneciam a maior parte do

⁶⁸ PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região:** o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 351 Fls. Tese (Doutorado em Geografia). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia-UFU, 2007, p. 178.

⁶⁹<http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=313505&search=minas-gerais|jaiba|infograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria>.

⁷⁰ SANTOS, Kleber Carvalho dos. **Heterogeneidade nas estratégias de sustento: a experiência da intervenção planejada na Etapa I do projeto Jaíba, Minas Gerais.** 311 Fls. Tese (Doutorado em ciências econômicas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Rio Grande do Sul, 2013, p. 120.

ano longe da família, voltando a esta próximo apenas no período de chuva, que na região norte-mineira se concentra entre os meses de novembro e março.

As ações públicas se concentram de forma precária e emergencial em casos de secas prolongadas decretando situação de calamidade pública e enviando caminhões-pipa, via de regra insuficientes, para atender à população necessitada. Apesar de serem divulgadas ações de convivência com a seca pelo Governo Federal, como o programa “um milhão de cisternas rurais”, é notório que o problema está longe de ser resolvido, já que a água incerta é destinada apenas para o consumo humano, persistindo a falta de recursos hídricos para agricultura e pecuária.

A maioria dos entrevistados plantava, geralmente em terras arrendadas ou cedidas por terceiros, uma agricultura sem uso de tecnologias avançadas que permitissem uma maior produtividade, conhecida como agricultura de sequeiro. Oleriano Antunes de Souza relata sua trajetória de vida tendo o trabalho como referência:

eu trabaiajava ajudando o meu pai na roça, trabalhava sol a sol com meus irmãos na roça, e num tinha esse negócio de estudar não, era cabo da enxada mesmo. Depois eu casei e já comecei a tocar roça mesmo por minha conta, mas era nim terra dos outros, eu arrendava terra dos outros, mas cum tempo já num tinha terra também, se tivesse ao menos a terra pra plantar e lá num tinha, aí eu ia arrendando terra e plantando, no começo dava né? Mas no fim vinha complicando por causa da seca.⁷¹

Natural da cidade de Gameleiras, Norte de Minas, atualmente com 67 anos, Lero, como é conhecido, trabalhou primeiramente na roça do pai e depois como arrendatário, produzindo no sequeiro. Mesmo com uma rotina de trabalho árdua, que envolvia todos os membros da família, a ausência de chuvas, ação de pragas, dificuldades para investir na produção, falta de assistência técnica e crédito rural eram fatores que contribuíam para as constantes perdas e prejuízos financeiros.

As longas estiagens em Gameleiras fizeram com que a produção agrícola diminuísse consideravelmente, como relata o narrador:

tinha hora que nós plantava aquele tanto de arroz esperando ele vingar e na hora da chuva, cadê? O trem embranquiava tudo, soltava os cacho tudo branco e nada dele vingar, aí depois nós passou pro algodão, mas o algodão também num deu certo por causa das pragas e da seca. Nesse Norte de Minas aqui chove pouco demais, em Gameleiras nós foi perdendo lavoura, foi perdendo, e no outro ano a gente tocava roça

⁷¹ Oleriano Antunes de Souza. Entrevista realizada no dia 25\06\2012.

quase sem... a gente num fazia nem empréstimo no banco, era a gente mesmo que plantava pela gente mesmo, com o tempo foi encurtando e num dava mais arroz nem algodão, aí o jeito foi sair de lá e cassar outros recursos.⁷²

Essa realidade, outrora vivida pelos trabalhadores da região, frequentemente era transmitida pelos noticiários que focavam os períodos de seca na região, pragas na agricultura e suas consequências. Uma reportagem de maio de 1993 do jornal Folha de Jaíba relata a situação de calamidade pública decretada por vários prefeitos da região

se não bastasse a estiagem prolongada que invade a nossa região, e tantos outros males, vem agora o comprometimento da lavoura de algodão pela praga do bicudo, que vai fomentar desesperadamente o êxodo rural de toda a região Norte Mineira.⁷³

Na busca por alternativas para a convivência com a seca, muitos produtores agrícolas optaram ao longo da década de 1980 e 1990 por plantarem alimentos tradicionais considerados resistentes aos longos períodos de estiagens como a mandioca, feijão, milho e principalmente o algodão; este foi considerado por muito tempo como o ouro branco do sertão.

Mesmo passando para a produção algodoeira, mais resistente a longas estiagens se comparado ao arroz, os prejuízos ainda continuaram na lavoura de Oleriano. A persistência do entrevistado em continuar na terra natal diante das condições climáticas, políticas e econômicas adversas foi gradativamente acabando, sendo a saída encontrada abandonar Gameleiras e buscar, em lugares distantes, uma possibilidade maior de ganhos financeiros.

Após o casamento e nascimento dos oito filhos, a produção incerta em poucos meses do ano não era suficiente para garantir o sustento da família, obrigando Oleriano a procurar outros caminhos

primeiro fomos pra São Paulo, aí nós ficamos lá cinco anos trabaindo na roça, só que era pros outros, trabaiava por dia e de vez em quando de a meia, aí levantei um dinheirim lá, foi a conta mesmo de vim imbora.

Aí o senhor voltou pra Gameleiras?

⁷²Idem.

⁷³ Jornal Folha de Jaíba. Ano II, nº 13, 2^a quinzena de maio de 1993, p. 01.

Vim pra Gameleira de novo, eu fiquei lá trabalhando, mas de primeiro lá dava muito arroz. Depois eu fui pra Janaúba, mas lá eu num mexi com roça mais não, lá eu fui trabalhar por dia com os empreiteiros.⁷⁴

As narrativas realizadas indicam trajetórias de vida marcadas por privações e movimentações à procura de melhores condições de vida. Sem ter condições de plantar e colher é constante a procura, por parte dos trabalhadores rurais norte-mineiros, de oportunidades em outros locais. A saída da cidade de origem geralmente acontece nas épocas de safra no Triângulo Mineiro, Zona da Mata ou São Paulo, retornando ao Norte de Minas nas entressafras.

Essas migrações à procura de trabalho indicam como os trabalhadores vão se movimentando e buscando manobras para sair de situações de dificuldade e garantir uma vida mais digna para a família. Seja através do trabalho no campo ou na cidade, Oleriano vai refazendo costumes e modos de trabalhar, procurando ser versátil se adaptando às exigências que cada função determina.

Essa mudança de postura se torna essencial para conseguir um emprego e fazer laços de sociabilidades que são elementos importantes para a permanência e promoção das pessoas no ambiente em que está inserido. A trajetória de Oleriano mostra que o trabalho como meeiro, assalariado rural, em empreiteiras e agora como agricultor familiar é realizado a partir de esforços que exigem constantes incorporações de diferentes normas, procedimentos e valores.

Em Janaúba, cidade a 70 km de Jaíba, Oleriano trabalhou de 1994 a 1997 na construção de canais para ampliação do projeto Gorutuba. Após inscrição e entrevista realizadas enquanto era morador de Janaúba, ele foi sorteado para ter acesso a um lote no projeto Jaíba, tomando posse em 1997. O perímetro irrigado de Jaíba se apresentava como uma oportunidade para os entrevistados saírem da situação de frustrações com a agricultura de sequeiro e a possibilidade de melhoria das condições de reprodução social e econômica.

Outras narrativas também dão conta de como o clima semiárido é um fator de desemprego e perdas financeiras para os camponeses pobres do Norte de Minas. A fala de Helenice dos Reis Lobato relata o desânimo e a falta de perspectivas em seu município de origem:

⁷⁴ Idem.

toda vez que a gente plantava lá em Varzelândia perdia, porque era sequeiro, e também era ruim porque a gente só plantava em terreno dos outros, a gente num tinha terreno. Tinha um moço lá que todo ano dava um pedacim de terra pra gente, e a gente plantava mi, feijão, mas só era também no tempo das águas. Tinha vez que num tinha serviço nem nos vizinhos pra gente poder trabalhar, meu marido saía de bicicleta, até mesmo de pé pra vim até aqui em Jaíba pra poder caçar serviço pra poder pagar o armazém e fazer fera.⁷⁵

Natural da cidade Varzelândia, 56 anos e mãe de seis filhos Helenice, conhecida como Nice, plantava em terras cedidas por terceiros apenas no período de chuvas, sendo que em outras épocas o marido tinha que enfrentar longas distâncias à procura de emprego. Ao longo de sua narrativa, ela descreve que desde a infância sua vida fora marcada pelo trabalho e superação de obstáculos:

eu desde novinha trabalhava com meu pai na roça, meu pai pegava empreita e a gente ia cozinhar pra turma, minha infância foi sufrida demais porque eu trabalhei muito em casa de família, em roça dos outros, então minha infância foi muito sufrida, porque eu num tinha assim... igual hoje tem chance de estudar, minha infância eu num tive essa chance de estudar, no mês todo eu ia pra escola quatro ou cinco vezes, e olhe lá, também já num tinha um chinelo, num tinha uma roupa, então se for pra mim ir pra escola de todo jeito eu num ia e por isso eu ia pra roça.⁷⁶

O lamento da entrevistada é pelas portas que se fecharam em sua vida adulta pela falta de estudo. Sem possibilidade de frequentar de modo assíduo uma escola, Helenice ajudava os pais na roça, seja como cozinheira ou no trabalho na lavoura. Após o casamento, o trabalho foi realizado ora em carvoarias ora na plantação agrícola, sendo que ambos os serviços não eram capazes de garantir o sustento dos seis filhos.

Outra dificuldade relatada por Helenice desde a primeira idade diz respeito ao acesso à água até mesmo para o consumo humano

lá em Varzelândia a gente colocava vinte litro de água na cabeça e um balde na mão de dez litros, pra poder encher um tambor a gente ia na fonte num sei quantas vezes, pra encher esse tambor de duzentos litros, a gente ia era num córrego lá e tinha que subir a ladeira com um balde de água na cabeça, era muito difícil.⁷⁷

⁷⁵ Helenice dos Reis Lobato. Entrevista realizada no dia 13\10\2012.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Idem.

Essa situação de sofrimento e miséria vivida pela entrevistada e por sua família foi o motivo que a fez caminhar de Varzelândia até a cidade de Jaíba (distância de 83km) para fazer a inscrição na esperança de conseguir uma terra no projeto Jaíba. Sem ter expectativas de melhorias socioeconômicas em sua cidade natal, Helenice procura no acesso a um lote agrícola irrigado a chance de ter alimentos para a subsistência familiar.

Parte das entrevistas foi realizada no segundo semestre de 2012, sendo que o Norte de Minas estava passando por um longo período de estiagem⁷⁸, fato que é representado em algumas falas. A narrativa de Valdomira é construída a partir de comparações tendo em foco a situação ainda enfrentada por membros de sua família que residem em Manga, sua cidade natal

lá a gente trabaia na terra sequeira né? Porque lá na terra de meu pai é terra sequeira, porque lá num tem água, aí a gente plantava, mas naquela época pelo menos que nós tava lá num era tão ruim, porque naquela época chuvia, ainda chuvia bastante, nós plantava as coisas, nós plantava muito algodão, depois com os tempos nós não pôde plantar algodão porque já veio aquele tal de bichudo tomar conta do algodão, aí pararam tudo de plantar algodão, plantava só um milho, um feijãozinho catador, tinha um lugazim lá que a gente plantava um feijãozinho de arranca também, a gente plantava um pedacim lá, pelo menos a gente tinha pra comer e vender alguma coisa, mas esse cantim que eu tô falando que tem água num é nosso, é de um ex-prefeito lá de manga, esse pedacim de terra que meus irmãos mexe que tem a água, esse pedacim é dele (do ex-prefeito), e meus irmãos mexe com esse pedacim até hoje, mexe e paga aquela porcentagem pro dono.⁷⁹

Natural da cidade de Manga, casada, 60 anos e mãe de três filhos, Valdomira Inácia de Souza descreve que apesar de plantar em poucos hectares de terras, que eram arrendadas, a produção era suficiente para garantir o consumo da família e venda do excedente. Todavia com o passar dos anos a atuação de pragas na lavoura e a contínua irregularidade das chuvas foi comprometendo sua permanência no seu município de origem.

Como o terreno arrendado era pequeno, alguns dos seus irmãos sempre se deslocavam para o Triângulo Mineiro ou Zona da Mata à procura de emprego na época

⁷⁸ Segundo os meteorologistas a seca no Norte de Minas durou mais de dez meses em 2012, afetando 124 municípios. Foram registrados apenas 15 milímetros nos seis primeiros meses daquele ano. Considerada como a pior seca dos últimos trinta anos, a água chegava à zona rural dos municípios através de 200 caminhões pipa do Exército e da Defesa civil. Ver <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/10/seca-leva-124-municios-mineiros-decretar-estado-de-emergencia.html>.

⁷⁹ Valdomira Inácia de Souza. Entrevista realizada no dia 15\07\2012.

da colheita do café. Enquanto isso, a entrevistada preferia ficar na pequena propriedade plantando mandioca e milho para a subsistência familiar, sendo que no período da seca seu esposo trabalhava como diarista nas fazendas circunvizinhas.

A narrativa de Valdomira articula sua condição atual com o processo histórico vivido, sendo que a história oral oferece essa possibilidade de entender como as pessoas vão experimentando diversos contextos e como interpretam cada fase de sua vida, sendo possível compreender e “reconstituir memórias que na verdade giram em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas”.⁸⁰

Dentre as conquistas que Valdomira faz questão de relatar, está o fato de ter aprendido a ler e a escrever mesmo diante de todas as adversidades que lhe sobrevieram:

Como foi sua infância?

Vixi, trabalhei e trabalhei muito, muito, muito; naquela época era cabo de enxada mesmo, a gente começou a trabalhar muito nova, uma coisa boa foi a gente ter ido na escola. Tinha uma escola, tinha uma professora que vinha e ficava morando em minha casa, ela vinha de Manga, essa professora vinha muntada a cavalo, pro cé ver que nem carro num tinha de primeiro, era muito difícil viu, eu tirei a quarta série, mas a maioria das pessoas da minha idade num sabe nem ler, vai no dedão, porque num sabe mesmo, eu tirei a quarta série com muito pelejar, eu tirei porque... aí depois essa professora foi imbora e não quis voltar mais, aí tinha outra escola que naquela época num sei quantos quilômetros erae nós ia de pé moço, aquela renca de menino ia pra escola dessa professora cá no lugar que chama Japuré, caminhava, caminhava, caminhava naquele sol quente levando aqueles livrims, e sei que com isso eu tirei a quarta.⁸¹

O material escolar oferecido pelo pai era uma forma de pagamento e recompensa pelo trabalho áspero desenvolvido cotidianamente na roça. Sem transporte, a entrevistada relata que ela e alguns outros colegas enfrentavam forte calor e longas distâncias, sendo que o esforço foi compensado com o diploma de quarta série.

Mesmo as trajetórias dos colonos sendo construídas de forma individual ou familiar, suas narrativas fazem emergir uma condição social e situações semelhantes apesar de terem se conhecido no projeto Jaíba. Outro entrevistado que vivia uma situação parecida à dos demais é Elias Mendes Pereira, 61 anos, pai de quatro filhos,

⁸⁰THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória:** questões sobre a relação história oral e memórias. In: Projeto História, São Paulo, nº 15, abril de 1997.p.57.

⁸¹ Valdomira Inácia de Souza. Entrevista realizada no dia 15\07\2012.

natural de Janaúba. Tendo como fio norteador o trabalho, Elias relata parte de sua trajetória social:

minha história, como diz o outro, toda a vida foi pesada, desde criança eu comecei a trabalhar de machado, eu tinha catorze anos de idade, com essa gordura toda que cê tá vendo eu aqui, toda vida eu fui magro, com catorze anos eu já trabalhava de machado com meu pai, de tudo de roça eu já trabalhei um pouco, de roça eu tenho bastante experiência viu. De machado, foice, enxadão eu já trabaiei tudo, já trabalhei em Janaúba, na Bahia, em Porteirinha, todo lugar eu já trabalhei. Trabalhei de vaqueiro também, mas vaqueiro eu trabalhava mais no tempo em que eu era solteiro, quando eu era solteiro eu trabaiaava muito puxando boiada né? Com a turma, nós ia em vários lugar, tinha vez que nós passava trinta dias no lombo do cavalo viajando, da roça de tudo eu já fiz um pouco viu.⁸²

Mesmo residindo em municípios diferentes, o trabalho de Elias sempre foi desenvolvido no campo a partir do qual ele próprio desenvolve percepções e identidade ligadas ao pertencimento deste ambiente como pode ser verificado no trecho que diz “de roça eu tenho bastante experiência viu”. Construindo sua narrativa de forma a ressaltar que sua trajetória social “sempre foi pesada”, Elias procura se projetar como homem que enfrenta os obstáculos se movimentando em diferentes lugares e situações de emprego à procura de uma maior qualidade de vida.

Trabalhando na roça desde a infância, seu Elias descreve que suas responsabilidades aumentaram após o casamento, sendo preciso aumentar o ritmo de trabalho e produção:

Eu trabalhava com meu pai no tempo de solteiro. Depois que eu casei e fui pro terreno de meu sogro na roça lá em Janaúba, que a área era maior, aí então eu trabalhava mais meu sogro e ao mesmo tempo trabalhava com outro cara, aí chegou em 82 esse cara que eu trabalhava de empreita me disse: ó Elias quer plantar? Eu falei: como é a condição seu Geraldo? A condição é assim, assim e assim, aí juntou eu e meu cunhado e nós plantô oitenta e duas hectares de roça de milho, metade da despesa sendo minha, metade sendo do fazendeiro, quando foi na hora de vingar entrou uma lagarta na lavoura e comeu tudo, num choveu em outubro, deu uma chuva pouca em novembro, dezembro, veio chover dia 23 de dezembro e deu coisa ainda, ainda deu muita coisa, aonde num deu lagarta ainda deu fartura, mas depois disso a gente desanimou, a gente plantava no sequeiro e desanimava porque a pessoa já tava esgotada: ah num choveu até agora num chove mais, e aí num planta.⁸³

⁸² Elias Mendes Pereira. Entrevista realizada no dia 13\10\2012.

⁸³ Idem.

Após residir na Bahia e em outros municípios norte-mineiros seu Elias retorna para Janaúba procurando plantar uma grande extensão de terras no objetivo de garantir uma renda maior para sustento da família. O trabalho se desenvolvia em duas frentes: para o sogro e em regime de parceria com terceiros. O fato de ter havido perda na maior parte da produção no regime de parceria contribuiu para que o desânimo recaísse sobre seu Elias causando falta de estímulo para continuar a plantar em terras de sequeiro.

O que chama a atenção na sua narrativa é o fato de lembrar, 30 anos depois, da data exata em que choveu em Janaúba. A água representa para o homem sertanejo uma maior esperança de produtividade agrícola, e foi a partir desse pressuposto que seu Elias faz a inscrição junto à Ruralminas para ter acesso a uma área no projeto Jaíba.

Enquanto a irrigação é vista pelos colonos como oportunidade de vida, trabalho e alimentação, o Estado, idealizador do projeto Jaíba, entende a água como fator de monetarização. O governo planeja a distribuição de água para os colonos irrigarem sua propriedade a partir da lógica do mercado que aumentaria a produtividade agrícola necessária para a geração de divisas que posteriormente seriam usadas para o pagamento do capital público investido.

Fica claro, portanto, que o perímetro irrigado do Jaíba deveria cumprir não uma função social ou ser um projeto de utilidade pública, mas sobretudo ser fator de monetarização dos produtores rurais alterando modos de viver e técnicas de produção. Enquanto os trabalhadores fizeram a inscrição objetivando acesso à terra tendo em vista o caráter social da irrigação, o poder público estadual e federal estava pensando na questão produtiva e econômica que poderia ser gerada através do projeto Jaíba.

As narrativas dos colonos indicam que o acesso a terra irrigada possuía sentidos e significados que ultrapassavam a expectativa de se tornarem ou não pequenos empresários rurais envolvendo questões ligadas à sobrevivência familiar como descrito por Joaquim:

antes de nós vim pro projeto, há dois anos a gente já tinha informações do projeto, porque saiu uma carta lá no município de Mato Verde (Norte de Minas) que quem quisesse terra fosse lá para fazer a inscrição, aí nós fomos. Tinha um candidato a vereador lá na época que ele tinha vontade de ajudar o povo, que o povo pedia serviço e num tinha, aí ele falou: ó tem essa forma: eu vô arrumar o caminhão e cê vai lá e vê se arruma terra lá, e encheu o caminhão de pessoas e foi, naquele tempo podia andar muita gente no caminhão, só era terra e barro e o caminhão atolava na estrada, quem vinha tinha que voltar no outro dia porque num dava tempo de voltar no mesmo dia não, aí nós fomos a turma e fizemos a inscrição, e chamou as pessoas que queria

edeu o nome, com seis meses mais ou menos eles chamô, porque as terra aqui tinha saído, tava chamando o nome das pessoas, inclusive esse dia eu tava trabalhando na marcenaria, e um vizim meu por nome Gildásio foi e falou: ó Joaquim eu tenho uma notícia boa pro cê, cê precisa moço, cê tem seis menino pra criar, cê vai ficar muito alegre, ai eu falei: o que que é? Porque eu já tinha até esquecido, num é que ele mostrou a carta e falou: ó é lá no projeto Jaíba, saiu suas terra. Aí eu fui em casa e mostrei minha muié a carta e nós veio atender a carta.⁸⁴

Natural da cidade de Monte Azul, 50 anos, casado e pais de seis filhos o entrevistado, Joaquim Martins de Oliveira, residia no município de Catuti, Norte de Minas, na época em que fez a inscrição para ter acesso a um lote agrícola no projeto Jaíba. Orgulhando-se de dominar três profissões, agricultor, pedreiro e marceneiro, Joaquim encontra no perímetro irrigado uma possibilidade de garantir condições melhores para os filhos, sendo a justificativa do vizinho elementar nesse sentido: “cê precisa moço, cê tem seis menino pra criar”.

Antes de chegar ao projeto Jaíba, Joaquim já tinha procurado várias alternativas de sobrevivência em diversos outros lugares:

Como foi sua infância?

desde a idade de sete anos que eu trabalho em roça, eu trabaiei pra meu pai até na idade de quinze anos, depois de quinze anos em diante comecei a trabaiá pra mim mesmo, ajudava pai, mas a gente fazia mais era pra gente mesmo, pois a gente precisava de uma roupa, um calçado, como se diz: já queria se mostrar. Então eu ficava com vergonha e queria andar mais diferente um pouquinho, às vez meu pai queria me vestir de um jeito mas a gente queria vestir de outro, então a gente resolveu casar com dezenove anos, depois que eu casei eu morei uns oito ano lá em Caraíbas, perto de Espinosa, e depois eu fui para o município de Monte Azul e quando foi um dia eu disse: ó eu vou arrumar um lugar pra mim, como se diz: trabaiá onde tem mais serviço, e fui pra Catuti e cheguei lá procurei o primo meu lá pra ver se ele tinha bastante terra desocupada, aí ele falou: ó moço os outro tá trabaiando, tá plantando roça de algodão de ameia, se cê quiser, aí eu falei: eu quero.⁸⁵

O desejo de Joaquim, assim como dos demais entrevistados, era conseguir uma terra própria para trabalhar e morar. Joaquim evidencia que, apesar das carências, ter uma terra própria significaria para ele a possibilidade de adquirir maiores chances de sobrevivência em uma sociedade altamente competitiva e excludente como a capitalista contemporânea.

⁸⁴ Joaquim Martins de Oliveira. Entrevista realizada no dia 15\06\2012.

⁸⁵ Idem.

Importante salientar que, entre os entrevistados, Deusdete e Vandis conseguiram terras no projeto Jaíba através da compra e não pela seleção realizada pela Ruralminas. Natural da cidade de Salinas, 56 anos, casado e pai de quatro filhos, Deusdete Bispo, conhecido popularmente como Dete, antes de chegar no perímetro irrigado já tinha possuído terras em Salinas, Norte de Minas, e nos Estados de São Paulo e Paraná. Desde a infância, o entrevistado foi adquirindo experiência de mercado necessária para obtenção de recursos indispensáveis para uma independência financeira:

desde os dez anos eu tinha minha roça em Salinas, tinha a rocinha minha que fazia minha horta e fazia o pasto para criar o gado, era assim, e quando num era eu pegava um cavalo e andava seis léguas, que é trinta e tantos quilômetros, para pegar umas laranjas pra vender. Desde pequeno eu tenho lutado, comecei a lutar comprando uma coisa e outra, comprava frango pra vender, comprava maxixe e ia vender, depois comecei a emprestar dinheiro, comprar uma vaca, aí cê vai largando aquelas coisas pra trás e pensando na frente. Foi assim que eu comecei ganhar dinheiro, aí eu peguei com Deus e ninguém me segurou mais, eu mesmo que comprava e vendia e fazia minha parte.⁸⁶

O entrevistado se projeta como homem esforçado e perseverante que soube administrar um pequeno pedaço de terra ganhado do pai. Mesmo relatando que sua luta foi iniciada na infância, sua narrativa demonstra que também nesta fase vieram as primeiras conquistas que funcionaram como combustível para enfrentar os novos desafios.

A chegada de Deusdete ao projeto Jaíba, em 2001, é uma continuação de um longo processo social que sempre teve o campo como lugar social em que lutas e desafios foram empreendidos:

com catorze anos eu fui pro Estado de São Paulo, eu saí com uma malinha nas costas e fui trabalhar por dia pros outros e fui vivendo por conta própria, trabalhando e lutando, e depois que eu adquirir o dinheiro pra comprar minha roça eu num precisei trabalhá pra ninguém mais e fui trabalhá pra mim, porque comigo num teve negócio de herança nem nada não. Depois eu mudei pro Paraná e trabalhei lá de 1968 a 1981, e lá eu mexia com agricultura, trigo e soja, caminhão, e trator fazendo terras pros outros, e assim eu fui ganhando dinheiro e depois eu vim imbora, tornei voltar pra Rubelita (município próximo a Salinas) e fui mexer com gado, quando foi em 1994 eu fui pra Belo Horizonte, fiquei lá uns tempo, mas lá é cidade grande e quem num tem estudo em cidade grande, que nem eu, tá perdido.⁸⁷

⁸⁶ Deusdete Bispo. Entrevista realizada no dia 15\07\2012.

⁸⁷ Idem.

Essa curta biografia do entrevistado mostra uma trajetória de dificuldades que não são peculiares a ele, embora a forma de enfrentá-la seja. Não se procura apresentá-lo como herói, apenas como sujeito que se mobiliza e procura caminhos para enfrentar adversidades. Mantendo-se orgulhoso porque adquiriu as coisas que possui graças ao seu próprio suor em longos anos de trabalho, Deusdete descreve que as movimentações foram constantes à procura de condições favoráveis de trabalho.

O projeto Jaíba expressou, pois, a chance, para muitos inédita, de possuir uma terra própria divulgada em forma de números e imagens. O gasto financeiro empreendido pela compra de terras irrigadas no projeto Jaíba foi realizado segundo a lógica do custo\benefício que seria compensado com os possíveis ganhos adquiridos através da plantação em terras irrigadas.

A primeira tentativa de entrada no projeto Jaíba de Vandis foi através por meio do processo de seleção. Porém ele não foi contemplado:

eu tentei um lote pela Ruralminas, mais aí num sei porque num deu certo. Mas eu num desistir de ter meu pedacinho de terra não, e na época que eu morava em Janaúba eu fui trabalhando de pedreiro e fui juntando um dinheirinho, até eu consegui comprar esse lote aqui em 2002.⁸⁸

Natural da cidade de Janaúba, 47 anos, casado e pais de três filhos, Vandis Veríssimo comprou uma área no projeto Jaíba a partir de seu trabalho na construção civil por não ter sido encaixado nos critérios de seleção, no mínimo ambíguos, adotados pela Ruralminas. Embora o trabalho como pedreiro não estivesse comprometido e garantisse a Vandis certa estabilidade financeira, o desejo era possuir uma terra irrigada para produção agrícola.

Trabalhando em serviços diferentes, ora no campo ora na cidade, o entrevistado deixa claro que tem a roça como lugar de reconhecimento e pertencimento:

Lá em Janaúba você já trabalhava com roça?

No tempo de eu solteiro com meus pais eu mexia na roça, aí depois a gente mudô pra cidade e eu trabalhei em firma que também trabalhava com lavoura né, trabalhei na EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) uns dois anos e pouco, e trabalhei na piscicultura, na construção como pedreiro, até chegar aqui e mexer com roça de novo, comecei e vou terminar na roça, porque eu num acustumo trabaiá em outro lugar não.⁸⁹

⁸⁸ Vandis Veríssimo. Entrevista realizada no dia 26/09/2013.

⁸⁹ Idem.

Os futuros colonos não tinham ideia das regras, condutas e obrigações que iriam ter após chegarem no Jaíba, dado que o interesse maior no momento em que compraram a terra ou fizeram a inscrição era ter um lugar para trabalho e moradia.

A trajetória de alguns trabalhadores rurais destacados neste capítulo oferece evidência para pensar o projeto Jaíba a partir de subjetividades e não de forma homogênea, procurando entender o espaço como um emaranhado de histórias, memórias e expectativas diferentes. Com bagagens e referências culturais diversas, o elemento comum que os uniu foi a necessidade e desejo de possuir terra em um perímetro agrícola irrigado como oportunidade de sair de situações de carências antes vividas.

Ter a escritura de uma propriedade rural possui significados simbólicos e culturais na vida dos trabalhadores entrevistados que não se restringem apenas a seu valor econômico. O campo é o local de reconhecimento e pertencimento no qual são construídas várias experiências, valores e tradições. No contexto dos cercamentos na Inglaterra, iniciado no século XVII, Edward Thompson relata suas consequências e ânsia dos trabalhadores rurais por pequenos lotes e hortas, concluindo que “a terra carrega sempre outras conotações – de status, segurança e direitos – mais profundos do que o simples valor da colheita”.⁹⁰

A terra é vista como elemento que possibilita a realização de projetos de sobrevivência, construindo experiências e sonhos em uma dinâmica em que não apenas o sustento da família está em jogo, mas também modos de vida, uma vez que o campo é lugar de reconhecimento e pertencimento, onde os sujeitos têm a possibilidade de trabalhar naquilo que desenvolvem com êxito e gosto.

Os desafios e percepções dos colonos diante da realidade vivida na nova terra, laços sociais estabelecidos, formas de trabalho e produção são análises que indicam transformação no espaço e nos modos de vida do sujeito. É sobre esses assuntos que trataremos a seguir.

⁹⁰ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Vol. II. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987, p. 64.

CAPÍTULO II

Terra, trabalho, família: experiências e cultura dos pequenos produtores rurais

Porque a história é um causa que tem que ser real, é pro acontecimento não ficar pra trás, porque toda coisa que ficou pra trás cê num vê mais, e a história é uma coisa que reativa as coisas anterior.⁹¹

Através das experiências de seus moradores\trabalhadores, o projeto Jaíba foi sendo construído, vivido, desfeito e refeito, segundo demandas imediatas e possibilidades em construção. Nesse processo não apenas o espaço sofre modificações, mas o próprio ser que nele habita, tendo a cultura dos agricultores familiares reelaborada em meio a embates, tensões, pressões e sociabilidades construídas a partir de relações sociais específicas e mutáveis.

Os sujeitos entrevistados do projeto Jaíba encontram-se atualmente satisfeitos por possuírem uma condição econômica melhor, por terem conseguido a terra após anos como não proprietários, e manifestam o desejo de nela continuar a viver e trabalhar com suas famílias, construindo novos projetos. Todavia são unâimes em afirmar que são várias as dificuldades e desafios enfrentados ao longo do processo histórico vivido.

Desejos e expectativas mudam segundo tempo, espaço e circunstâncias, e se antes a meta dos trabalhadores era ter um lugar para trabalho e moradia, logo após a chegada ao projeto Jaíba, a realidade mostrou-se diferente, por algumas vezes adversa, contribuindo para que projetos e ações fossem direcionados para o objetivo de criar condições de estabilidade e permanência no lugar. Maria Ilza da Silva, casada, 60 anos, natural de Mato Verde, descreve como foram suas primeiras experiências na nova terra:

nossa vida foi muito difícil. No início quando nós chegô pra qui as únicas sombras que tinha era os poste de luz de energia que a gente colocava garrafa de água pra num pegar sol, e era só terra vermeia, todo lugar que cê olhava era só terra, poeira e vento, a gente ficô aqui passando dificuldade até de coisa de comer. Minha mãe mora em Mato Verde, e um dia eu escrevi uma carta pra ela com as lágrimas assim pingando contando a vida, como a gente tava aqui, a gente num passô fome, mas passô dificuldade, entendeu? Aí a gente foi trabalhando, mas foi com muito sacrifício.⁹²

⁹¹ Deusdete Bispo. Entrevista realizada no dia 15\07\2012.

⁹² Maria Ilza da Silva. Entrevista realizada no dia 26\06\2012.

Através da narrativa de Maria Ilza, a impressão que fica é um deserto que recebeu irrigação. Sem estabelecimentos comerciais ou políticas públicas para atender a população recém-chegada, as demandas foram muitas. A necessidade de trabalhar debaixo de um sol escaldante por longas horas, a falta de serviços públicos e habitação digna refletem o caos social vivido por Ilza e outros moradores sendo suas lágrimas a expressão de um sofrimento compartilhado.

Assistência técnica, crédito rural, estradas trafegáveis, saneamento básico, redes de comercialização, entre outros serviços, ainda são carências verificadas na maioria dos assentamentos rurais do Brasil, seja em modelos de colonização via CODEVASF ou em modelos de reforma agrária via INCRA. Apenas a distribuição de terras não garante cidadania aos assentados, e outras ações estatais são de importância crucial para o bem estar e a melhoria da qualidade de vida destes sujeitos.

Em alguns casos, os colonos tiveram que conviver com infortúnios que estavam além da questão produtiva e comercial, como na situação vivida pela família de Ilza:

aí depois veio o problema de saúde de meu esposo e a gente plantô abóbora pra semente, e a gente teve um lucro, inclusive esse lucro foi na época que meu esposo adoeceu e tava em Montes Claros, e ele ficô lá mais de trinta dias internado e passou por mais de três cirurgias, ficou um ano sem poder fazer nada. Aí eu fiquei trinta dias lá em Montes Claros, meu filho caçula trabalhava na Brasnica, e aí na roça trabalhava só eu, e na época da doença de meu esposo eu ficava com ele três dias em Montes Claros e vinha e ficava dois aqui trabalhando no sol, plantando mi e cuidando da casa. Nós já passamo um tanto de coisas difíceis aqui nesta vida, mas a gente num baixa a cabeça, com a cabeça erguida e com fé em Deus nós segue em frente.⁹³

O “aí depois” revela que outros problemas precediam a doença do marido. Para manter a roça produtiva e gerar renda para a manutenção do lote e sustento da família, Maria Ilza revezava parte dos dias da semana entre Montes Claros e Jaíba (distância de 207 km), ou seja, entre o hospital e a roça. Como a safra é sazonal, o salário mensal do filho que trabalha em uma empresa de frutas tropicais ajudava a arcar com as despesas.

As condições técnicas, logísticas e sociais essenciais para que o pequeno produtor rural pudesse adquirir meios para o trabalho e a produção agrícola não foram oferecidas pelo Estado, transferindo aos sujeitos o ônus e responsabilidade pelo desenvolvimento de sua área. Trazendo de suas respectivas cidades parcos recursos,

⁹³ Idem.

como objetos de higiene pessoal e algumas roupas, faltava aos novos proprietários o capital necessário para realizar o processo produtivo.

O Distrito de Irrigação de Jaíba (DIJ) e alguns órgãos públicos criaram medidas que no fundo se mostraram assistencialistas, como isenção do pagamento de água durante o primeiro ano de ocupação da área e entrega de metade da mesma plantada, geralmente de arroz ou milho. A outra metade do lote encontrava-se com tocos e raízes de árvores resultante do processo de desmatamento⁹⁴, sendo responsabilidade de cada proprietário fazer o trabalho de destoca e preparar a terra para plantação.

O DIJ, que em sua essência foi criado para gerenciar e administrar o uso da infraestrutura comum, também ocupou o encargo de garantir condições, dentro de uma lógica capitalista, para a permanência dos trabalhadores recém-chegados ao projeto Jaíba, uma vez que, se não o fizesse, teria um abandono em massa devido às condições precárias encontradas.

Longe de serem imparciais ou inocentes, tais medidas estavam ligadas a um processo maior em que o tempo seria um fator importante para a aquisição de conhecimentos e procedimentos a serem adotados no novo espaço, visando à capitalização dos sujeitos. Ademais, as medidas adotadas pelo DIJ possuíam caráter de legitimidade social que se fez necessária para justificar sua presença no lugar.

Como no projeto Jaíba as regras, ações e até os direitos dos assentados (como terra e água) foram pensados pelo Estado e agências financiadoras internacionais, dentro de uma lógica na qual o desenvolvimento rural se daria através de vias capitalistas, as ações desenvolvidas para amenizar os problemas vividos pelos colonos devem ser vistas segundo o pressuposto de que os perímetros irrigados da CODEVASF fazem parte de um contexto de interesses hegemônicos para a modernização do espaço rural brasileiro.

Outra medida foi a liberação de crédito rural em massa para os agricultores do Norte de Minas plantarem banana em 1997, ano da chegada da maioria dos colonos entrevistados no projeto Jaíba. No planejamento estatal essa seria a primeira medida que iria alavancar a capitalização dos agricultores através da “vocação para a fruticultura” do projeto Jaíba.

Sem condições de plantio por conta própria, a maioria dos pequenos irrigantes aderiram ao financiamento junto ao FNE (Fundo Constitucional de Desenvolvimento do

⁹⁴ Para maiores informações sobre os impactos ambientais causados pela construção do projeto Jaíba ver: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Alto Parnaíba (CODEVASF). **Relatório dos Impactos Ambientais (RIMA)**, Outubro de 1998.

Nordeste) na esperança de conseguirem renda para quitar o empréstimo realizado e investir na melhoria das condições de vida da família como, por exemplo, iniciar ou terminar a construção de uma moradia digna.

Todavia o sonho tornou-se dívida. A demasiada oferta de um mesmo produto teve como consequência a drástica diminuição do seu valor causando prejuízos, débitos e, em alguns casos, falência de muitos produtores. A deficiência na assistência técnica e mercadológica são fatores apontados por Amanda Cristina da Silva⁹⁵ como responsáveis pela inadimplência de vários produtores da etapa I do Jaíba que se arrasta até os dias atuais.

Segundo os agricultores, havia apenas a liberação de crédito para a bananicultura e, no auge da crise, uma caixa de 22 kg da fruta era avaliada por menos de um real. A situação de endividamento impede que muitos produtores do projeto Jaíba tenham acesso ao crédito rural, seja porque o banco exige que a pessoa tenha o “nome limpo” ou porque muitos têm medo de se endividarem e com isso perderem a terra.⁹⁶

O endividamento em massa tornou-se uma condição da maioria (especificamente 79%) dos colonos do projeto Jaíba que continuaram na atividade carregando dívidas junto aos bancos ou comerciantes locais. A impossibilidade de maiores ganhos devido à “crise da banana” impediu que muitos colonos conseguissem recursos para investirem na produção agrícola comprometendo a melhoria da qualidade de vida familiar a curto prazo.

As ações de financiamento agrícola, entrega da metade do lote agrícola plantado e inserção do pagamento das taxas de irrigação no primeiro ano de assentamento não foram capazes de garantir a permanência de todos os trabalhadores no projeto Jaíba. Não foram raros os casos em que as pessoas que tiveram acesso a terras no projeto Jaíba desistissem de ocupá-las devido à realidade encontrada, como narra Valdomira

⁹⁵ SILVA, Amanda Cristina da. **Dilemas da agricultura familiar no projeto Jaíba**, M.G. 89 Fls. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)- Universidade Federal de Viçosa: Viçosa, 2006, p. 59.

⁹⁶O Plano Safra do semiárido 2013-2014 autorizou, por parte do governo federal, a concessão de rebate, até 31/12/2014, para liquidação de operações originais de até R\$ 100 mil, para dívidas contratadas até 31/12/2006 na região do semiárido. Os limites de rebate podem chegar a 85%. Como a maioria dos municípios do Norte de Minas, inclusive Jaíba e Matias Cardoso, fazem parte da Região Mineira do Nordeste (RMNe) eles serão beneficiados pela lei. Para maiores informações sobre conquistas definidas pelo Plano Safra Semiárido ver: Jornal da CONTAG. Ano IX, nº IX, agosto de 2013.

muita gente que veio comigo de Manga num gostou muito daqui não, a maioria do povo conhecido meu que veio pra qui voltou tudim de novo, porque na época que nós chegô aqui só via terra e céu, num tinha casa e cê num via cor de dinheiro de jeito nenhum, e num tinha serviço pro cê trabaiá pros outros, e trabaiá na terra nossa era difícil porque tinha que comprar adubo, veneno e a gente num tinha dinheiro.⁹⁷

Os elevados custos de produção e comercialização, somados à falta de apoio oficial, submetem os pequenos proprietários rurais a uma pauperização que culmina com a sua expulsão do campo, apesar de alguns discursos usarem a palavra “saída do campo”, procurando amenizar ou isentar o Estado de culpa. Muitos trabalhadores voltaram para sua cidade de origem, sem que o projeto Jaíba tivesse correspondido às suas expectativas e sonhos.

Outras narrativas também dão conta do abandono/venda constante dos lotes do projeto Jaíba. Perguntada como é a relação com as pessoas, Maria Ilza respondeu que:

dos meus vizim que veio pra cá há quinze anos atrás só tem eu e dona Valdomira, que nós veio e ficamo, mas esses lotes aí já passô pelas mãos de muitas pessoas, os do lado do meu aqui mesmo já passô por três dono, e aí vai só vendendo, agora eu e dona Valdomira foi que veio e ficô, mas a gente sempre teve boa convivência com os vizim.⁹⁸

Os donos dos lotes circunvizinhos de Ilza foram três no período de quinze anos. Isso equivale a uma média de permanência de apenas cinco anos, tornando preocupante a fixação do homem no campo e o futuro da agricultura familiar como atividade econômica, importante geração de alimentos para o abastecimento do mercado nacional.

Mesmo com todas as atribulações e dificuldades, os colonos entrevistados evidenciam que o desejo de permanecer na terra foi maior. A experiência de conviver com a seca, de ter que “passar fome”, perdas financeiras e dificuldade de trabalho em outras regiões contribuíram para que muitos sujeitos encontrassem no projeto Jaíba uma realidade incerta, contudo havia alguma chance de garantir sobrevivência para a família.

Diversas narrativas revelam que força, trabalho e perseverança foram requisitos para permanecerem no novo espaço, e a melhoria das condições de vida passava por tornar a terra agricultável e economicamente viável. As falas dos colonos indicam que o esforço de todos os membros da família foi primordial para superação das primeiras dificuldades como observa Valdomira:

⁹⁷Valdomira Inácia de Souza. Entrevista realizada no dia 15\07\2012.

⁹⁸Maria Ilza da Silva. Entrevista realizada no dia 26\06\2012.

no início era todo mundo na roça, todo mundo aqui trabaiaava, quem tinha fi carregava, quem num tinha só ia o homem mais a muié, porque no início quando nós viemos pra cá, hoje já miorou muito, mas no início que nós viemos pra cá a coisa aqui era brabo, cê num via cor de dinheiro, pra ver só se fosse pra trabaíá pros outros e aqui nós trabaiva na roça e só via céu e terra, que aqui era tudo gradeado, aquela terrona fofa, na hora que dava um vento subia aquele poeirão no lote de todo mundo, e cum tempo nós foi plantando. Isso aqui mesmo foi tudo nós que plantemos, mas aqui de primeiro era aquele sólão quente que Ave Maria, mas nós foi trabaizando e aqui foi miorando, foi plantando roça, colhendo, e as coisas indireitaram mais.⁹⁹

A construção e transformação do lugar foram empreendimentos realizados cotidianamente por cada colono em tempo e circunstâncias particulares. O espaço antes da chegada dos produtores rurais não possuía plantações, casas, animais, entre outras paisagens que compõem o mundo rural, sendo construído a partir da ação progressiva de seus novos moradores.

Dentre os problemas, o primeiro consistia no fato de os sujeitos não terem casa de tijolos e telhas para morarem, obrigando-os a residirem em barracos de lona expostos a doenças, desconforto e insegurança. Se chovesse, o piso que era de terra batida transformava-se em lama, se tivesse um vento forte o barraco poderia ser destruído e na época de sol o calor era intenso.

Casa digna, infraestrutura social básica, entre outros direitos essenciais à dignidade humana foram promessas que alguns trabalhadores rurais ouviram durante as entrevistas pelas agências estatais que constituíram fator relevante para que eles abandonassem suas respectivas cidades em busca dessas garantias. Porém, encontraram durante a chegada ao Jaíba apenas o “direito” de ir a uma mata próxima retirarem paus para construir um barraco de lona. A decepção de chegar ao projeto Jaíba e ver apenas uma terra plana e vazia foi gradativamente se transformando em superação expressa tanto na vivência debaixo da lona quanto no trabalho árduo em busca de uma habitação melhor.

Relatando sobre sua experiência na primeira moradia, Maria Ilza descreve um dia marcante:

nós moramos uns dois anos no barraquim de lona de plástico, madeirite e teia de amianto, aí só depois que nós construiu a casa de tijolo; além de num ter sombra nenhuma era um forno lá dentro e era

⁹⁹Valdomira Inácia de Souza. Entrevista realizada no dia 15\07\2012.

um quarto só, num tinha repartição nenhuma, inclusive uma vez veio o pessoal meu de Mato Verde e nós colocou uns pano no chão e dormiu umas dezoito pessoa nos pano esparramado no chão¹⁰⁰.

O tempo médio de permanência dos sujeitos nesse tipo de moradia foi de três a quatro anos, e em apenas um cômodo a família tinha que desenvolver as atividades domésticas e de bem estar, como lazer e descanso. Imagens desse tipo de habitação, construída em uma terra plana, oferecem uma dimensão parcial de como era a vida dos pequenos produtores rurais



Figura 02: Fotografia dos primeiros anos dos colonos no projeto Jaíba.

Essa foto faz parte de um acervo disponível na Secretaria de Educação de Jaíba com o título “Imagens do projeto Jaíba”, sem maiores referências como data ou fotógrafo. Sem energia elétrica e água tratada, o barraco de lona é um símbolo do projeto de colonização agrícola estatal posto em prática na fronteira agrícola norte-mineira.

Essa condição social foi comum a todos os agricultores que chegaram ao projeto Jaíba, e a produção e integração ao mercado seriam os determinantes para que eles conseguissem sair daquela situação. Nesse contexto, não apenas as carências eram semelhantes como também as regras e obrigações a que estavam subordinados, e para

¹⁰⁰ Maria Ilza da Silva. Entrevista realizada no dia 26\06\2012.

conseguirem alimentos e plantação foi comum a troca de favores, saberes e informações.

Ao chegar ao projeto Jaíba, Gerci salienta que: “aqui ninguém passou fome porque, se a gente tinha uma mandioca, tinha um vizinho ali que já tinha uma batata, uma verdura, uma banana, e a gente ia lá e trocava ou até mesmo pegava dele e num precisava pagar como eu fazia lá onde eu morava.”¹⁰¹ Gerci Gonçalves de Almeida, 61 anos, viúva e natural da cidade de Porteirinha, salienta que a ajuda do próximo e ao próximo foi importante para a superação das primeiras dificuldades e para a convivência social entre eles.

Mesmo possuindo estratégias de trabalho, produção e comercialização individuais, o contato e a ajuda mútua se manifestaram na vida de muitos sujeitos. Principalmente na época da colheita, em que o trabalho demanda maior mão de obra, as cercas que separam o “meu” e o “seu” lote não impediram a ajuda recíproca entre os colonos. Durante essas relações de trabalho e produção, não se trocavam apenas mercadorias e serviços, já que era também uma forma de os trabalhadores se conhecerem, estabelecendo laços de amizade entre eles.

A vontade de permanecer na terra e buscar oportunidades de melhorias de vida foram razões importantes para que, de maneira ora individual ora coletiva, os sujeitos superassem dificuldades inerentes à forma como a política de assentamento rural foi conduzida no projeto Jaíba.

Outras formas de companheirismo foram praticadas fora do lote agrícola. A experiência religiosa, concebida enquanto experiência social, se desenvolveu através do esforço de cada pessoa que sentia vontade de ter um lugar para cultos, festividades e sociabilidades.

Nos povoados do projeto Jaíba, existe, na praça principal, uma igreja católica como símbolo da religiosidade e devoção dos trabalhadores rurais. De acordo com as entrevistas, cada igreja foi construída com o esforço comum de pessoas que sentiam a necessidade de perpetuar costumes herdados de gerações anteriores. Maria Ilza relata como surgiu a igreja na sua comunidade (Núcleo de Serviços II-N.S.II):

aqui tinha uma igreja de páia de coco (risos), aí foi, foi...começô a fazer a igreja, foi fazendo aos poucos até que terminou, fazia os leilão e os povo dava os gado, as coisas pra poder render dinheiro, os que num podia dava outras coisas como frango, bode, qualquer coisa eles

¹⁰¹ Gerci Gonçalves de Almeida. Entrevista realizada no dia 26\06\2012.

dava pra poder interar o dinheiro pra poder construir. Eu dava os leilão, eu ia ajudar, até agora mesmo num dá pra eu doar um animal, mas no dia lá (de festas ou eventos benficiares) eu ajudo a limpar a igreja, arrumar tudo.¹⁰²

A doação de tempo, serviços e bens materiais de cada pessoa foi imprescindível para a construção da igreja local. A ajuda de comerciantes, pedreiros, carpinteiros e dos colonos contribuiu para a edificação da igreja católica do povoado. Ilza relata que as contribuições chegavam de várias formas, segundo as possibilidades de cada pessoa, e aqueles que não podiam doar materiais para construção ou animais usados nos leilões contribuíam com a mão de obra na limpeza, alimentação dos pedreiros, doação de dias de serviço, entre outras maneiras.

Construir uma moradia melhor, povoar e transformar o meio ambiente que estava em volta foi uma tarefa árdua feita de forma gradativa e realizada segundo o tempo e possibilidades de cada pessoa. Deparar-se com um chão irrigado, mas sem políticas públicas que garantissem condições materiais de permanência significou para os sujeitos um contínuo processo de desdobramento e superação como explícito na fala de Floripes que abandonou a cidade de Manga com 49 anos (atualmente ela está com 65) na companhia do esposo e filhos à procura de uma vida melhor no projeto Jaíba:

quando a gente veio pra qui era um deserto... no início aqui num tinha casa não, nós pegou lona, madeirite e telas de amianto e foi construindo os barracos, alguns que tinha um dinherim e trouxe de suas casas já vinha logo construindo suas casinha e quem não tinha, igual nós, teve que ficar morando uns anos no barracão de lona.¹⁰³

A terra que foi prometida não estava pronta; tinha que ser melhorada, modificada e construída cotidianamente pelos novos moradores/trabalhadores. Esse tempo é visto como passagem: da experiência de sofrimento para a construção de novas possibilidades e expectativas. Um momento de determinação, confiança e trabalho porque o foco era permanecer na propriedade, como ressalta Helenice:

quando nós chegamos aqui num tinha casa, tinha apenas cinco telhas no telhado,e nós colocou no barraco sete crianças dentro, aí nós cercou o barraco de lona, a gente saía pra trabalhar era uma dificuldade de um ficar pra olhar as crianças, tinha vez que chovia e virava só a lama, outras vez era o vento, porque aqui ventava

¹⁰² Maria Ilza da Silva. Entrevista realizada no dia 26/06/2012.

¹⁰³ Floripes Esmerinda Dourados. Entrevista realizada no dia 25/06/2012.

muito, mas nós conseguimos ainda ficar, porque foi difícil abandonar minha terra e vim pra cá, e nós num pudia abandonar aqui também.¹⁰⁴

Ao relatar sobre a precariedade da primeira moradia, Helenice pede pra pausar o gravador e mostra um álbum de fotos que retrata sua vivência nos primeiros anos no Jaíba. São imagens do barraco de lona, trabalho com o marido na lavoura, do primeiro fogão feito com tijolos no fundo de casa e da infância de seus filhos.



Figura 03: Helenice e família em meio à lavoura.

Na foto, alguns alimentos plantados indicam, como previsto, que a produtividade em terras irrigáveis é mais elevada e diversificada se comparada à agricultura de sequeiro, tendo como pressuposto que existe uma possibilidade maior de garantir o sustento familiar dos trabalhadores rurais assentados, ao mesmo tempo em que aumentariam suas rendas.

Geralmente essa imagem é a que sobressai nos discursos oficiais acerca do projeto Jaíba, ou seja, sua capacidade e potencialidade agrícola. A intenção clara é mostrar um possível desenvolvimento social em equilíbrio com o meio ambiente, no

¹⁰⁴Helenice dos Reis Lobato. Entrevista realizada no dia 13\10\2012.

objetivo de criar noções positivas do espaço, negligenciando contradições e outras interpretações que porventura possam existir.

Todavia existe outra realidade vivida pelos colonos que não aparece nas propagandas e manchetes acerca do projeto Jaíba. A segunda foto mostrada por Helenice evidencia que a produção agrícola, apesar de ser grande, foi inicialmente realizada a partir de condições adversas de trabalho e moradia.



Figura 04: Habitação da família de Helenice nos primeiros anos no Projeto Jaíba.

Com poucos recursos financeiros e tecnológicos para investir na lavoura, a produção agrícola de Helenice foi realizada a partir do esforço familiar e com a ajuda esporádica de alguns vizinhos, tendo como objetivo garantir a alimentação dos seis filhos e a construção de uma moradia melhor. Somente após alguns anos, os colonos conseguiram construir uma casa melhor poupando recursos financeiros e deixando de investir em outras necessidades da família.

Importante destacar que, se para o pequeno produtor rural a experiência no barraco de lona foi tempo de frustrações e superações, o discurso dos órgãos responsáveis pelo Jaíba indicavam caminhos diferentes. Durante debates entre técnicos

e coordenadores de entidades representativas do projeto Jaíba acerca da infraestrutura básica a ser disponibilizada para os colonos, ficou evidente que seria transferida para os novos proprietários a responsabilidade pela construção de residências, o que diminuiria os gastos do Estado com a questão social. Segundo o jornal Folha de Jaíba

A filosofia dos dirigentes do Projeto, aponta que não é viável doar uma casa de alvenaria para o irrigante, pois pode correr o risco deste irrigante se acomodar e trabalhar apenas para o seu sustento diário. E conforme explicou o gerente do Distrito (Distrito de Irrigação de Jaíba), Carlos Landi, a intenção é que os produtores se desenvolvam e realmente alcancem a sua independência econômica.¹⁰⁵

Segundo o planejamento estatal, a não doação de casas seria um favor ao colono para que o mesmo conseguisse adquirir uma independência econômica, visto que já tinha distribuído terras “de graça” e os proprietários construiriam a própria casa como contrapartida necessária para permanência no lugar. De forma notória houve um privilégio da questão econômica e produtiva sobre a questão social justificada pelo fato de que pequeno produtor ficaria “acomodado” se recebesse uma habitação pronta.

Diante desse contexto de altos custos de água, necessidade de construção de uma moradia melhor, gastos familiares e capitalização do meio rural brasileiro, a busca por renda se fez necessária e imprescindível para a permanência do homem no campo.

Existe uma permanente luta das pessoas procurando brechas e saídas para que consigam viver e atuar como sujeitos históricos. No caso do projeto Jaíba, percebe-se que o sonho do colono de permanecer na terra passaria pelo trabalho fora do lote familiar, como expresso na fala de Fábio:

aqui a gente num ganha dinheiro não, mas dá pra ir mexendo, dá pra tocar a vida, aqui tem muita gente que trabalha pros outro pra ter aquele começozim pra começar. Pra te falar a verdade nós também, desde quando chegamo aqui, não sobrevive só disso aqui no lote não, às vezes a gente presta um dia de serviço pra um, pra outro, é uma empreita na mão de outro ali, e vai indo assim.¹⁰⁶

Fábio José de Souza, 44 anos, casado, natural de Janaúba, revela manobras e estratégias para continuar na sua área. Sendo uma prática comum entre alguns colonos até os dias atuais, o emprego como mão de obra temporária para empresas da região

¹⁰⁵ Jornal Folha de Jaíba. Ano IV, nº 61. 2^a quinzena de agosto de 1995, p. 04.

¹⁰⁶ Fábio José de Souza. Entrevista realizada no dia 25\06\2012.

indica que apenas a renda advinda com a produção familiar não é suficiente para arcar com todas as despesas pessoais e de manutenção do lote.

Mesmo sendo proprietários de terras, alguns colonos voltam, esporadicamente, às condições anteriores em que sobreviviam através da venda da mão de obra. Desde o início da construção até os dias atuais, já foram investidos no projeto Jaíba mais de meio bilhão de dólares, sendo que a legitimação social do empreendimento através da pequena produção familiar é uma realidade cada vez mais distante se levarmos em conta a liberação da mão de obra dos colonos para atuarem em outras atividades, sejam rurais ou não.

O trabalho fora da área familiar foi se transformando em necessidade não apenas para os pais, mas principalmente para os filhos. Sem perspectivas de fazerem um curso superior no projeto Jaíba ou de conseguirem certa estabilidade financeira vivendo no pequeno lote da família, muitos jovens abandonam o trabalho na agricultura familiar.

A saída dos filhos de colonos para outras cidades ou como mão de obra para o agronegócio regional foi uma forma encontrada para que eles conseguissem ajudar os pais em um contexto em que a precariedade social faz parte do processo de constituição do projeto Jaíba sob a égide do capital. Foi comum encontrar nas residências apenas o casal de colonos, e os mesmos relataram que quando os filhos terminaram os estudos mudaram para a “cidade grande”:

No início que o senhor chegou aqui, os filhos moravam com o senhor?

Foi, mas com o tempo eles fui imbora pra São Paulo, foi porque já tinha as irmãs deles lá, aí eles empregaram lá, e tá pra lá, de vez em quando eles vem aqui, porque aqui num dá pra trabalhar todo mundo, e também quando encontra serviço num paga muito, e aí eles resolveram e tão em São Paulo até hoje.

O senhor tem quantos filhos?

Tenho oito, tem cinco pra lá (São Paulo), tem um que mora em Janaúba, a menina mora na Gameleira e outro mora aqui comigo, só o mais vê tá com nós aqui.¹⁰⁷

A falta de perspectivas de trabalho no pequeno lote da família é uma condição importante para o contínuo afastamento dos jovens deste local, e o projeto Jaíba passa a ser frequentado apenas em épocas de férias ou feriados. As justificativas apresentadas por Oleriano para a saída de seus filhos foram a falta de trabalho e o baixo salário pago na região, revelando que esse abandono do campo não acontece de forma natural.

¹⁰⁷ Oleriano Antunes de Souza. Entrevista realizada no dia 25\06\2012.

Pesquisas de Luciene Rodrigues indicam que “um lote de 5 hectares é insuficiente para que a família consiga o excedente da produção sobre o consumo necessário à reprodução da força de trabalho (para cobrir as necessidades básicas necessita-se, no mínimo, de 10 hectares)”.¹⁰⁸ A partir destes dados, que levam em consideração o número de filhos por casal, o custo de vida do lugar, capacidade produtiva do lote e margem de renda dentro das condições estabelecidas, a autora constatou a existência de dificuldades para a geração de divisas necessárias para que o agricultor-irrigante consiga arcar com todos os custos de produção e manter a subsistência da família.

Como a taxa média de natalidade entre os colonos do projeto Jaíba é de 4,6 filhos, está cada vez mais difícil a reprodução social da família, como destacado por Gerci:

Os filhos trabalham aqui no lote da senhora?

Difícil, os menino aqui vai tudo pras firma. Mas eu mesma num vendo o meu lote não, tendo ao menos minha moradia tá bom, eu vim de Porteirinha e gosto muito daqui, dô muito bem aqui, num passo fome, então não tenho vontade de vender o meu lote não.¹⁰⁹

Gerci encontrou no arrendamento uma forma de permanecer na terra que serve para ela como moradia, uma vez que não trabalha por ordens médicas que a proíbem de praticar esforço físico devido à idade. Dos seus oito filhos, três se casaram e cada um construiu uma casa no próprio lote da família, dois moram com ela e os três demais foram para outras cidades.

Sem perspectivas de ganho financeiro com o trabalho agrícola, os próprios filhos que moram com Gerci preferem vender sua força de trabalho para empresas agrícolas locais do que investirem no lote familiar. Diante dos desafios de sustento, a presença das empresas no projeto Jaíba é analisada por muitos como forma de garantir salário mensal e outros direitos trabalhistas.

Durante o diálogo mantido com os colonos, muitos demonstravam preocupação acerca do futuro da “pequena rocinha” enquanto atividade econômica cada vez mais comprometida pelo avanço do agronegócio e da falta de políticas agrárias. O arrendamento do lote agrícola, venda temporária da mão de obra para empresas da

¹⁰⁸ RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba**. Uma interpretação: 1970-1996. 337 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998, p. 109.

¹⁰⁹ Gerci Gonçalves de Almeida. Entrevista realizada no dia 26\06\2012.

região ou assalariamento rural revelam uma possibilidade do projeto Jaíba que está cada vez mais difícil: o sustento dos colonos exclusivamente através da produção familiar.

Apesar de narrativas indicarem que a presença das empresas no projeto Jaíba garantiu aos filhos renda e direitos trabalhistas, nota-se que a proposta social apresentada ao Banco Mundial pelo Estado estava voltada para a garantia de uma independência financeira dos trabalhadores através da agricultura familiar, e esta atividade garantiria a eles recursos financeiros suficientes para sobreviverem sem necessidade de se assalariarem.

Em muitos casos, a contribuição dos filhos para o complemento da renda dos pais é o que garante a permanência dos últimos no campo. Seu Joaquim, ao relatar que “tenho três filhos aqui, os outros três moram em São Paulo, são dependentes do patrão, mas eles ajuda muito a gente, ajuda a gente que se for falar tem hora que até energia no início eles pagava, senão cortava, inclusive aqui cortô muita energia, mas a nossa num cortô porque os menino ajudô¹¹⁰, atribui aos filhos parte da responsabilidade pela sua continuação no perímetro irrigado.

Sabendo que a entrada de dinheiro acontece após o processo de produção e venda das mercadorias, sendo as despesas de manutenção da área mensais, uma parte do salário dos filhos de Helenice é direcionada para o pagamento das taxas de irrigação e outros gastos do lote:

quatro menino trabalha aqui, trabalha e mora aqui comigo e os outros tá lá em Itacarambi (cidade circunvizinha) pra ajudar na água, porque se não...porque se cê plantar uma roça pra esperar produzir pra gente pagar energia cê sabe que num guenta, o Distrito vem e corta mesmo, então uns tem que sair pra trabaiá pra poder ajudar a cobrir a conta de água, fora o adubo e veneno que a gente gasta e num é barato.¹¹¹

Embora o significado da terra modifique ao longo de gerações, os filhos sabem de sua importância econômica e simbólica para os pais procurando meios de ajudá-los a permanecerem na terra. Essa divisão social do trabalho é forjada como uma estratégia que encontraram para garantir o sustento da família, mesmo que isso implique o distanciamento de seus membros.

¹¹⁰ Joaquim Martins de Oliveira. Entrevista realizada no dia 15\06\2012.

¹¹¹ Helenice dos Reis Lobato. Entrevista realizada no dia 13\10\2012.

O trabalho como prestadores de serviços para terceiros, a ajuda financeira dos filhos e a ocupação da família na lavoura tem como objetivo angariar recursos, investir no conforto, tranquilidade e segurança familiar como descrito por Helenice:

eu consegui fazer a casa por causa que nós plantô. Foi eu, meu marido e meus fi trabalhando aqui na roça que conseguimo comprar os material e fizemos a casa. Em duas colheitas nós construiu a casa, nós plantava mi, feijão e mandioca, nós foi plantando aos poquinhas e a gente foi juntando dinheiro até conseguimos.¹¹²

O trabalho e perseverança foram relevantes para a construção de uma casa de tijolo que possui grande importância: significa morar dignamente, ter endereço fixo para receber amigos e poder oferecer à família uma vida mais confortável. A casa de tijolo foi a primeira conquista após a chegada ao lote, sendo resultado do esforço e lutas diárias, sendo que a venda dos produtos foi necessária para a superação das necessidades.

O trabalho e comercialização das mercadorias foram os ingredientes para que gradativamente os colonos mudassem de moradia, oferecendo à família uma vida mais digna:

no inicio a gente plantava aqui era milho, arroz, mas arroz a gente num achava quem comprava e ficava aquele tantão de saco de arroz, aí a gente limpava aculá e ia comer, mas o feijão não, o feijão sempre teve uma saidinha melhor, aí a gente plantava feijão e nós ia vendendo e construindo, construía um lado e depois com uns anos nós construiu o outro lado, e nós fomos construindo devagazim.¹¹³

A comercialização se mostra como meio necessário e comum a todos os colonos em uma dinâmica complexa envolvendo mudanças de hábitos e costumes. São transformações e incorporações às experiências dos sujeitos que ocorrem a partir da avaliação racional das condições existentes, interesses, estratégias e negociações postas em prática ao longo do processo social vivido.

Nesse contexto de lutas e embates, os sujeitos não são recipientes passivos dos discursos e interpretações da classe dominante, visto que eles reelaboram discursos e avaliações segundo suas experiências, trajetórias, lugar social, valores e expectativas. As interpretações dos pequenos proprietários rurais em relação ao projeto Jaíba são vividas e compartilhadas de forma seletiva, e outros sentidos e significados podem ser

¹¹²Idem.

¹¹³Valdomira Inácia de Souza. Entrevista realizada no dia 15\07\2012.

adicionados ou excluídos ao entrar em contato com versões produzidas pela memória oficial.

A apresentação do projeto Jaíba através de slogans que propagam “o maior projeto de irrigação da América Latina” converge com interesses dominantes em reduzir experiências a números produtivos e demográficos, vendo os sujeitos como simples força de trabalho ou elementos da produção agrícola. As narrativas dos colonos, porém, mostram como eles constroem esse espaço, formas de atuação e enfrentamento de desafios, seus desejos, sonhos e embates vividos dentro e fora do perímetro irrigado.

Os sentidos, significados e comportamentos adotados pelos pequenos agricultores tendem a traduzir a realidade que eles encontraram bem como as expectativas que foram criadas/desfeitas durante a chegada ao projeto Jaíba. A intervenção rural outrora planejada pelo Estado foi reformulada e readequada segundo as necessidades e possibilidades dos colonos alterando um espaço que tipicamente seria usado para a agricultura familiar irrigada.

As avaliações dos sujeitos quanto a determinado acontecimento são construídas a partir da realidade social vivida, uma vez que é através da subjetividade que as percepções e representações são elaboradas. A história oral, além de reconstruir os fatos, possibilita entender como são avaliados e representados através da vivência das pessoas.¹¹⁴

Valdomira começou sua fala descrevendo a infância “sufrida” na roça e do orgulho de “ter tirado a quarta série” e saber escrever seu próprio nome. Ela descreve sua chegada ao projeto Jaíba da seguinte maneira:

foi em janeiro, no dia 23 de janeiro de 1997, e chegamo aqui por cadastro. Esse lote aqui meu marido ganhou, na verdade eles fala que deu, mas depois a gente vê e num foi bem assim, porque a gente pagou e tá pagando.¹¹⁵

A fala de Valdomira é reveladora tanto no seu caráter pessoal quanto político. Primeiramente chama a atenção sua lembrança da data exata de chegada à nova moradia sendo, portanto, um marco em sua vida. A saída de sua cidade natal com destino a uma terra incerta e distante pode ser interpretada como um ato de coragem e ousadia que se

¹¹⁴ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO Janaína. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral.** 8^a ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 111.

¹¹⁵ Valdomira Inácia de Souza. Entrevista realizada no dia 15\07\2012.

fez necessário, senão imprescindível e urgente, na busca de melhores oportunidades sociais e econômicas.

Após a entrada na terra, alguns fatores ligados a despesas com a produção agrícola e moradia fizeram com que gradativamente Valdomira avaliasse o seu lote como compra e não como doação. A entrevistada ao salientar que “na verdade eles fala que deu, mas depois que a gente vê e num foi bem assim, porque a gente pagou e tá pagando” se distancia de discursos de doação propalados pelo Estado.

O projeto Jaíba esteve\está sujeito a transformações realizadas pelos trabalhadores, visando à criação de condições de permanência em um processo que exige gastos físicos e econômicos, e a realização destas ações que propendem modificar o território é considerada como forma de pagamento pela terra.

O depoimento oral é visto como um espaço de denúncia, apelos e, sobretudo, uma forma de afirmar a presença dos colonos na constituição de um espaço em transformação. Ao apresentarem outras interpretações sobre a realidade social, procuram mostrar para uma pessoa “de fora” a situação vivida por eles, atribuindo ao diálogo um caráter tanto político, quanto psicológico e afetivo.¹¹⁶

Mesmo reproduzindo elementos do discurso dominante, os colonos procuram utilizá-los a seu favor mediante petições e reivindicações com o objetivo de participarem da divulgada riqueza gerada pelo perímetro irrigado. A memória dominante procura criar uma versão triunfante sobre o projeto Jaíba, a qual oculta interpretações e discursos contrários ou alternativos dos colonos. Todavia as narrativas, elaboradas a partir das experiências individuais e sociais indicam caminhos diferentes, não necessariamente opostos, ao oficialmente aceito.

Apesar de usar frases de efeito e indicar as potencialidades da terra os colonos salientam algumas dificuldades em nela trabalhar e produzir. A chegada ao projeto Jaíba não supriu todas as suas necessidades como descrito por Elias Mendes Pereira:

eu acho que tinha que ter dado mais um pouco de condições pro pessoal. É porque quem veio pra qui, agora que tá vindo fazendeiro e empresa grande, agora que tá vindo, mas no início quem morava aqui era só pobre, pobre sem-terra. Sem-terra tem dinheiro? Aonde é que cê já viu um sem-terra com dinheiro no bolso?¹¹⁷

¹¹⁶ Sobre o caráter político da narrativa ver: KHOURY, Yara Aun. *Muitas Memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história*. In: Fenelon, Déa Ribeiro; Maciel, Laura Antunes; (*et all*) **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’água, 2005, p. 116-138.

¹¹⁷ Elias Mendes Pereira. Entrevista realizada no dia 13\10\2012.

As narrativas indicam que as promessas feitas por entidades representativas do projeto Jaíba durante as entrevistas, e narradas por alguns colonos como Dionísio e Manoel, estiveram longe de serem cumpridas, e as avaliações são criadas tomando como base a realidade de carência vivida no presente e o que foi divulgado antes da chegada ao Jaíba.

Embora cristalizada no imaginário coletivo, os sem-terra ocupando fazendas ou marchando na beira das rodovias, com foices, facões e bandeiras vermelhas integrando movimentos sociais, a fala de Elias restringe o termo a sujeitos que não participam de movimentos institucionalizados, embora lutem de forma individual em tempos e espaços diferentes para conseguirem seus objetivos como ter uma terra própria.

Após essa chegada ao projeto Jaíba, surge uma nova pergunta: como permanecer neste novo espaço? Sendo todos os colonos que integram o projeto Jaíba indivíduos pobres, o questionamento de Elias: “aonde é que cê já viu sem-terra com dinheiro no bolso?” é tido como representativo dos problemas enfrentados que demandavam capital para investir na terra.

A agricultura irrigada, tida pela classe dominante como a redenção para o Norte de Minas, ganha contornos e significados reveladores através das narrativas dos colonos. Enquanto algumas imagens relevam o potencial hídrico do Jaíba e o sorriso do agricultor em meio à lavoura, muitos dizem que a água, longe de ser um recurso natural doado pelo poder público aos colonos, é mais uma conta presente para manutenção e permanência no lote.

As elevadas taxas de irrigação se tornaram um dos maiores problemas para os produtores rurais do projeto Jaíba que precisam plantar e comercializar sua produção de forma cada vez mais rentável para quitar os gastos mensais, impedindo assim o corte de água de seus lotes. O K-1, tarifa de resarcimento do investimento público em irrigação, segundo Dionísio, é um dos principais custos e empecilhos de sua produção:

esse K-1 é complicado viu, cê pagar um trem que cê num vê retorno e num tem nada a ver com ele. Pagar energia, pagar água, pagar taxa e ainda vim e pagar K-1, a gente tá aqui em casa e o trem tá só comendo lá, aumentando a dívida. O cara num guenta não, e para a mandioca mesmo, ela demora nove mês pra sair, agora cê tem que ficar pagando água todo mês e quando vai colher a roça o K-1 já tá alto, eu queria assim que eles desse um rebate no K-1 que nós pagava na hora.¹¹⁸

¹¹⁸ Dionísio Ferreira dos Santos. Entrevista realizada no dia 26/09/2013.

Sendo uma taxa mensal cobrada desde o segundo ano de ocupação do lote, a taxa conhecida como K-1¹¹⁹ vai se acumulando, chegando aos dias atuais em montantes que estão abaixo da renda dos colonos. Contribuem para aumento dos custos de produção outras despesas como a chamada taxa mínima¹²⁰, o K-2 cobrado segundo o valor da água consumida, pagamento de energia usada na irrigação, equipamentos e agroquímicos diversos. São despesas que, no final, elevam os gastos dos colonos de tal forma que eles salientam não ser possível pagá-las diante da renda mensal que possuem.

A água, que era o principal atrativo para as pessoas migrarem para o projeto Jaíba, gradativamente vai se transformando no maior entrave para a permanência dos colonos na terra. O que poderia ser uma solução/redenção para uma região seca vai se transformando em complicações e agravamentos sociais como descreve Valdomira:

quando nós entrô aqui também tem um negócio do K-1, essa taxa de K-1, tem época que ela vem variável, vem de um preço num ano e no outro ano vem de outro, esse ano mesmo ela veio de cinquenta real. O K-1 cê paga, paga todo mês e num sabe pra onde vai o dinheiro que cê tá pagando, diz que é pra limpar esse canal, mas esse canal eles limpam uma vez no ano.^{f21}

Apesar de haver uma grande produtividade agrícola, vários entraves contribuem para que o projeto Jaíba não corresponda às expectativas de muitos trabalhadores rurais. Muitos analisam o Jaíba como local em que dificuldades poderiam ser solucionadas/minimizadas se as agências estatais atuassem de forma a garantir direitos ao homem do campo e não apenas como fiscalizadoras e cobradoras de taxas de amortização.

Nesse universo de dificuldades comuns que os pequenos irrigantes vão enfrentando cotidianamente, as narrativas indicam uma avaliação de descrédito em relação às agências responsáveis pela coordenação, operação e administração do projeto Jaíba:

eu já tive uma ajuda do Distrito, assim no início... meu marido tava doente lá em Montes Claros, ficou dois anos lá doente, aí eles me emprestava dinheiro, me emprestava dinheiro pra mim cuidar dele lá né? Aí quando eu colhia a roça de feijão, eles vinha e pegava a sacaria

¹¹⁹ Em 2013, o K-1 estava no valor de R\$ 50,00 mensais.

¹²⁰ A taxa mínima, cobrada independentemente do uso ou não da irrigação, corresponde aos recursos públicos usados em benfeitorias internas, bem como o valor da terra, sendo seu prazo de 25 anos com cinco de carência e juros de 6% ao ano. Em 2013, seu valor era de R\$ 116,00.

¹²¹ Valdomira Inácia de Souza. Entrevista realizada no dia 15\07\2012.

de feijão por conta daquele dinheiro que eles me emprestava, mas hoje vai caçar um dinheiro emprestado no Distrito pra vê se cê acha.¹²²

Ao falar que “hoje vai caçar um dinheiro emprestado no Distrito pra vê se cê acha”, Gerci mostra a mudança no tratamento dado aos irrigantes pelo DIJ, estando atualmente mais preocupado em fiscalizar e cobrar taxas de resarcimento pelo uso da infraestrutura comum do Jaíba do que propriamente em oferecer assistência social aos sujeitos.

Outras narrativas também indicam que, apesar de importantes, as instituições presentes (DIJ, RURALMINAS, CODEVASF, CEMIG, EMATER-MG¹²³) precisam rever modos de administrar e coordenar o perímetro irrigado no objetivo de que possam ser criadas maneiras de garantir condições de reprodução social dos agricultores familiares. Para além de indicarem deveres, os colonos cobram destas entidades maior agilidade no processo de conquista de direitos outrora prometidos:

se ucê depende do Distrito de Irrigação, cê cai na mão da CODEVASF, cê saiu da mão da CODEVASF cê cai na mão da CEMIG. Dois mês atrás a CEMIG me cobrou, do custo da casa aqui, trezentos e trinta e oito reais por mês de energia, e foi dentro de dois mês eu paguei quinhentos conto de energia daqui, sem uso de água, esse uso é só da casa.¹²⁴

O Estado ao não viabilizar condições necessárias para o progresso da agricultura familiar irrigada no projeto Jaíba cria meios para o arrendamento ou até mesmo venda da pequena área para grandes empresas. A burocracia e morosidade são características das instituições citadas por Manoel que atrapalham o desenvolvimento de ações em prol dos colonos.

A fartura produzida pela plantação e colheita garante que as pessoas não vivam com o temor de “passar fome” como alguns viviam. Porém maiores ganhos não são garantidos como descreve Deusdete Bispo:

aqui cê envolve o tempo, aqui o que cê chegou é o que cê tem hoje, o que eu tinha há dezesseis anos é o que eu tenho hoje, cê num ganhou dinheiro pra falar que tem isso e isso a mais não, tá com aquilo que cê chegou. Mas aqui mesmo é só pra viver, num é pra enricar não, o que cê produz aqui a água, o adubo e a inseticida come tudo, então quando

¹²² Gerci Gonçalves de Almeida. Entrevista realizada no dia 26\06\2012.

¹²³ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais.

¹²⁴ Manoel Sarapião Coutinho. Entrevista realizada no dia 26/09/2013.

produz bem, sobra um pouco procê. E quando num produz bastante, aí cê já fica uma pela outra... mas o que tem aqui é fartura de alimentos, porque pra onde cê olha acha coisa plantada.¹²⁵

Deusdete apresenta o perímetro irrigado com um entusiasmo moderado, deixando explícito que a existência de uma grande produtividade agrícola não indica melhorias sociais significativas para o produtor familiar, já que o dinheiro é, em sua maior parte, destinado ao pagamento de comerciantes locais e taxas de irrigação.

Através das narrativas, o perímetro irrigado do Jaíba é apresentado como produto de ações individuais e coletivas, sendo vivido e interpretado de maneira alternativa da exposta pela memória oficial. Através de projetos construídos, vividos, significados e compartilhados pelos pequenos proprietários rurais, surge um espaço em constante transformação que abriga um universo de subjetividades mediadas pela vontade de ter e viver no campo.

Para muitos colonos, o projeto Jaíba almejado ainda continua sendo um sonho que não correspondeu às expectativas daquele tempo em que abandonaram seus respectivos municípios em busca de melhores condições sociais:

esse projeto aqui é muito grande, eu num sei se tá faltando uma administração melhor pra ele melhorar, porque quando ele foi construído era para ser o maior projeto de irrigação da América Latina, então esse projeto tinha que ser mais famoso ainda e ter melhoria. Eu já vi gente de fora que vem aqui e diz: ah lá é um lugar rico, lá na roça tem tudo, tá perdendo, mas num sabe o que a gente gastô ali, o prejuízo que tem ali e como a gente luta pra viver aqui não.¹²⁶

Ao mesmo tempo em que compartilha o discurso sobre a grandiosidade econômica e produtiva do lugar, Floripes relata como o projeto Jaíba possui paradoxos e contrastes. A entrevistada revela que a alta produtividade e a diversidade agrícola dos lotes não revelam as constantes lutas e superações vividas pelos colonos para ter, permanecer e produzir na terra.

A vivência dos sujeitos no projeto Jaíba se desenvolveu a partir de situações novas e específicas, em que regras já estavam postas previamente, o que não significa que fossem estáveis. As experiências dos sujeitos se constituíram a partir de circunstâncias e determinações criadas pelo Estado que fixaram limites de atuação, o

¹²⁵ Deusdete Bispo. Entrevista realizada no dia 15\07\2012.

¹²⁶ Floripes Esmerinda Dourados. Entrevista realizada no dia 25\06\2012.

que não exclui a existência de diálogos, negociações e resistências à forma como o projeto Jaíba foi planejado. A intervenção do Estado se desenvolveu no sentido de garantir uma conduta a ser orientada por regras, formais ou não, que se estendiam a todas as famílias abrangendo desde a vida privada até o uso da terra.

Importante descrever que por norma do Distrito de Irrigação de Jaíba era proibida a venda do lote antes de dois anos de uso por parte do colono como salientado no documento a seguir:

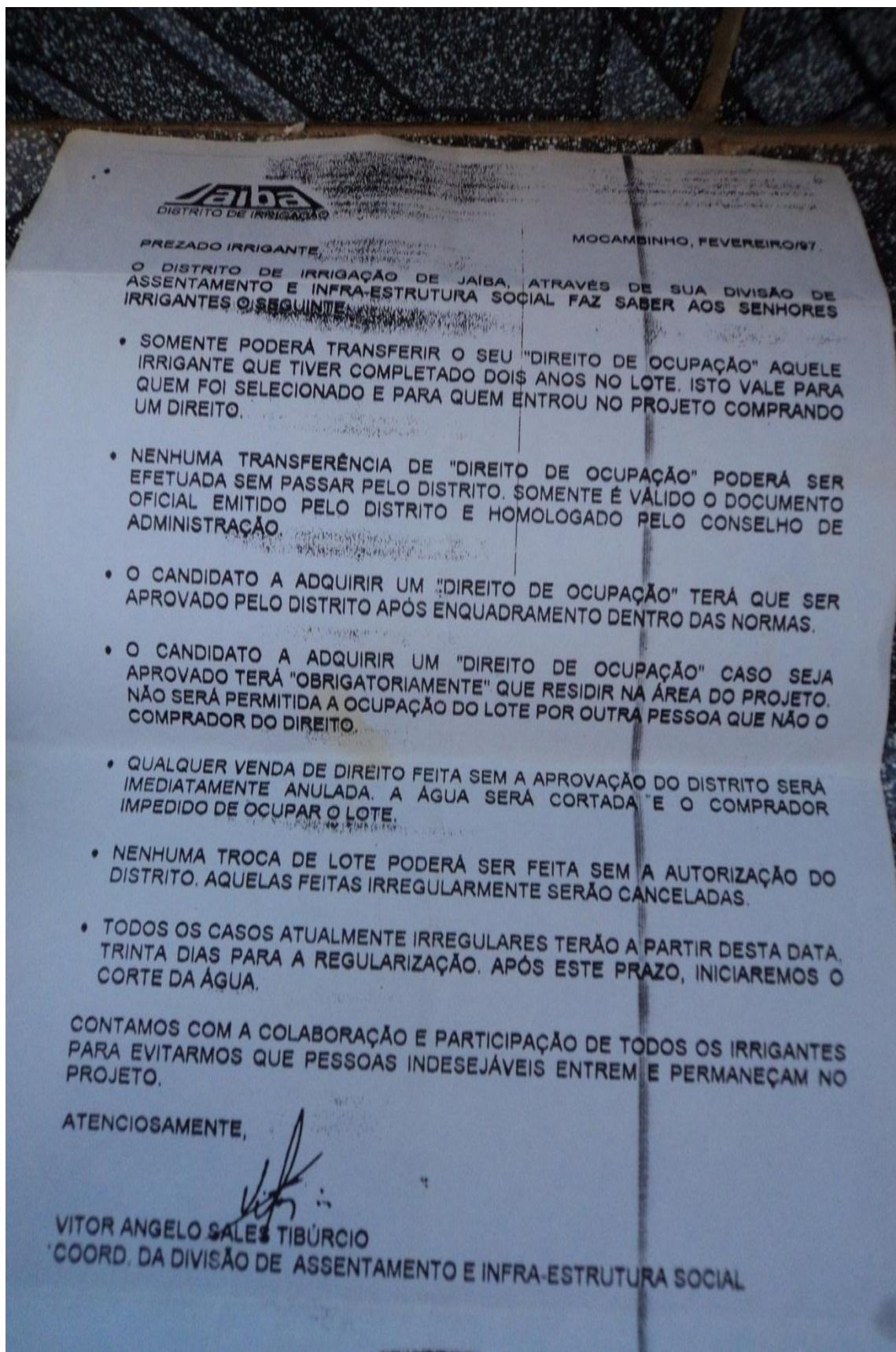


Figura 05: Carta enviada pelo DIJ aos colonos.*

* “Mocambinho, Fevereiro/97.

Prezado irrigante,

O Distrito de Irrigação de Jaíba, através de sua divisão de assentamento e infra-estrutura social faz saber aos senhores irrigantes o seguinte:

- Somente poderá transferir o seu “Direito de Ocupação” aquele irrigante que tiver completado dois anos no lote. Isto vale para quem foi selecionado e para quem entrou no projeto comprando um direito.
- Nenhuma transferência de “Direito de Ocupação” poderá ser efetuada sem passar pelo Distrito. Somente é válido o documento oficial emitido pelo Distrito e homologado pelo Conselho de Administração.
- O candidato a adquirir um “Direito de Ocupação” caso seja aprovado terá “obrigatoriamente” que residir na área do projeto. Não será permitida a ocupação do lote por outra pessoa que não o comprador do direito.
- Qualquer venda de direito feita sem a aprovação do Distrito será imediatamente anulada. A água será cortada e o comprador impedido de ocupar o lote.
- Nenhuma troca de lote poderá ser feita sem a autorização do Distrito. Aquelas feitas irregularmente serão canceladas.
- Todos os casos atualmente irregulares terão a partir desta data trinta dias para a regularização. Após este prazo iniciaremos o corte da água.

Contamos com a colaboração de todos os irrigantes para evitarmos que pessoas indesejáveis entrem e permaneçam no Projeto.

Atenciosamente,

Vitor Angelo Sales Tibúrcio

Coordenador da Divisão de Assentamento e Infra-estrutura Social”*

A troca do lote deveria ser autorizada pelo DIJ, e a venda somente poderia ser concretizada após dois anos de uso, sendo preciso comunicar à referida instituição qualquer transação realizada; se ações e negociações fossem feitas fora das regras estabelecidas tais procedimentos seriam anulados sendo que a punição imediata seria o corte da água do colono.

Esse mecanismo adotado pela entidade representativa do perímetro irrigado visava anular a presença de pessoas que possuem uma identificação provisória com o campo, estando preocupados apenas com o dinheiro fácil que a venda da terra propicia. O outro lado dessa medida demonstra uma face desigual e contraditória da política de assentamento: ao mesmo tempo em que os trabalhadores rurais têm acesso à terra, existe um controle da classe dirigente que, ao distribuí-la, procura impor limites e normas não

apenas nos prazos e formas de venda, mas também na maneira de o sujeito viver neste espaço.

O “Direito de Ocupação” de um lote agrícola implicava obediência de determinadas regras, condutas e procedimentos, sendo que, em casos de desrespeito, o sujeito poderia perder a posse da terra. O lote, pago através de um financiamento a longo prazo e com determinadas obrigações, constitui fator para que os sujeitos se identifiquem enquanto “colonos”, ou seja, deveriam substituir formas de trabalho e produção consideradas incompatíveis com as exigências do novo espaço e se adequarem a algumas obrigações.

O conjunto de normas expressas no documento do DIJ revela que a intervenção planejada no projeto Jaíba age no objetivo de garantir que os trabalhadores rurais se encaixassem no perfil exigido para uma área tecnológica, competitiva e comercial. Aqueles que não portassem essa nova “identidade” comprometiam sua permanência na terra. As regras de como proceder, produzir e viver na terra visava à formação de indivíduos homogêneos, altamente capitalizados e especializados em agricultura irrigada que acolheriam de forma passiva o regulamento previsto.

Sem um saber especializado quanto à agricultura irrigada e noções de logística empresarial, alguns órgãos estatais e entidades representativas do projeto Jaíba se utilizaram de várias formas para projetar no assentado ideias e ideais ligados a uma moderna forma de viver e explorar a terra. Através da distribuição de informativos, cartilhas e matérias na imprensa local, procurou-se forjar uma hegemonia entre os pequenos agricultores através da divulgação de hábitos, conhecimentos e visões de mundo comuns.

Um texto publicado no jornal Folha de Jaíba, intitulado “A parte que cabe a cada um”, assinado por um gerente ambiental do projeto Jaíba, primeiramente salienta o papel da CODEVASF, RURALMINAS e DIJ no direcionamento político e econômico do perímetro irrigado, finalizando com um longo parágrafo que diz respeito à contribuição dos colonos para um bom relacionamento, segurança e permanência nos lotes recém adquiridos:

Você pode usar o fogão a gás ao invés do de lenha, evitar tirar madeiras das áreas de reserva, respeitando-as, evitar a caça e a criação de animais silvestres, construir e utilizar as fossas para o lixo e para o esgoto doméstico, depositar a embalagem vazia de agrotóxicos nos depósitos indicados e usar os equipamentos de proteção durante aplicação, cuidar e proteger as mudas de todas as árvores plantadas,

não jogar lixo nas ruas e sim juntar para que possa ser recolhido pelas carroças, dar aviso imediato quando houver fogo nas reservas.¹²⁷

As orientações acima compreendem a vida privada e social do sujeito, manuseio, aplicação, destino dos agrotóxicos e normas para manter-se no lugar. Muitas dessas orientações constituíam novidades para as famílias assentadas, e a adaptação e aceitação foram feitas de forma gradativa, havendo casos de negligências e oposições, levando em consideração o fato de que características e formações culturais não são desfeitas por leis ou decretos governamentais.

Chama a atenção quanto à primeira orientação de cunho doméstico, pelo fato de que cozinhar no fogão a lenha é um costume comum entre as famílias da zona rural, alegando que seu sabor é melhor se comparado ao da comida feita no fogão a gás. Importante considerar que nos primeiros anos de assentamento, a falta de condições não permitiu que a maioria dos colonos adquirisse fogão produzido pela indústria, e cada um à sua maneira procurou driblar essa dificuldade, como fez Joaquim:

no início veio eu e meu filho mais velho, porque nós veio em agosto e as crianças tavam estudando, e aqui era assim: tudo tava na raiz e nós teve que rancar os toco de enxadão e plantar roça, aí nós ficô mais ou menos uns três anos nesse barraquim de lona, e o fogão era lá no mato,e tinha que pegar lenha onde tivesse,e nós cozinhava dentro de um buraco, abria um buraco no chão e colocava as panelas, foi muito difícil e sufrido, daí nós foi metendo o braço e tamo na luta até hoje¹²⁸.

A desobediência quanto à norma de “evitar tirar madeiras das áreas de reserva” foi necessária para o preparo do alimento de Joaquim e seu filho primogênito. Diante da situação vivida pelos colonos, alguns preceitos foram infringidos, não como um ato de ir contra a lei, instituições públicas ou órgãos representativos do Jaíba, mas simplesmente como forma de satisfazer a necessidade primeira do ser humano, a sobrevivência.

Como a posse da área de seu Joaquim aconteceu durante o ano letivo, no mês de agosto, algumas crianças ficaram com sua esposa na cidade de Catuti. Esse tempo foi importante para esperar os filhos terminarem as aulas e útil para trabalhar no lote, criando condições mínimas de conforto para a chegada da família.

¹²⁷ Jornal Folha de Jaíba. Ano VI, nº 87, 2ª quinzena de Novembro de 1997, p. 03.

¹²⁸ Joaquim Martins de Oliveira. Entrevista realizada no dia 15\06\2012.

No momento em que relata as dificuldades, o entrevistado se levanta para pegar um documento que segundo ele foi distribuído pelo DIJ que diz respeito a outras leis a serem cumpridas pelos colonos.

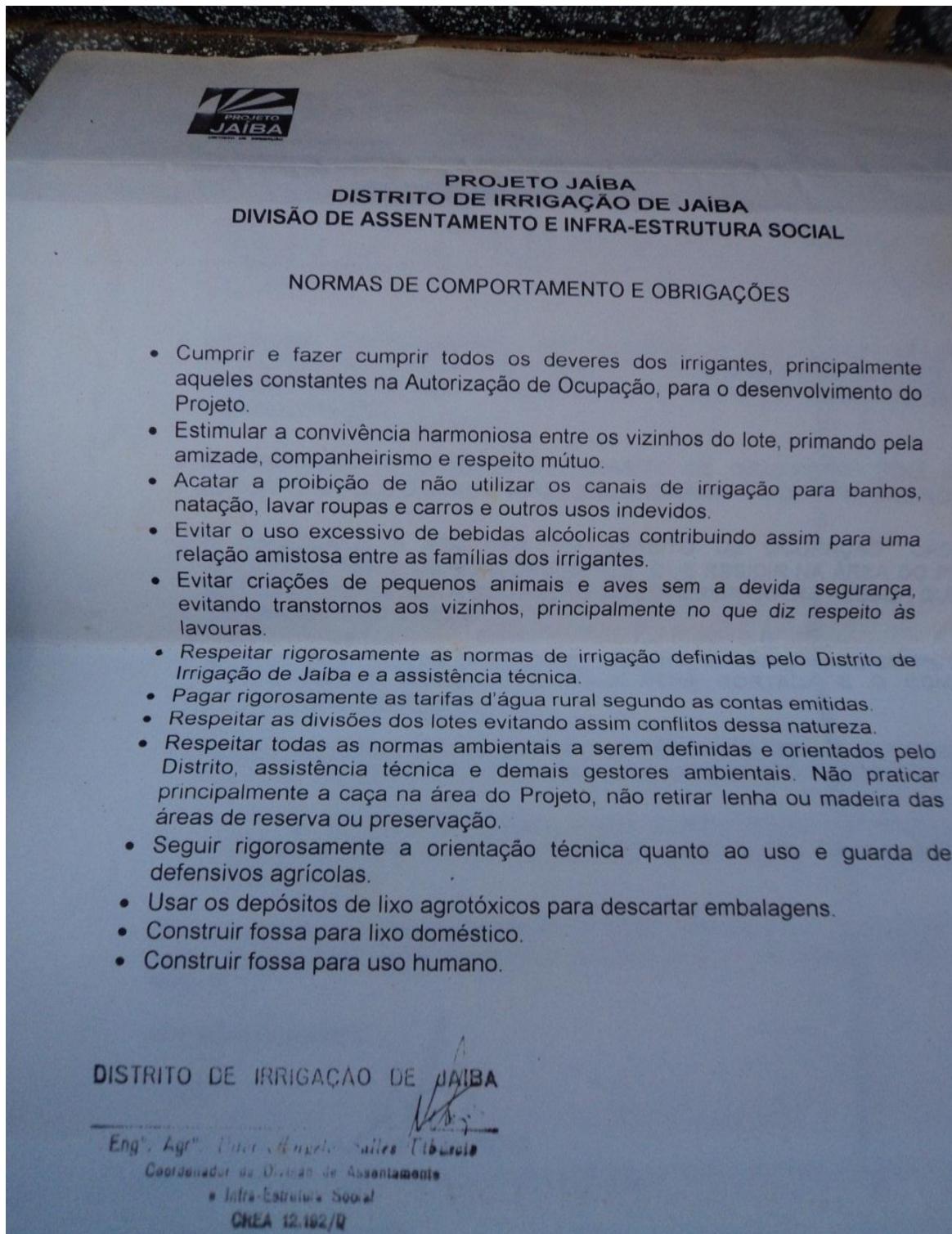


Figura 06: Documento informativo distribuído pelo DIJ aos colonos.

Assinado por Vitor Sales Tibúrcio, o documento versa sobre convivência social, higiene, normas técnicas de produção agrícola, destino do lixo e dos agrotóxicos. Percebe-se claramente que tanto a matéria da imprensa local quanto o informativo pretendem influenciar nas questões técnicas de produção agrícola, vida pessoal e comunitária dos colonos.

O texto apenas expressa “normas de comportamento e obrigações”. Ao atribuir ao pequeno produtor rural apenas deveres, a instituição que emitiu o documento mantém-se como cobradora de responsabilidades em relação às quais o colono precisa manter-se sempre em alerta e se adequar a regulamentos para continuar a viver na terra.

Através dos documentos produzidos pelos órgãos estatais e distribuídos aos agricultores familiares desde a chegada dos mesmos ao Jaíba, é notório que a organização e planejamento na condução da roça foram norteados por princípios que visariam a uma agricultura competitiva e moderna na qual os produtores rurais deveriam mudar o estilo de vida e conhecimentos historicamente herdados, sendo que aqueles que se recusassem seriam tidos como preguiçosos e sem vocação para o trabalho na agricultura irrigada.

Nesse processo, a assistência técnica e extensão rural tiveram participação relevante, e a EMATER-MG foi, e ainda continua sendo, o principal órgão estatal responsável por transmitir aos produtores rurais essas novas maneiras de trabalhar e viver no espaço rural.

Além de ajudar na criação e fortalecimento de associações, a EMATER tem papel fundamental na transformação do projeto Jaíba em polo de fruticultura, na melhoria da qualidade dos produtos e na ampliação dos canais de comercialização.

Alterando relações pessoais, trabalhistas, produtivas e sociais, as novas maneiras de viver e de usar a terra foram transmitidas como formas de o produtor rural continuar no projeto Jaíba através do aumento da produção agrícola. A presença e a atuação dos técnicos agrícolas tinham a função de “proporcionar um bom exemplo de produção, com adaptabilidade e inovação de novas técnicas apreciadas pelos colonos em geral”¹²⁹.

Os colonos foram convocados para várias reuniões que tinham a função de introduzir em suas vidas novos costumes e técnicas de trabalho, como indicado por Joaquim:

¹²⁹ Jornal Folha de Jaíba. Ano VI, nº 85, 2ª quinzena de agosto de 1997, p. 04

Como foi o início aqui?

Quando eu cheguei aqui eu achei muito difícil, porque tinha muita reunião e eu num tinha condição pra poder sair por causa do serviço e outras coisas, tinha vez que eu precisava ir duas vezes em Mocambinho de bicicleta, e até eu falava: ah eu não vou conseguir não porque eu num guento andar tanto de bicicleta, mas tinha hora que era obrigado né?

O que era tratado nas primeiras reuniões que o senhor foi?

Sobre assunto da área mesmo, sobre modo de irrigar, modo de pulverizar, fazê curso com as máquina, tinha bomba de batê veneno, e muito pra falar que isso aqui não era de graça, que tinha que pagar, como de fato nós pagô e tá pagando, aqui num teve nada ganhado, a gente fala que foi ganhado, mas tudo nós pagamos. Aqui a gente precisava participar de mais reuniões ainda, porque antes tinha muitos cursos de graça e hoje se quiser tem que pagar. Então nós perdeu essa chance de fazer, a gente achou que num ia precisar e hoje precisa.¹³⁰

Joaquim passou a entender que para “pagar” a terra tinha que alterar costumes considerados rústicos e tradicionais e incorporar a nova racionalidade tida como moderna e essencial para permanecer na terra. O cerceamento de alguns procedimentos dos colonos que estavam ligados a modos de trabalho e produção outrora praticados faz parte da tentativa das agências estatais de homogeneizar modos de produção e comercialização voltadas para o mercado.

A hegemonia apresentada na forma de valores, costumes e visões de mundo precisa ser viva, real, concreta, compartilhada, significada e eficaz no sentido de estar presente nas práticas e conhecimentos dos sujeitos. Nesse contexto, a hegemonia procura envolver as pessoas em todas as dimensões de sua vida desde o lazer, passando pelo trabalho e relações sociais, chegando até a vida privada, alterando visões acerca delas próprias e da sociedade que estão inseridas em um processo no qual formas de viver contrárias e diferentes podem, ou não, se manifestar.

A aceitação e incorporação de normas e procedimentos por parte dos colonos, visando a uma boa convivência e aumento da produtividade agrícola faz com que eles se identifiquem em alguns pontos com o modelo proposto para ser colocado em prática no projeto Jaíba, apesar de questionarem o método usado pela extensão rural para transmitir conhecimentos e a falta de assistência técnica para operacionalizar transformações nos modos de trabalho e produção.

A extensão rural procura transformar o homem do campo em empreender rural via introdução de insumos, fertilizantes, adubos, herbicidas e noções de mercado.

¹³⁰ Joaquim Martins de Oliveira. Entrevista realizada no dia 15\06\2012.

Através de cursos, palestras e visitas, a extensão rural contribui para que visões de mundo, práticas e saberes possam estar em convergência com os interesses dominantes, como observado em um texto jornalístico intitulado “Planejamento de ocupação do lote-1997”:

De um modo geral, os objetivos do planejamento são os seguintes:

- Desenvolver práticas de planejamento entre os produtores.
- Levantar recursos para financiamento entre os produtores.
- Servir de base para um planejamento global.
- Previsão de demanda de água.
- Previsão de demanda de insumos.
- Programação de assistência técnica, treinamento, etc.¹³¹

O conhecimento racionalizado e padronizado tanto na produção agrícola quanto na gestão da propriedade e comercialização das mercadorias é exaltado. A atribuição e valor dado ao modo de produzir especializado reflete uma posição em que o saber acadêmico deveria substituir o saber do colono adquirido na “escola da vida”.

Um projeto particular é apresentado como universal na intenção de legitimar a presença e ação dos extensionistas rurais junto aos pequenos lavradores. Essa ideia de utilidade pública procura transmitir ao leitor do noticiário uma noção de imparcialidade que não é confirmada por pesquisadores da área que indicam a assistência técnica, extensão rural e crédito agrícola como tripé básico para a transformação e modernização da agricultura brasileira.

A partir da pesquisa com produtores rurais em um distrito de Uberlândia, Renata Rastrelo e Silva abriu possibilidades para constatar que a extensão rural no Brasil “teve um papel educativo na tentativa de transformar a mentalidade do homem do campo, inculcando-lhe novos valores, que são a racionalidade técnica, o aumento da produção e da produtividade e a necessidade de revolucionar a base técnica das atividades agrícola e pecuária.”¹³²

Na concepção de Sônia Regina de Mendonça¹³³, ao ser divulgada como interesse geral, a hegemonia aparece como uma forma de violência simbólica por parte do Estado. Ao integrar o trabalho rural ao circuito do capital, processo esse que começou

¹³¹ Jornal Folha de Jaíba. Ano V, nº 79, 2ª quinzena de Dezembro de 1996, p. 04.

¹³² SILVA, Renata Rastrelo e. **Proprietários do distrito de Martinésia (Uberlândia-MG): Viver e permanecer no campo-1964-2005.** 148 Fls. Dissertação (Mestrado em História Social)-Instituto de História, UFU/Uberlândia, 2007, p. 34-35.

¹³³ MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania.** In: Revista Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, 1996, p. 94-125.

nas últimas três décadas do século XIX, a noção de cidadania é construída sobre uma exclusão preexistente dos agentes e agências que não a aderissem. Diante desse processo, os órgãos estatais tinham a responsabilidade de ser o elo entre os produtores rurais e as novas técnicas agrícolas.

Ao selecionar o conhecimento e conteúdo a serem incorporados pelos colonos as agências estatais procuram inserir modos homogêneos de produzir, trabalhar e viver através de um controle social da cultura. A socialização de valores e práticas constitui, pois, a base real do hegemônico que oculta intenções específicas que estão ligadas à perpetuação da sociedade de classes.¹³⁴

Diante desse contexto, faz-se necessário questionar: como os sujeitos do projeto Jaíba vivem e interpretam as novas formas de produção e trabalho induzidas por órgãos estatais? Negociações, resistências, incorporações e transformações podem ser visualizadas a partir de uma dinâmica em que, embora sejam influentes noções, interesses, processos e estruturas dominantes, elas não compreendem de forma total e completa os modos de vida dos sujeitos, havendo formas alternativas, não necessariamente opostas, de lidar com a hegemonia.

No que diz respeito à comercialização, existe ainda uma menor parte que é voltada para o consumo familiar e consolidação de outras formas de subsistência como descrito por Gerci:

nós criava porco e às vez nós usava a gordura ou vendia, tinha um vizim aqui que nós criava porco de ameia com ele, e na hora de matar ele levava a parte dele e nós ficava com a nossa, e foi indo muito tempo assim, até que o médico me proibiu de comer carne de porco, aí eu parei, mas galinha desde quando eu cheguei aqui eu fui criando e foi rendendo, foi rendendo e hoje tem um tantão, na hora que quiser cumprir tá í.¹³⁵

As formas de se manter no lote passam muitas vezes pelo desenvolvimento de atividades não agrícolas. Mesmo com recursos limitados, são frequentes nos quintais dos colonos a criação de galinhas, porcos no chiqueiro e um pequeno curral para duas ou três cabeças de gado. A criação de animais em casa é uma forma de reproduzir um costume típico de gerações anteriores e possibilidade de ter na mesa um alimento mais

¹³⁴ Sobre incorporação de conhecimentos e socialização ver: WILLIAMS, Raymond. Tradições, Instituições e Formações. In: **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1979, p.118-123.

¹³⁵Gerci Gonçalves de Almeida. Entrevistada realizada no dia 26/06/2012.

econômico, saboroso e saudável se comparado aos industrializados vendidos em supermercados.

Ao compartilhar uma criação com o vizinho, Gerci avalia que ambos saíam ganhando, diferentemente das relações comerciais capitalistas que são, via de regra, desiguais. Essa forma de negócio representava uma forma de convivência social e alternativa para diminuição dos gastos através do uso da gordura do porco, suprimindo assim a necessidade de comprar gordura vegetal.

Helenice fala com entusiasmo que “do tempo em que eu tô aqui, graças a Deus nunca compramos um quilo de feijão”. Nem tudo o que se cria ou produz é para venda. Apesar de subordinados à escala de produção e trabalho de entidades governamentais, os pequenos produtores rurais não são determinados pela forma hegemônica, e a colheita não é exclusivamente endereçada ao mercado, uma vez que parte é usada para o consumo familiar e, em alguns casos específicos, para trocas e doações.

Já no que diz respeito às formas de trabalho e produção dos agricultores familiares do Jaíba, é importante relatar que nem todos os discursos e projetos dominantes são rejeitados pelos colonos. Essa versão de mudar a base técnica da produção agrícola muitas vezes é incorporada, já que eles exercem suas atividades laborais de forma penosa e veem no acesso a equipamentos agrícolas uma oportunidade de maior produção e menor desgaste físico. Mesmo a maioria não tendo condições de ter um trator ou equipamentos agrícolas mais sofisticados, o desejo é de possuí-los para facilitar as condições de trabalho.

Relatando o início do trabalho em seu lote, dona Gerci diz que “era mais na enxada e com o tempo foi maneirando mais, as máquina foi entrando e também já apareceu o veneno pra cuidar da roça e aí foi favorecendo mais e o trator já foi aparecendo também.”¹³⁶ Dona Gerci avalia que a partir da entrada de agroquímicos e máquinas as coisas foram “favorecendo mais” tanto na economia quanto no tempo de trabalho. Como não existem equipamentos para serem usados de forma comunitária entre os pequenos produtores rurais e sem ter condições de possuir o próprio trator, a entrevistada aluga esse serviço por um valor que é cobrado pelas horas de uso que chegam a até 120 reais devido à pequena oferta e à grande procura.

Embora em quase todos os lotes visitados sejam visíveis equipamentos rústicos no quintal da casa, como arados, enxadas, foices e rastelos, muitos colonos, ao

¹³⁶Gerci Gonçalves de Almeida. Entrevistada realizada no dia 26/06/2012.

comercializarem as mercadorias, pouparam certa quantia financeira para compra de venenos, adubos e pagamento do aluguel de tratores. Sobre isso Helena destaca que:

com o veneno é mais fácil, passa o veneno pra matar o mato e fica mais fácil, porque ficar o dia todo puxando enxada não é fácil não, ainda pior ficar nos dia quente como tá agora. Aqui também a gente paga o trator pra gradear a terra, pro mode andar mais rápido.¹³⁷

As longas horas no “cabo da enxada” ou com a bomba costal¹³⁸ produziram consequências negativas na capacidade física de muitos colonos. Foram comuns reclamações causadas pelas exaustivas jornadas de trabalho embaixo de um sol escaldante com equipamentos rústicos que aumentavam o custo e duração do trabalho, causando-lhes dores que perduram até nos dias atuais.

Durante os primeiros anos no projeto Jaíba, Oleriano conta que o trabalho era realizado apenas de forma manual ou com tração animal, resultando em perdas financeiras:

eu levantei a casa plantando aqui, aí o Distrito já deu também duas hectares e meia, uma hectare e meia de arroz e uma de milho, aí num deu pra coiê muito dinheiro não, mas já deu pra fazer um pouco de dinheiro porque naquele ano mesmo eu já colhi muito arroz, eu só num colhi mais porque o arroz meu cresceu muito e foi um trabai doido pra colher, e gente coiando tudo de corda, num tinha máquina pra colher, máquina que tinha era pra bater, mas pra cortar num tinha.¹³⁹

O trabalho manual não foi suficiente para colher toda a produção do arrozal. Nas entrelinhas do diálogo com Oleriano se entende que uma melhoria nas condições sociais poderia ser conseguida em tempo menor se tivesse uma elevada produção através do uso de máquinas e outros equipamentos não disponíveis no início do seu trabalho no projeto Jaíba.

O entrevistado não questiona a mudança da base técnica de sua produção através da introdução equipamentos, mas a falta de condições necessárias para ter acesso a esses bens. Os pequenos lavradores são subordinados a uma realidade em que a tecnologia agrícola está concentrada nas mãos dos grandes fazendeiros e empresários rurais, e muitas vezes a alternativa encontrada para continuarem suas atividades no campo é o aluguel de máquinas e uso de modos rústicos de produção.

¹³⁷ Helena Soares Coutinho. Entrevista realizada no dia 26/06/2012.

¹³⁸ Bomba costal é um equipamento, acoplado às costas do aplicador, para movimentar fluido-gases ou líquidos-agroquímicos sobre a lavoura.

¹³⁹ Oleriano Antunes de Souza. Entrevista realizada no dia 25/06/2012.

Na busca pela sobrevivência no campo, o tradicional e o moderno se confundem e estão articulados no cotidiano das relações sociais e de trabalho dos agricultores como descrito por Oleriano:

Como era o trabalho do senhor aqui?

Eu tinha os vizinhos que vez e outra ajudava a gente aqui, porque a colheita num é na mesma época, e aí quando eu tava desocupado eu ajudava e quando eles tava eles vinha cá, e sempre eu tive um animal aqui também que ajuda.

Esse animal é pra quê?

Para riscar a roça, riscar e plantar.

E com o tempo foi deixando de usar?

Foi, mas eu uso até hoje, ainda num parô não, tem um animalzinho aí e toda hora que precisa riscar tá lá. É assim: gradeia primeiro e aí depois cê faz o risco pra jogar a semente.

Tem gente que risca com trator né?

É, mas quem num tem essas coisas assim é complicado, porque o gasto é muito, cê planta pouco, num tem como investir em gradear terra com trator, riscar com trator, plantar, fazer tudo de trator num tem quem guenta não, e tendo um arado com animal ajuda muito.¹⁴⁰

Não estabelecendo dicotomias ou extremidades que polarizam tradição e modernidade, a vida e cotidiano dos sujeitos mesclam experiências diversas. Como a maioria não possui recursos para ter acesso a máquinas, o trabalho tradicional e a solidariedade dos vizinhos foram formas encontradas para sobreviver e permanecer no lote.

Na lida com a terra, aqueles que não possuem trator para usar em todas as etapas da produção, usam-no apenas para gradear a terra, nas demais etapas a força humana e a tração animal são indispensáveis. O arado puxado a cavalo para “riscar” a terra, demarcando os locais em que a semente deve ser jogada, foi a alternativa encontrada pela maioria dos colonos para driblar a falta de tecnologia.

A presença dos técnicos agrícolas na área dos colonos, mais frequente no início do assentamento, em tese serviria para auxiliá-los na possibilidade de encontrar alternativas diante da falta de condições materiais de produção. Todavia foram comuns relatos contrários à forma de trabalho orientada pelos profissionais da extensão rural como relatado por Oleriano:

no início os técnicos foi ajeitando umas coisas aí pra gente, mas hoje a gente num espera por ninguém, mas quando a gente chegou aqui os técnico que falava o que plantar, o que cê num vai plantar, cê vai

¹⁴⁰ Idem.

gastar isso de adubo, cê vai gastar isso de veneno, às vez em uma rua o que eu gastava de veneno nela, hoje eu num gasto a metade, sentava adubo, sentava adubo, sentava veneno, às vez eu comprava um litro de veneno e aí tinha que comprar outro tipo de veneno, e eu só comprando. Hoje não, cê tá aí dentro cê sabe o que precisa e pode ir lá na casa de adubo e comprar, num é possível que uma coisa que cê tá ali todo dia cê num pega experiência com ela.¹⁴¹

Mesmo ouvindo os técnicos, Fábio compara sua experiência de homem do campo com as indicações daqueles profissionais mostrando cautela, não desprezo, antes de tomar certas decisões em sua lavoura: “muita gente acha que os técnicos num entende de roça porque num tem grande prática, porque eles num chega a dedicar ao serviço e cumé que cê vai saber de roça sendo que cê nem de roça vive?”.¹⁴²

Tanto Fábio como Oleriano indicam a experiência como importante para a aprendizagem e lida rural. Saberes construídos ao longo da vida em comunhão com outros trabalhadores e tendo o campo como espaço de trabalho são vistos como determinantes para que ambos os entrevistados avaliem com moderação o conhecimento externo transmitido pelos técnicos agrícolas.

Muitas empresas de assistência técnica e extensão rural são vistas pelos colonos como entidades que procuram impor o seu método de produção materialista e imediatista, não valorizando costumes e conhecimentos que compõem a maneira como os trabalhadores rurais lidam com a terra. O saber dos produtores rurais é visto como sinônimo de atraso e muitas vezes eles foram tratados de forma pejorativa diante de um discurso transmitido como capacitado e verdade a ser seguida. Ao narrar que “antigamente quando ia nas reuniões, eles falava que o pequeno produtor aqui é preguiçoso”,¹⁴³ Deusdete mostra que a dificuldade de apreensão das práticas rurais difundidas pela extensão rural era motivo para ser taxado de forma discriminatória.

Segundo as pesquisas de Gilmar Ribeiro dos Santos, dizer que “a dificuldade da transferência da lógica de produção com vistas à subsistência para uma produção mercantil é fruto da preguiça dos colonos” significa ir contra a sua realidade de trabalho:

A hipótese da preguiça, da indolência e do baixo índice de escolaridade do agricultor tradicional é a mais aceita entre os gestores para explicar as resistências dos agricultores no processo de mudanças entre as duas lógicas produtivas. Argumentar que os irrigantes são

¹⁴¹Oleriano Antunes de Souza. Entrevista realizada no dia 25\06\2012.

¹⁴²Fábio José de Souza. Entrevista realizada no dia 25\06\2012.

¹⁴³Deusdete Bispo. Entrevista realizada no dia 15\07\2012.

preguiçosos e indolentes, sendo que eles trabalham 11,2 horas diárias, em média, é um despropósito.¹⁴⁴

As agências estatais procuraram modificar experiências e hábitos dos sujeitos, e quando isso não foi possível direcionou-se a culpa para fatores culturais ou baixa aptidão para a agricultura familiar irrigada. A transmissão de conhecimentos técnicos e científicos não é negada pelos colonos, todavia o que eles questionam é a forma como acontece esse ensinamento, ou seja, desconsiderando outros conhecimentos senão aquele vinculado e baseado em visões hegemônicas de modernização rural.

Os técnicos agrícolas, ao buscarem impor um conhecimento pronto e acabado, sem diálogo ou participação dos colonos, se deparam com costumes e visões de mundo diferentes. As manifestações de teimosia e ignorância como o desinteresse pelos cursos, encontros, palestras e frequência em escolas pode ser entendida como um boicote a lugares onde existe um controle da linguagem, do espaço, do tempo, da maneira de ser, perceber e viver dos sujeitos.

Os modos de vida do homem do campo devem ser entendidos na sua singularidade em que sua maneira de viver não pode ser vista como atrasada por ser diferente ao modelo apontado por “agentes da modernidade”. A compreensão da realidade dos agricultores passa por uma interpretação em que existe uma mescla de experiências modernas e tradicionais que, apesar de formadas no interior do sistema, mantêm uma relação recíproca com a cultura dominante.

A EMATER, atuando mais na extensão rural do que na assistência técnica, procurou catalisar um processo de mudança, visando à mercantilização da agricultura familiar no projeto Jaíba. Muitos sujeitos já praticavam a comercialização de produtos em feiras ou mercados locais antes de migrarem para o perímetro, contudo dados o novo contexto de produção, a competitividade e o pagamento de taxas para irrigação, novos cuidados, hábitos e procedimentos tiveram que ser tomados.

Se na produção de sequeiro não se tinha uma preocupação primordial com a produção alheia, no projeto Jaíba é preciso fazer uma pesquisa de preço, produção regional, mercado e até de alimentos a serem cultivados pelos vizinhos porque a grande oferta local de um mesmo produto significa diminuição de seu valor como aconteceu

¹⁴⁴SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. **Da produção de subsistência à agricultura moderna: Socialização e preparação para o trabalho no Projeto Jaíba.** 226 Fls. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003, p. 224.

em 1997 com o caso da bananicultura. Para não ter prejuízos, Vandis explica de que maneira é realizada a plantação no seu lote:

igual agora mesmo nós plantô mandioca e nós tá vendo que ela vai dâ barreira (grande produção do mesmo tipo de alimento)... antes aí atrás foi bom demais, peão comprô carro novo, quem foi os primeiro a plantar os baiano (atravessadores) vinha pegando, porque a mandioca lá do Nordeste, da Bahia, morreu tudo, aí eles correu pra cá e foi bom, mandioca deu de 22 real a caixa, a mandioca de 22 real é dinheiro igual água, aí agora ela baixou pra oito, agora ela subiu pra quinze, tá de quinze, nós vendeu de quinze e nós fez vinte mil, mas ela agora vai diminuir porque todo mundo tá plantando, vamo supor: o cara tá com uma roça ali né, ele tá doido pra vender, nós tá com uma aqui, o outro tá ali, e a mandioca ela tem um prazo de validade, senão ela engrossa e passa, aí a mandioca tava de quinze, aí o cara já ligô pra ele lá e falô assim: ó tô com oito hectare aqui e eu te passo a treze, aí o cara sai daqui e já vai pra lá entendeu? O outro que já tá com a dele quase perdendo ali passa a onze, aí outro já grita dali: eu passo a dez, o ruim é isso porque o trem só vai baixando e atrapaia, o que tá acontecendo é isso e pela previsão que nós viu agora, que nós analisô o tanto de mandioca que o povo plantô, agora num vai ter nem gente pra levar ela, e se num aparecer alguém pra pegar pra farinha vai perder mesmo.¹⁴⁵

Como os produtores do projeto Jaíba não sofrem com restrição de produção por causa da seca, existe uma oferta de alimentos durante todo o ano. Todavia a elevada oferta de um mesmo produto, que acontece com frequência, impede uma maior renda para os colonos devido às oscilações do preço que acabam beneficiando os compradores e não os vendedores.

Fábio também explica que sua produção obedece a certos critérios que não estão ligados necessariamente à sua vontade e sim à demanda existente:

Como você escolhe o que plantar?

Só cê vivendo dentro do projeto cê vai vendo quem tá produzindo quem num tá, que coisa tá produzindo, porque de qualquer jeito a roça é um jogo, cê fala: ó fulando ali em cima num plantou cenoura, num tá tendo cenoura no projeto, eu vou plantar. Aí o povo compra, porque ninguém tem, só eu que plantei, é um jogo, é arriscado, de acordo cê vê a plantação no projeto que cê planta, se todo mundo plantar demais cê num vai plantar também, cê tem que plantar outra variedade.¹⁴⁶

A luta por encontrarem compradores a preços justos tem na elevada produtividade do projeto Jaíba um entrave em que os colonos frequentemente se tornam

¹⁴⁵ Vandis Veríssimo. Entrevista realizada no dia 26/09/2013.

¹⁴⁶ Fábio José de Souza. Entrevista realizada no dia 25\06\2012.

reféns dos preços oferecidos por atravessadores, uma vez que os alimentos são perecíveis e eles têm que quitar suas dívidas de produção. A necessidade de escoar as mercadorias rapidamente e com bons preços faz com que a muitos não esperem a atuação de organizações sociais, como associações, mas se preocupem com garantias imediatas como descrito por Dete:

Você vende as mercadorias pra quem?

o negócio comigo é quem pagar mais, eu num marco pra quem eu vendo não, se ocê paga à vista, ou paga mais rápido ou paga mais, eu vendo. Eu vendo pra quem deu certo, a gente vende é na porta aí, é quem chegar.¹⁴⁷

Sem perspectivas de venda coletiva através de uma associação/cooperativa ou até mesmo de recursos financeiros para conseguir um transporte visando ao escoamento de sua produção, Deusdete não tem uma programação ou controle final sobre o destino dos seus produtos. Não são raros os casos de perdas, desperdícios e prejuízos provenientes de uma comercialização que depende de terceiros.

Atividades mercadológicas são construídas de forma heterogênea pelos colonos segundo as possibilidades de cada um. Em comum está a dificuldade e falta de assistência necessária para que possam criar caminhos de independência através da venda diretamente aos centros consumidores.

O modo de produzir, comercializar e de viver do sujeito é construído de forma contínua e racional, procurando desenvolver ou incorporar recursos e estratégias para o sustento da família. Vender a força de trabalho, arrendamento de terras, inserção em programas governamentais de transferência de renda, incorporação de valores e práticas de empreendedorismo rural ou desenvolvimento de atividades não agrícolas no lote são formas encontradas para garantirem uma sobrevivência que se distancia do modelo de produção familiar planejado pelo Estado.

Como as relações mercadológicas constituem uma exigência para que os colonos possam permanecer na terra irrigada, acontece uma contínua pressão sobre as unidades produtivas familiares para que elas se integrem àquelas práticas. Através de tempo e possibilidades diferentes, cada agricultor familiar vai se inserindo a determinados meios de comercialização e uso da terra, levando em consideração as formas de remuneração, pagamento e condições de trabalho.

¹⁴⁷ Deusdete Bispo. Entrevista realizada no dia 15\07\2012.

Sem informações, recursos logísticos e financeiros para o beneficiamento, organização, embalagens e transporte dos alimentos, os pequenos produtores mantêm uma relação de dependência com as condições impostas pelos intermediários, como retratado por Dete:

aqui no início tinha menos produção e mais atravessadô e hoje tem mais produção e menos atravessadô, porque de primeiro a região irrigada era só aqui, hoje a irrigação espalhou, tudo quanto é lugar tem irrigação e aí tá o problema: de primeiro cê batia o feijão e o caminhão tava na estrada esperando, hoje se o atravessador num dá um preço bom cê é obrigado a vender, então quer dizer que tá difícil o colono ganhar dinheiro.¹⁴⁸

Por ser um dos primeiros projetos de irrigação do Norte de Minas Gerais, o Jaíba atraía uma quantidade maior de compradores, elevando o preço das mercadorias que eram produzidas em quantidade menor do que nos dias atuais, ou seja, pouca oferta e muita procura. Atualmente, acontece o inverso: houve dispersão dos compradores para outros perímetros irrigados da região e aumento da oferta de alimentos no Jaíba, tendo como consequência a diminuição da renda dos colonos.

Com a falta de opções de comercialização e perecibilidade dos alimentos, o agricultor familiar geralmente acaba por fechar negócio com os atravessadores. A forma de negócio com os intermediários na qual estes escolhem os alimentos a serem comprados, a quantidade e muitas vezes as formas de pagamento, contribui para que muitos colonos vendam a mercadoria por um valor que não é o desejado por eles, como indica Agenor:

os atravessadô tá sempre pronto pra dá o tombo em quem trabalha, porque quem trabalha é o que mais sofre, eles já chega e quer comprar por menos do valor. O pequeno produtô aqui num apruma mais por isso, porque quando ele tem uma coisa pra vender o atravessadô compra aqui barato e lá na frente vende pelo dobro, e num teve trabai nenhum, e nós que teve o maior trabai tem um lucro pequeno, então a gente num apruma mais por causa disso: quem num trabaia tem uma renda melhor do que quem enfrenta o sol e tudo aí no dia a dia.¹⁴⁹

A renda do trabalhador que tratou a terra, jogou semente e colheu o alimento em um processo que dura meses é inferior ao ganho do atravessador que realiza a venda dos produtos em poucos dias. Nesse contexto, se faz presente uma característica do sistema capitalista que é a expropriação do valor do trabalho alheio.

¹⁴⁸ Deusdete Bispo. Entrevista realizada no dia 15\07\2012.

¹⁴⁹ Agenor Ribeiro da Silva. Entrevista realizada no dia 26\06\2012.

Essa forma de comércio feita com os atravessadores é realizada de forma verbal, sendo que se acredita na honra esperando que ambos, vendedor e comprador, cumpram sua palavra. Algumas vezes, isso não acontece. O agir de má-fé e a trapaça foram relatados por alguns colonos, contribuindo para que sejam criadas avaliações negativas quanto à presença e à postura dos atravessadores na região. Sônia assim relata um “acontecido” com o seu pai:

sempre nós teve que vender mais é pros atravessadô mesmo, porque a gente num tem condições de vender lá fora não e tem que vender barato. Até hoje meu pai num esquece de um acontecido: ele plantou uma roça de melancia e ele vendeu bastante, tipo assim deu muita e ele vendeu, vamos supô que naquela época era cinquenta centavos uma melancia grandona, que era barato, cê num tinha condições de vender pra fora, e até hoje é assim, aí combinou de vender a cinquenta centavos cada melancia, aí o cara veio e encheu um caminhão cheim, topado, e quando toda a melancia tava em cima o cara falou: eu vou pagar ocê trinta centavos a melancia, aí pai só num mandou descer a melancia com medo de perder, porque é melhor ganhar trinta centavos com mais de duas mil melancia em cima do caminhão do que nada, e desde então pai num quis plantar mais melancia.¹⁵⁰

Depois de sofrer com o “golpe” dado pelo atravessador e conviver com oscilações na produção e preço dos alimentos, o pai de Sônia abriu uma marcenaria nos fundos de sua casa para complemento da renda familiar e pagamento das despesas da área. Segundo a entrevistada, a “marcenaria é como se fosse uma ajuda de custo, porque se for viver só da roça, num dá não, porque tem um tempo pra você plantar, tem um tempo pra colher e até vender esse produto demora e as contas num espera”. Existe uma divisão de tarefas: enquanto o pai trabalha em casa, a esposa exerce a função de serviços gerais na escola do povoado e os filhos lidam com a lavoura.

A ajuda de todos os membros da família desenvolvendo atividades agrícolas e não agrícolas no projeto Jaíba mostra os contrates e dificuldades de permanecer na terra tão somente através do trabalho na agricultura irrigada. Ao dizer que “se for viver só da roça, num dá não”, Sônia revela uma face desigual do projeto Jaíba que garante às grandes empresas a aquisição de lucros pela produção irrigada em grande escala, enquanto o pequeno produtor rural procura saídas e estratégias contínuas para garantir a sua permanência na terra.

¹⁵⁰ Sônia Borges Costa. Entrevista realizada no dia 15\07\2012.

Devido aos baixos ganhos com produção agrícola e a descapitalização de alguns colonos, a prática de atividades não agrícolas, como a marcenaria do pai de Sônia, é uma maneira por eles encontrada para gerar renda suficiente para arcar com as despesas do lote, garantindo o emprego da mão de obra excedente da família.

Artesanato, apicultura, piscicultura, marcenaria e pecuária leiteira são ramos econômicos que gradativamente vão ganhando espaço no cotidiano das pessoas, transformando e reordenando um espaço que foi idealizado pelo Estado para ser usado exclusivamente para a agricultura irrigada.

O desenvolvimento de atividades não agrícolas por parte do pequeno produtor rural, prática conhecida como pluriatividade¹⁵¹, é uma forma de garantir a reprodução social e econômica das famílias diante dos limites e pressões por elas vividas. A pluriatividade permite rever o conceito de propriedade rural apenas como unidade de produção agrícola, abrindo caminhos para a articulação com o mercado, muitas vezes mais favorável para este tipo de trabalho, sendo uma possibilidade de geração de emprego e renda.

A expectativa de muitos colonos é sobreviver exclusivamente através da produção do lote agrícola, não tendo que arrendar a terra ou se transformarem em assalariados. Esse sonho poderia ser concretizado a partir do aumento de suas rendas que passa, segundo Fábio, pela mudança da lógica atual de comercialização e custos de produção:

bom mesmo seria eu produzir e eu mesmo ir vender lá (na feira) nim Manga, ou Montes Claros, ou BH, que o produtor aqui não tem essas condições, aí então cê é obrigado a vender para o atravessador igual todo mundo vende, o atravessador ganha o dobro em riba, ele compra por quinze e lá na frente ele vende pelo dobro. Cê paga hora de trator de noventa reais, cê vai comprar um saco de adubo é oitenta, noventa reais, cê vai comprar um litro de veneno é caro, cê vai pagar conta de água é um absurdo. Aí de quinze reais uma caixa de verdura pro cê tirar esses gastos tudo num sobra dinheiro pro cê não, quem ganha é só o atravessador.¹⁵²

As dificuldades enfrentadas pelos colonos vão desde a produção até a comercialização, sendo que as mesmas poderiam ser amenizadas pela participação

¹⁵¹ Para maiores informações sobre a pluriatividade na agricultura familiar brasileira ver: SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 470 Fls. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia/IFCH, Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

¹⁵² Fábio José de Souza. Entrevista realizada no dia 25\06\2012.

direta do Estado e de entidades mediadoras (associações principalmente) no tratamento da questão. Porém, como veremos detalhadamente no próximo capítulo, o Estado desenvolve apenas medidas compensatórias de transferência de renda e as associações não estão organizadas de forma a garantir uma comercialização coletiva.

Embora ainda seja marcante a presença e atuação dos atravessadores nos perímetros irrigados do Norte de Minas, novos canais de comercialização surgiram nos últimos anos, integrando diversos agricultores familiares do Norte de Minas. A CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento)¹⁵³ é um programa do Governo Federal que teve início no projeto Jaíba no ano de 2004, atuando através da compra direta de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

Existe ainda uma via de negócio que consiste em um acordo com empresas conhecidas como parceiras ou integradoras através de formas distintas: a primeira, menos comum entre os entrevistados, consiste na venda de sementes ou do próprio alimento, e essas instituições oferecem assistência técnica aos produtores; em outra forma de contrato para uso da terra, metade do lote agrícola é arrendado, e a outra é deixada para atividades do proprietário.

O arrendamento para empresas, conhecidas na região como firmas, foi uma saída encontrada pelos colonos para permanecerem na terra. Joaquim salienta o contexto e as expectativas da parceria:

Num é todo mundo que quer mexer com roça não, a maioria tá parando de mexer com roça, teve um tempo que eu já tentei parar né? Eu falei que num ia mais mexer com roça, porque num tem resultado, mas depois Deus ajudô, eu pedi a Deus uma saída, falei: eu quero viver é aqui. Aí num é que apareceu essa firma e tá ajudando muito o produtô daqui. Eu entrei porque Sidério, meu primo, chegou aqui e falou: ó moço tem uma firma que tá trabaizando e já tem dois anos que eu tô trabaizando com ela, cê num quer plantar com ela não? Aí ele arrumou pra mim e depois eu arrumei pra mais quatro conhecidos meu e todo mundo tá com essa firma até hoje e graças a Deus tá dando certo.¹⁵⁴

A locação não é a melhor forma de usar a terra, porém foi a única saída que Joaquim encontrou para nela permanecer. Ao estabelecer contrato com a empresa, o entrevistado compartilha um modo de usar o lote agrícola que é comum a parentes e

¹⁵³ Os projetos governamentais para a agricultura familiar serão mais bem detalhados no terceiro capítulo.

¹⁵⁴ Joaquim Martins de Oliveira. Entrevista realizada no dia 15\06\2012.

vizinhos, sendo que esta condição revela a dificuldade de muitos colonos em desenvolverem a agricultura com recursos próprios, restando a eles o arrendamento.

Os motivos para que os colonos aceitem esse tipo de parceria são vários, como impossibilidade de produzir por conta própria, quitação de dívidas, oportunidade de se capitalizarem, liberação de mão de obra da família para outras atividades, sendo ainda uma forma de manterem a propriedade produtiva. São justificativas que têm em comum a possibilidade de superação de carências e falta de condições para desenvolverem a agricultura familiar.

Joaquim, Helena, Valdomira, Floripes e Maria Ilza possuem vínculos comerciais com essas empresas. A cada hectare arrendado, a instituição parceira paga um valor de mil reais mensais para o colono e, segundo Joaquim, a dinâmica funciona da seguinte maneira:

eu arrendo duas hectares e meia para eles durante quatro ou cinco meses, porque tem um mês que é disponível pra eles desocupá a roça, deixar secar, roçar, porque eles é obrigado a entregar a roça limpa, e durante quatro meses tudo é por conta da firma, agora só água que eu sou responsável por moiá e pagar.¹⁵⁵

Apesar de ser uma saída para garantir o sustento da família e permanência na terra, o contrato estabelecido com as empresas impõe ao colono uma maior dependência de mercado e menor autonomia nas relações de trabalho e produção. Em condições, valores e normas diferentes, percebe-se que o agricultor familiar deixa de ser subordinado aos atravessadores e passa a manter compromissos com as empresas, inclusive ficando à sua disposição para prestação de serviços como a irrigação da área arrendada e pagamento das taxas de água e luz; essas contas constituem ônus do arrendatário.

Essa forma de flexibilização dos contratos de trabalho e de produção possui características urbanas empregadas no ambiente rural, representada pelo fato de que o serviço torna-se efêmero, e o funcionário, que neste caso também é o proprietário da terra, tem que ser polivalente para atender às muitas demandas exigidas pela empresa. Ainda deve ser constado que os meios de produção como a terra e os equipamentos de irrigação e trabalho no lote são do “proprietário-empregado”.

¹⁵⁵ Idem.

Tal mudança nas relações de trabalho e produção na agricultura familiar vai se mostrando como uma tendência do campo sendo colocada em prática em várias partes do país, como indica José Roberto Moreira:

no capitalismo contemporâneo, reaparece com força a situação de trabalhador por conta própria, seja familiar ou não. As situações de integração econômica vivenciadas por estas formas sociais não se faz, via de regra, por situações de assalariamento. Aparecem aqui nos contratos de serviços e de produções parciais e específicas, próprias das noções atuais de terceirização, parcerias e flexibilização produtiva das grandes empresas, bem como, na expansão dos setores informais. O que se torna relevante aqui é que, para exercer seu trabalho, esse trabalhador passa a ter como requisito necessário a propriedade dos meios de produção. Dito de outra forma: a propriedade dos meios de produção é um requisito fundamental ao exercício do próprio trabalho.¹⁵⁶

Não obstante, são comuns periódicos locais, documentos publicitários e os próprios colonos fazerem propaganda e terem uma visão otimista a respeito das empresas pela sua importância no aumento da renda familiar e fixação do homem no campo. Porém, é importante descrever que existem outros pontos que devem ser abordados como: instabilidade; a mão de obra usada na produção é por conta do colono; especialização em detrimento da diversidade agrícola; a posição de produtores individuais é reforçada, distanciando-se dos valores coletivos; ao estabelecer uma divisão social do trabalho, a empresa não tem despesas com a compra da terra, dos meios de produção e de todos os encargos trabalhistas, inclusive os estabelecidos e garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

O arrendatário encontra uma grande oportunidade de se livrar dos encargos trabalhistas e aumentar seus ganhos, uma vez que o pagamento é realizado tendo em vista o contrato de arrendamento e não as relações de trabalho estabelecidas. Se existem vantagens para os colonos, percebe-se que elas são maiores para as empresas que aprimoraram a relação tradicional de “parceria”, ficando o locatário com o total da produção agrícola, enquanto o trabalhador, que é o proprietário da terra, recebe uma quantia necessária para o sustento da família e pagamento das taxas de irrigação.

Essa dependência de terceiros para produzir e comercializar acaba por estabelecer mudanças nos costumes e valores dos sujeitos, levando a um maior

¹⁵⁶ MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 166.

isolamento, monetarização e enfraquecimento das relações sociais. Os modos de vida vão sendo transformados, interrompidos e substituídos, mas não de forma total ou permanente, uma vez que os colonos encontram-se em uma condição social semelhante e compartilham certos valores e interesses.

Através das falas dos entrevistados, torna-se notório um maior tempo no ambiente doméstico-familiar e de trabalho, tendo como efeito o distanciamento da convivência social. A intensidade do ritmo de trabalho, do nascer ao pôr do sol, as relações comerciais e a disponibilidade dos meios de comunicação nas residências são fatores que contribuem para um isolamento social dos sujeitos nos dias atuais.

Embora ainda exista uma interação entre os produtores, percebe-se que com o passar dos anos elas foram se enfraquecendo, fato esse que vai se desdobrando como uma tendência da modernidade. Permanecer em casa ou no trabalho significa diminuir a frequência da visita aos vizinhos, conversas ao “pé da cerca”, trocas de mercadorias ou serviços, entre outras práticas de sociabilidade. Quanto à religiosidade, que outrora foi fator de interação e convivência social, atualmente existe uma separação entre “crentes” e católicos.

Em cada povoado, existe uma diversidade de agências religiosas: as evangélicas encontram-se dispersadas entre construções comerciais e residenciais, enquanto a igreja católica ocupa o centro, ladeada por uma praça. Apesar de ainda predominante, o catolicismo não é exclusivo entre os colonos. Se outrora as festividades sacras e missas reuniam um grande número de fiéis, hoje existe um grande trânsito religioso entre os pequenos produtores rurais, modificando condutas, valores e expectativas segundo os preceitos de cada crença religiosa.

O afastamento dos colonos de locais que antes eram considerados pontos de socialização como festas religiosas e lares domésticos é acompanhado do aumento das atividades dentro e fora da área agrícola, como expresso na fala de Valdomira:

eu levanto cedim e vô cuidar das coisas aqui em casa, levar café pro Zé na roça e quando é à tarde fico mexendo com a pimenta que eu tenho aqui, num gosto muito de sair não, eu fico três ou quatro mês sem ir na casa de meus menino, e também num gosto de ir na casa dos outros ficar atrapalhando o serviço deles não, assim como eu tenho as coisas pra fazer aqui os vizim têm as coisas deles pra fazer lá, e quando eu vô na casa dos outros até o Zé me xinga porque fico tirando o tempo de serviço deles, aí eu fico aqui mesmo.¹⁵⁷

¹⁵⁷Valdomira Inácia de Souza. Entrevista realizada no dia 15\07\2012.

A presença de Valdomira na casa de amigos é avaliada por ela e pelo marido como momentos que “atrapalham” o serviço deles. Ademais o intenso trabalho para não quebrar o contrato com as empresas parceiras, a necessidade de produzir uma quantidade grande de alimentos, os serviços domésticos e de criação de animais requer dos colonos um maior tempo de serviço no lote.

Outras falas também revelam como o cotidiano é dividido principalmente entre o trabalho na roça e no lar. Na fala de Helenice, percebe-se que sempre existem atividades dentro do lote que afetam a sociabilidade dos colonos:

Quando não tá trabalhando na roça, a senhora faz o quê nos momentos livres?

A gente cuida de uma horta, vai lá na roça, vai molhar, carpi ou bater veneno, mexe com um porquim, cuida de um animal, a gente não sabe nem qual é o serviço certo da gente porque tem tantos pra fazer, tem um ali cê corre lá, tem outro ali cê já vai lá, tem um animal pra dá água cê tem que ir lá, então aqui é uma correria, cuidar da casa, é uma correria que cê num tem tempo pra nada.¹⁵⁸

Na contemporaneidade existe um aumento das responsabilidades trabalhistas e domésticas, produzindo uma sensação de aceleramento das horas e minutos, contribuindo para que noções e práticas ligadas a agilidade, versatilidade e polivalência sejam requisitos para sobrevivência do trabalhador no campo ou na cidade. “Não ter tempo pra nada” significa aumentar o período de labor diário para cumprir com as obrigações, deixando para segundo plano as visitas, conversas, lazer e outros tipos de interação social.

Escolhas, contradições, transformações e ações dos sujeitos ajudam a compreender estilos de vida diante de um processo em que os indivíduos não são compreendidos como uma abstração ou conceito “mas como pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas”.¹⁵⁹

Os sujeitos mantêm então várias posturas e percepções, algumas imperceptíveis outras notórias. Seus modos de vida vão se manifestando de forma indeterminada no objetivo de sobreviver nos meandros e fissuras do sistema estabelecido em uma dinâmica em que pressões e contrapressões fazem parte da correlação de forças sociais.

¹⁵⁸ Helenice dos Reis Lobato. Entrevista realizada no dia 13\10\2012.

¹⁵⁹ KHOURY, Yara Aun. **Narrativas orais na investigação da história social.** In: Revista Projeto História: PUC-SP. São Paulo, nº 22, 2001, p. 80.

CAPÍTULO III

PROJETO JAÍBA: UM OLHAR POLÍTICO

Certamente, devemos enfatizar o sofrimento dos trabalhadores e de suas famílias, mas estaremos sendo extraordinariamente injustos com eles se aceitarmos a visão ortodoxa de que eles eram pessoas derrotadas e ignorantes.¹⁶⁰

A partir da segunda metade do século XX, intensificaram-se as intervenções do poder público no espaço rural brasileiro, de modo que podemos situá-las em dois momentos: na primeira fase, o Estado foi o principal gestor da modernização e capitalização no campo, na segunda etapa, iniciada após a redemocratização do país, foram criadas de forma tímida, porém gradativa, políticas agrárias em benefício da agricultura familiar.

Essa distinção de etapas apresenta o Estado como mediador, distanciando-se de interpretações que o apontam totalmente a favor do capitalismo no campo ou exclusivamente “amigo do pequeno produtor rural”. O que salientamos é que, entre as décadas de 60 e 80, a burguesia agrária nacional e internacional exerceu forte influência na condução da política nacional e, principalmente após a década de 1990, movimentos sociais do campo e entidades sindicais passaram a pressionar o governo para a criação de programas voltados para os trabalhadores rurais em todas as suas categorias (assalariados agrícolas, pequenos produtores rurais, meeiros, posseiros, arrendatários, quilombolas, indígenas, entre outros).

A aproximação do Estado com a classe rural menos privilegiada é resultado, segundo Everton Picolotto¹⁶¹, de dois importantes fatores: a pressão externa advinda de movimentos sociais do campo e da divulgação, em 1994, de um estudo realizado pelo convênio técnico INCRA/FAO (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação).

O estudo do consórcio INCRA/FAO mostrou, através de percentuais e comentários detalhados, a importância da agricultura familiar para a produção diversificada de alimentos voltados predominantemente para o abastecimento do mercado interno, empregando maior quantidade de pessoas no campo se comparada à

¹⁶⁰WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade:** na história e na literatura. São Paulo: Companhia das letras, 2011, p. 316.

¹⁶¹ PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação:** agricultura familiar, sindicalismo e política.289 Fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011, p. 177.

agricultura patronal que ocupava mais de 70% das terras do país na época. O estudo buscou ainda estabelecer diretrizes para um tratamento diferenciado das políticas públicas em relação ao referido setor econômico.

Até meados de 1990, a agricultura familiar era associada à produção para subsistência, não existindo uma política agrária específica para este setor. Vista como uma atividade atrasada, conservadora, não desenvolvida ou economicamente inviável que possuía fortes ligações com as análises marxistas clássicas referentes ao fim do campesinato¹⁶², a agricultura familiar recebia parcisos recursos dos programas para o desenvolvimento do campo.

O principal plano de apoio à agricultura até 1990 era o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que foi criado em 1965 através da lei 4.829. É consenso na literatura especializada que este plano privilegiava os grandes e médios produtores, especialmente do centro-sul, que possuíam uma produção destinada à exportação. A burocracia, o alto risco de inadimplência e ausência de avalistas são pontos de entraves que dificultavam o acesso ao crédito rural pelos agricultores familiares; além disso, existia certa resistência das entidades financeiras na liberação de baixos valores para o custeio e investimento no campo.

A produção familiar foi ganhando cada vez mais destaque na sociedade, nos debates na academia, pela veiculação de suas notícias em diversos meios de comunicação, em debates políticos, sobretudo através da pressão exercida pelos setores populares ligados ao campo que reivindicavam a criação de uma política nacional própria para este segmento.

Em várias regiões do país aconteceram ações isoladas para a melhoria das condições do homem do campo, sendo que elas se articularam e se fortaleceram conjuntamente através da criação do Grito da Terra Brasil. O Grito da Terra surgiu através da união de dois movimentos: o Grito do Campo, da região Norte, e a Jornada de Mobilização do Sul, ambos já vinham acontecendo anualmente desde 1990.

O I Grito aconteceu entre 9 e 13 de maio, sendo uma mobilização nacional, unificada e organizada por uma ampla articulação de atores do campo, tais como: DNTR/CUT, CONTAG, MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB),

¹⁶² Tais concepções, inspiradas principalmente em Lênin e Kautsky, afirmavam que a pequena produção estaria em vias de desaparecimento com o avanço das relações capitalistas no campo sendo que as unidades produtivas seriam baseadas no uso exclusivo ou predominante da mão de obra assalariada.

Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e Coordenação dos Povos Indígenas do Brasil (CAPOIB).¹⁶³

Picolotto¹⁶⁴ salienta que a pauta nacional apresentada pelo I Grito da Terra foi grande, em virtude da ampla coalizão de atores que o construíram, contendo sete eixos temáticos: reforma agrária, política agrícola, direitos sociais e trabalhistas, previdência social, saúde e segurança no trabalho, política energética e meio ambiente. O Grito passou a pressionar o governo no sentido de dialogarem e negociarem um modelo alternativo de desenvolvimento rural pautado por uma política agrícola mais justa e democrática.

No que se refere à agricultura familiar presente na pauta de reivindicações, Ana Luiza Müller destaca que

Dessa guinada dos movimentos sociais rurais resultam demandas ao Estado, cujos resultados articulem um novo projeto de desenvolvimento rural, que passa a considerar questões tais como agregação de valor, acesso aos novos mercados, questões de gênero, juventude. Esse novo projeto de desenvolvimento do Estado, do ponto de vista dos movimentos sociais, consiste em considerar que, para além de políticas sociais ou compensatórias, a agricultura familiar tem um papel no desenvolvimento da sociedade brasileira, motivo pelo qual é merecedora de políticas estruturais.¹⁶⁵

A agricultura de base familiar foi reivindicada como atividade econômica importante para garantir a soberania alimentar, riquezas para o país, diminuição das desigualdades sociais, desenvolvimento local e permanência do homem no campo através da geração de emprego e renda, devendo ser mudada a política agrária eventual, aleatória e paliativa que era direcionada a este setor até então.

A produção familiar seria, pois, o contrário da tradição rural brasileira fundada no grande latifúndio monocultor, exportador, concentrador de terras, excludente e que, em muitos casos, não cumpria a sua função social. Esses argumentos antigos não tinham embasamento estatístico detalhado até o estudo de cooperação técnica FAO/INCRA.

¹⁶³ PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação:** agricultura familiar, sindicalismo e política. 289 Fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011, p.176.

¹⁶⁴ Idem, p. 177.

¹⁶⁵ MÜLLER, Ana Luiza. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil:** O caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). 132 Fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2007, p. 13.

Aproveitando a referida pesquisa, as lideranças do I Grito a usaram como “provas” para pressionar o governo a garantir maior apoio para o homem que vive no/do campo.

Após a entrega da pauta de reivindicações do I Grito da Terra Brasil, foi criado um programa específico para a agricultura familiar durante o governo Itamar Franco como destaca Schneider, Mattei e Cazella

Em 1994, em consequência das reivindicações dos agricultores familiares, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que operava basicamente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). O PROVAP seria o embrião da primeira e mais importante política pública criada dois anos mais tarde e destinada aos agricultores familiares. Cabe frisar que, embora o PROVAP tenha tido resultados pífios do ponto de vista dos recursos aportados para os agricultores, sua importância consiste na transição que ali se inicia em direção a uma política pública diferenciada por categorias de produtores rurais.¹⁶⁶

O PROVAP se tornou um programa que embora tivesse uma existência curta (1994-1996) foi um importante passo no sentido de valorização da agricultura familiar e, sobretudo, a possibilidade de abertura de negociação por parte do Estado em relação às demandas colocadas em pauta pelo sindicalismo rural e movimentos sociais do campo.

Sendo considerado o “embrião”, o PROVAP deu margem para a criação daquele que é considerado o principal plano governamental de apoio ao agricultor familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF. Segundo Picolotto

Pouco tempo após a realização do III Grito, o governo federal por meio do Decreto Presidencial n. 1946, de 28 de junho de 1996, criava oficialmente o PRONAF como programa coordenador de várias ações em prol do fortalecimento da agricultura familiar. No Decreto é destacado no Art. 1º que a sua finalidade maior é “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda”.¹⁶⁷

¹⁶⁶SCHNEIDER, Sérgio, MATTEI, Lauro, CAZELLA, Ademir Antônio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. In: SCHNEIDER, Sérgio, KUNRATH, Marcelo, MARQUES, Paulo Moruzzi (orgs). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 23.

¹⁶⁷ PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação:** agricultura familiar, sindicalismo e política.289 Fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011, p.182.

O PRONAF foi um avanço em relação ao programa anterior que se limitava a ações relativas ao crédito de custeio. Principalmente após 1997, o PRONAF ganha amplitude tanto no que diz respeito ao espaço geográfico de atuação como nas suas áreas, uma vez que além do custeio foram ampliadas ações para investimento, infraestrutura, logística mercadológica, capacitação e pesquisa.

O PRONAF foi integrado à Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) que por sua vez é subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criado em 1998. O MDA foi criado para tratar de assuntos relacionados especificamente à agricultura Familiar enquanto o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ficava responsável pelas atividades inerentes ao chamado agronegócio. Isso mostra que apesar de a agricultura familiar e de o agronegócio terem o campo como espaço comum, estas atividades possuem realidades, demandas e interesses diferentes.

Importante salientar que a produção familiar aparece como alvo de programas diferenciados satisfazendo a algumas exigências dos movimentos sociais e entidades sindicais, o que não significa que a política agrícola esteve fora do modelo econômico liberal. Os planos econômicos durante o governo FHC e posteriormente a ele procuraram integrar este setor ao mercado.

Durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010) foram ampliadas as linhas de crédito, subsídios e prazos do PRONAF, além de diversificar suas modalidades, voltadas particularmente para áreas como: Mulher, Jovem, Agroindústria, Agroecologia, Semiárido, Floresta, Turismo Rural, Pesca, entre outros. Dentro deste contexto foi criada, em 2006, a Lei da Agricultura Familiar que constitui um importante passo na consolidação, legalização e aperfeiçoamento dos direitos de indivíduos que sobrevivem do trabalho no campo.

Ainda no governo Lula, foram criadas várias políticas públicas para a agricultura familiar que vão além das que já existiam relacionadas ao crédito, tais como: Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Programa Garantia de Safra, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), Programa

Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), programas de educação e capacitação (Programa Arca das Letras e Educação do Campo).¹⁶⁸

Pelo discurso estatal, a agricultura familiar vai sendo transformada e favorecida com políticas específicas para este setor não apenas com a produção agrícola como também a habitação, educação, transporte e lazer. Esse fato contribui para a criação de expectativas no homem do campo quanto ao acesso principalmente ao crédito rural e assistência técnica que são demandas comuns a muitos agricultores.

A realidade de progresso e evolução do campo procura criar uma hegemonia construída sob dois pilares conduzidos de forma harmoniosa e igualitária pelo Estado: o agronegócio estaria voltado para o mercado externo, e a agricultura familiar concentrada em abastecer o mercado interno. Ministérios diferentes e planos econômicos específicos para cada setor contribuem para divulgar uma avaliação na sociedade que não existem privilégios de tratamento por parte do Estado, sendo que ambos, agronegócio e agricultura familiar, têm as mesmas oportunidades de se desenvolverem.

Na divulgação do “Plano Safra da Agricultura Familiar” é comum indicar avanços no montante de capital investido desde sua criação em 2003. Existem ainda imagens de melhorias sociais do agricultor familiar procurando criar no leitor/telespectador noções que dão a entender ser fácil o acesso aos programas governamentais, cabendo aos agricultores saberem administrar os recursos financeiros para terem sucesso no seu “empreendimento agrícola”.

Nota-se, porém, que, apesar de a propaganda midiática e números indicarem acesso universal e eficiência dos programas agrícolas para o homem do campo, as leituras dos colonos do projeto Jaíba, construídas a partir da experiência social, problematizam e questionam o discurso oficial. O histórico de avanço dos programas destinados à agricultura familiar ainda possuem contrastes, considerada a realidade de dificuldades produtivas e comerciais vividas pelos sujeitos.

Embora as ações do governo Lula, visem de algum modo, proporcionar melhoria aos agricultores familiares por meio de empréstimos financeiros, faz-se necessário salientar que a morosidade e burocracia impedem que muitos tenham acesso ao crédito rural para investirem em melhoria na sua produção agrícola, como compra de

¹⁶⁸ Sobre o significado, a dimensão e os efeitos dessas políticas ver: WESZ , Valdemar. **As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar:** análise e avaliação da experiência brasileira. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro—UFRRJ, 2009.

equipamentos e tecnologias, e meios de transportes para escoarem a produção diretamente para os centros consumidores.

Como a liberação de ajuda financeira para a maioria dos colonos do projeto Jaíba está comprometida devido à inadimplência proveniente da “crise da banana” de 1997, a maioria dos pequenos irrigantes trabalha sem ajuda externa para custeio ou investimento na lavoura. Para garantir o sustento da família, eles vão buscando várias formas de trabalho e renda que em geral não são capazes de satisfazer suas demandas, como mostrado no capítulo anterior.

Entre aqueles que revelaram o desejo de conseguir algum capital para arcar com as despesas da produção, existe muito desânimo devido à burocracia das agências financeiras. Essa complicação é relativa aos procedimentos adotados pelos bancos para a liberação de empréstimos para o pequeno produtor rural que não possui garantias, capital de giro, avalista ou contrapartida exigida.

O acesso ao crédito rural divulgado como procedimento rápido e universal é questionado por Deusdete que várias vezes buscou, sem sucesso, conseguir recursos financeiros externos para garantir uma melhor produtividade:

às vez manda o dinheiro lá de cima mas num chega aqui, tá como o pequeno pegô, mas o pequeno nunca pegô esse dinheiro, a não ser naquele tempo de financiamento pra banana, mas depois nada,e o governo tá achando que tá tendo tantos milhões pra agricultura, só que ele num vem aqui não, tá lá no Banco do Brasil, Banco do Nordeste e cê num pode fazer esses financiamentos, porque aqui tem uma trava pro pequeno que ele num pega esse dinheiro, no meio de cem tem dois ou três que pega, agora mesmo tem um projeto aí pro cê comprar trator¹⁶⁹, mas cê vai lá no banco e num sai e o governo tá pensando que o pessoal tá pegando esse dinheiro, mas esse dinheiro num tá vindo aqui não.(ênfase nossa)¹⁷⁰

O problema, segundo Deusdete, não é o montante de capital investido, é a dificuldade de sacar o dinheiro junto às agências financeiras. O entrevistado não coloca a culpa no governo ou nos planos de apoio à agricultura familiar, sendo que a “trava” está ligada à ordem jurídica e burocrática. Ao dizer que “aqui é por sua conta, cê trabaia

¹⁶⁹O entrevistado se refere ao Pronaf “Mais Alimentos”, que destina recursos para investimentos em infraestrutura da propriedade rural permitindo ao agricultor familiar modernizar sua produção via aquisição de máquinas, implementos e de novos equipamentos. O limite de crédito é de R\$ 150 mil por ano agrícola, limitado a R\$ 300 mil no total, que podem ser pagos em até dez anos, com até três anos de carência e juros de 2% ao ano. Para maiores informações, ver: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/maisalimentos>.

¹⁷⁰Deusdete Bispo. Entrevista realizada no dia 15\07\2012.

e pega com Deus” o entrevistado aponta que os programas para a agricultura familiar não estão chegando aos pequenos irrigantes do projeto Jaíba da forma como precisam e gostariam, e a maior parte da produção é resultado de esforços e recursos pessoais.

No caso do principal programa de crédito rural do Governo Federal, o PRONAF, as exigências de ter um bom cadastro, um bom projeto e apresentar garantias¹⁷¹ estão distantes da realidade de muitos colonos do projeto Jaíba. Somado a isso, existe o fato de que muitos não conseguem pagar em dia as parcelas das dívidas que possuem junto aos bancos desde 97, dificultando ainda mais o acesso a empréstimos.

A EMATER há alguns anos procura intervir nessa situação referente às dívidas, sendo seus técnicos os mediadores entre os agricultores familiares e os programas do poder público. A referida instituição procura orientar os agricultores quanto ao parcelamento e pagamento de débitos, aproveitando alguns prazos e vantagens oferecidas pelo governo, como acontece atualmente com o rebate até o final de 2014 de, no máximo, 85% das dívidas contratadas até 31/12/2006 na região do semiárido.¹⁷²

Se por um lado, Deusdete revela os problemas de ter acesso ao dinheiro, apontando que há recurso, mas que o entrave é de ordem burocrática (avalista, segurança financeira da agência, pequenos valores, contrapartida), por outro, algumas narrativas de colonos que receberam o crédito rural apontam outras dificuldades que se referem ao fato do valor liberado ser insuficiente para a viabilidade da produção:

aqui é o seguinte: a gente trabalha de acordo com as condições que a gente pode, quando a gente pode vai e pega um financiamento no banco, mas financiamento no banco sempre é pouco. E aí cê tem que desdobrar porque aqui cê paga trezentos ou trezentos e pouco de água, dependendo do tanto que cê irriga, tem adubo, veneno, feira pra fazer dentro de casa, tem os menino na escola, tem uma coisinha, tem outra e quando sair lá fora cê tem que ter uma renda de mil ou mil e pouco por mês, e às vez a gente num tem, por mais que a gente saiba dominar o lote, a gente precisa trabalhar a questão da administração também, planejar as plantas pra sair numa sequência, mas às vez a gente num faz isso porque os recursos num tem na hora certa pra preparar o solo, comprar a semente ou o que for pra trabalhar na hora certa, então por isso que às vez dá esses intervalo um pouco maior que aí a gente acaba sem dinheiro e começa a acumular conta, e quando vem uma rendazinha cê paga ali e já num sobra pro cê investir de novo, então tem esses detalhes.¹⁷³

¹⁷¹www.mda.gov.br/portal/saf/institucional/pergunta%26resposta

¹⁷²Para maiores informações, ver o Plano Safra Semiárido. In: Jornal da CONTAG. Ano IX, nº IX, agosto de 2013.

¹⁷³ Vandis Veríssimo. Entrevista realizada no dia 26/09/2013.

Como existe uma grande dependência de irrigação e tecnologia para o sucesso da agricultura no projeto Jaíba, é necessária a criação de uma política agrícola que melhor se encaixe na realidade dos agricultores familiares. O financiamento via PRONAF, ao não considerar as peculiaridades da agricultura irrigada, acaba liberando valores que não satisfazem as demandas e custos de produção.

Vandis relata que mesmo trabalhando de “seis às seis”, frequentemente não consegue recursos financeiros para quitar dívidas inerentes à manutenção do lote e sustento da família. Mais do que adquirir conhecimentos mercadológicos ou logísticos no direcionamento da lavoura, o entrevistado relata que é primordial e urgente um maior investimento do governo no apoio ao pequeno produtor.

Existem valores milionários de crédito rural, com a diferença de que o acesso é mais facilitado aos grandes empresários rurais, enquanto os agricultores familiares se esbarram em tantas dificuldades que alguns colonos disseram que acabam desistindo de “lutar com o banco”. O agronegócio que prioritariamente produz *commodities* para exportação recebe maiores condições de investimentos do que a agricultura familiar que está voltada para a alimentação dos brasileiros, mostrando então uma face desigual da política agrária, o que coloca em dúvida a igualdade de condições propalada pelos discursos oficiais.

O programa de crédito rural é norteado por uma política de segurança financeira na qual o agricultor familiar recebe recursos insuficientes para sua produção, uma vez que geralmente não possui avalista ou contrapartida; fato contrário acontece com as empresas do agronegócio que possuem maior credibilidade e renda, tendo facilidades na aquisição de grandes empréstimos.

Além do financiamento agrícola e acesso aos recursos tecnológicos, existe também outra grande preocupação dos colonos em relação à comercialização. A maior parte da produção agrícola vendida para atravessadores demanda que os mesmos se organizem e se adéquem às regras estabelecidas pelo governo para participarem dos programas de compra e venda de alimentos.

A EMATER foi responsável pela criação e pelo fortalecimento das associações para comercialização com programas governamentais que exigem a organização formal dos interessados. Essa seria, também, uma forma de catalisar o processo de transformação do campo, na medida em que envolve a capitalização dos produtores para que possam viabilizar economicamente seus respectivos lotes.

Embora existam associações no projeto Jaíba de apicultores, hortifrutigranjeiros e de artesanatos, a grande maioria é formada de agricultores familiares que se unem visando a comercialização de alimentos. As associações se mostram como ponto importante para a organização e defesa dos direitos do pequeno produtor, todavia essa compreensão não se desenvolve ao mesmo tempo na vida dos colonos devido a trajetória, interesses e expectativas de cada pessoa.

Muitos entrevistados não se interessam em se inserirem nas associações por vários fatores, entre os quais: a dúvida em relação a sua credibilidade, sua finalidade, divergências internas, falta de confiança entre os próprios associados e muitos argumentam que o poder de decisão encontra-se centralizado na pessoa do presidente. Os motivos pelo distanciamento são específicos a cada indivíduo, a exemplo do apontado por Deusdete:

não considero muito bom mexer com associações. Eu tô aqui e num vejo mudança nenhuma, e aí eu prefiro vender sozinho meus produtos pros atravessadô que passa aqui na porta da minha casa, dá menos trabalho e não preciso ficar importando com reuniões, além disso, eu acho que nim associação quem se dá bem é só a diretoria.¹⁷⁴

Deusdete salienta que é mais cômoda a venda direta para atravessadores do que manter relações de compromisso com associações, tendo que participar das reuniões, atividades e burocracia para se integrar aos projetos de comercialização. A falta de vontade do entrevistado em se filiar a alguma associação também é devida ao entendimento de que apenas o presidente é beneficiado com os recursos, sendo oportunistas e transformando a associação em uma forma de conseguirem conquistas pessoais em detrimento do coletivo.

A falta de confiança também diz respeito à capacidade dos próprios colonos em transferir para outro a responsabilidade em representá-los em uma associação, como demonstra Elias:

O senhor participa da associação?

aqui o negócio nosso é de Célio, Célio que é o presidente, até hoje aqui pra nós num tem o que dizer dele não. Mas aqui na associação nossa mesmo tem pouca gente assim esclarecida, no meu modo de pensar, esclarecido assim na leitura, pra poder resolver este problema, porque essas coisas assim tem que ser uma pessoa esclarecida, uma pessoa formada ou que tenha um estudo mais avançado, pessoa com

¹⁷⁴ Deusdete Bispo. Entrevista realizada no dia 15\07\2012.

pouco estudo num serve pra este tipo de coisa, no caso que nem eu mesmo, se eu tivesse estudo até pudia pegar um cargo deste, mas devido meu estudo que num tem, eu num pego cargo nenhum, mas tem pouca gente na associação que tem leitura e aí é difícil, os aqui que eu conheço eu acho que num dá conta não.¹⁷⁵

Pela fala de Elias, percebe-se que ele não se identifica nem é membro efetivo da associação, transferindo para o presidente a responsabilidade pelo seu direcionamento, visto que o mesmo possui maior autoridade para oferecer melhores explicações. Quando entram nas associações, muitas pessoas criam expectativas de ganhos imediatos como equipamentos agrícolas, linhas de crédito e redes de comercialização e, quando as coisas não acontecem da maneira como esperavam, a frustração e afastamento das reuniões é inevitável.

Outro ponto de estrangulamento das associações apontado por Elias é o nível de escolaridade dos agricultores familiares. Como a maioria (72%) dos colonos possui apenas o ensino fundamental, o entrevistado entende que não existem, no povoado, pessoas capacitadas para gerir estas agremiações. Embora muitos agricultores semianalfabetos conduzam as associações do perímetro irrigado, Elias encontra na falta de escolaridade dos colonos um motivo para se manter afastado e procurar recursos através de esforços pessoais.

A prática do associativismo é algo inédito entre a maioria dos agricultores familiares do projeto Jaíba, e existem vários desafios quanto à organização e integração dos sujeitos. Recentes pesquisas mostraram grande dificuldade de participação dos colonos nas associações locais, comprometendo a comercialização coletiva e a interação social entre eles

Nos últimos dez anos, o número de associações rurais cresceu consideravelmente no Jaíba, totalizando hoje um número relativamente alto de 39 associações¹⁷⁶ e uma cooperativa de produtores. Entretanto, a maior parte dessas organizações encontram dificuldades para se organizarem e se manterem ativas e regularizadas junto aos órgãos públicos de administração e fiscalização fazendária (Receita Federal, INSS e FGTS): das 39 entidades associativas, 23 estão ativas (com reuniões periódicas da Assembléia Geral) e apenas 13 estão completamente regularizadas, segundo informações da EMATER-MG (2006), empresa pública que presta assistência técnica a elas. Além disso, o número de sócios por associação normalmente é

¹⁷⁵ Elias Mendes Pereira. Entrevista realizada no dia 13\10\2012.

¹⁷⁶ Atualmente (2013) existem 45 associações no projeto Jaíba.

muito pequeno, em média de 19 associados e 49% possuem até 15 membros.¹⁷⁷

A falta de identificação com as associações, mesmo por parte de alguns associados, contribui para perpetuar a subordinação dos colonos aos atravessadores. São comuns o cancelamento de reuniões devido ao grande número de ausências nas reuniões, e as narrativas indicam o desânimo, desinteresse e individualismo como pontos que comprometem a reciprocidade e confiança, fatores essenciais para o sucesso de uma associação.

Em geral, os assentamentos de reforma agrária no país, foram e ainda são marcados por um histórico de lutas coletivas pela terra, fortalecendo os laços sociais entre os assentados. Em relação aos colonos do projeto Jaíba, reiteramos que, em sua maioria, a trajetória deles não está relacionada a movimentos sociais, e que conseguiram os lotes agrícolas através de seleção segundo critérios pré-determinados para trabalharem de forma individual.

As associações foram formadas a partir da proximidade geográfica por área ou linha, e cada gleba possui um conjunto de associações que congregam geralmente entre vinte e trinta pessoas. Tendo como fim o objetivo de receberem recursos estatais e não necessariamente a interação social, foram narrados casos em que os membros desistem ou se afastam logo após receberem algum tipo de benefício. Na fala de Maria Ilza, são perceptíveis alguns contrastes existentes no interior das associações:

quando fundô a associação aqui dessa linha nós foi as primeira sócia, começamos pagando de um real, aí foi muito tempo pagando de um real e hoje paga é três reais, e sempre a gente reúne, às vez num reúne porque chega lá tem duas ou três pessoas só, aí nós tem que voltar pra trás, e a associação a gente participa mais por causa do projeto da CONAB, porque outra coisa num tem benefício.¹⁷⁸

Os laços sociais e a função de pertencimento a uma “classe” se mostra contraditória em meio aos interesses particulares existentes no seio de organizações coletivas. A nova dinâmica rural em que o agricultor familiar transforma-se em produtor de mercadorias faz com que os fatores que regem seu modo de viver e trabalhar sejam

¹⁷⁷ ARAÚJO, Thiago Carvalho Alves de; GODRIM, Mariluza Dias; SOUZA, Vanderley Soares. **A organização social da agricultura familiar no projeto Jaíba-MG como desafio para o desenvolvimento local sustentável.** Anais do XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Paraná: Londrina, 2007, p. 06.

¹⁷⁸ Maria Ilza da Silva. Entrevista realizada no dia 26\06\2012.

alterados, sendo impossível falar de homogeneidade devido às estratégias particulares e específicas de sobrevivência.

Para a entrevistada, o ligar-se às associações por parte dos colonos reduz-se a obtenção de vantagens pessoais e interesses imediatistas. Este interesse clientelista em relação ao poder público reduz a autonomia das associações e perpetua noções e sentidos ligados ao assistencialismo.

Implícito na fala de Ilza, está o fato de que ela não vê retorno da contribuição mensal paga. Elevar o pagamento de um para três reais ao mês é fator que gera dúvidas quanto ao destino do dinheiro arrecadado, aumentando a desconfiança entre os associados e a diretoria.

Interesses diferentes entre os próprios associados mostra que pontos de vista diferentes, embates, desacordos e atritos também são experimentados e vividos no seio das associações. Esse processo é entendido de forma diversa: para alguns isso faz parte e fortalece a gestão democrática, para outros revela a desunião do grupo, contribuindo para que desistam de participar das reuniões.

As várias formas de experiência social produzem conflitos e atritos entre sujeitos que vivem em um terreno comum, de modo a evidenciarem as lutas compartilhadas entre eles, mas experimentadas individualmente. Neste sentido, a não vinculação às associações também implica, de alguma forma, resistência às medidas governamentais, já que, os colonos se integram nestas entidades em busca de alguns benefícios, os quais são paliativos e não resolvem os problemas locais. Por isso, o não vincular às associações significa assumir uma posição contrária, questionando a forma como elas se relacionam com a comunidade e com o poder público.

Existe uma grande necessidade dos colonos se organizarem para ter acesso a mercados distantes, se adequando a algumas de suas exigências como a oferta regular de grande quantidade de alimentos. Todavia isso não é apenas uma questão de apoio governamental, passa principalmente pelo despertar da consciência dos sujeitos para a importância e valor do trabalho em grupo.

Embora muitas narrativas reconheçam que haja problema entre a comunidade e a associação, assim como entre seus próprios membros, há um entendimento comum entre os entrevistados de que a mesma desempenha uma importante estratégia na busca de respostas para a melhoria do processo produtivo, comercial, político e social.

Durante nosso diálogo, Helenice descreve que foi uma das primeiras associadas de sua gleba indo de casa em casa, convidando outras pessoas para participarem da

associação, e descrevendo a importância da mesma para a comercialização de alimentos, através da compra direta feita pelo Governo Federal. Sobre a situação da Associação dos Agricultores Familiares do Sistema III (ADAFS III) de que faz parte, ela descreve que:

a nossa associação é bem unida, o companheiro que faltar a reunião a gente dá um tempo pra ele, conversa e vê qual o motivo, se é doença ou seja lá o que for, a gente tem a preocupação de manter a associação limpinha e organizadinha do jeito que tá hoje.¹⁷⁹

Helenice relata que a preocupação está em manter a associação regularizada e a participação de seus membros, sendo que ambos estão interligados, já que a presença e contribuição de cada associado constitui fator primordial para o fortalecimento da instituição.

Existe uma cobrança por parte da entrevistada em requerer amadurecimento dos associados para lidar com as adversidades, abrir mão de seus interesses particulares, de modo a manter a unicidade entre eles, assegurando o bom relacionamento com a comunidade e, sobretudo, nos enfrentamentos com o poder público.

Helenice procura transmitir a importância de cada pessoa na organização social e política da comunidade em busca de direitos coletivos. Embora as associações revelem as disputas entre os colonos, elas traduzem de alguma forma os diversos modos de atuação dos sujeitos, seja vinculados às mesmas ou criando alternativas, já que possuem anseios e interesses diversos.

Aceitar posições contrárias, debater propostas, saber atuar como força política e manter relacionamentos com a comunidade e com o poder público em todas as suas instâncias é um processo construído a longo prazo, sendo importante a participação em organizações sociais para a conquista de um novo desenvolvimento rural.

Nas reuniões, além das pautas (públicos e privados), há espaço para o lazer e o convívio social. Vandis, que também é sócio da ADAFS III, quando perguntado quantas vezes os membros se reúnem respondeu:

reúne pelo menos uma vez por mês, mesmo que não tem nada em pauta, mas pelo menos cê encontra o pessoal, bate um papo e troca ideia, uma pessoa passa notícia pro outro, porque se a gente descuidar um poquim nós num conseguimo nem visitar os vizinhos, às vezes a gente

¹⁷⁹ Helenice dos Reis Lobato. Entrevista realizada no dia 13\10\2012.

fica quinze dias sem ir na casa dos vizinhos e na reunião cê encontra e bate-papo.¹⁸⁰

Assim, cria-se o espaço do compartilhar, reforçando o vínculo social entre eles, uma vez que são vizinhos, possuem necessidades semelhantes, em alguns casos são parentes por sangue ou por casamento entre filhos, frequentam os mesmos ambientes, entre outros motivos. Sobretudo os entrevistados têm consciência de que as conquistas passam pela união da comunidade e que de algum modo perpassam pelas ações da associação.

A organização social e política é um passo importante para a comercialização de produtos e para a aquisição de confiança mútua entre as pessoas. Essa interação acaba se constituindo como um requisito necessário para a conquista de direitos sociais carentes no projeto Jaíba como saúde, lazer e mobilidade rural.

As associações criadas pela EMATER tinham a função restrita de auxiliar na comercialização, todavia os colonos expandiram as ações para outras áreas do projeto Jaíba, como a questão social, conforme se pode observar na cópia da ata da Associação das Mulheres Unidas da Área A (ASMUA); a seguir:

¹⁸⁰ Vandis Veríssimo. Entrevista realizada no dia 26/09/2013.

Ata da associação das mulheres unidas da Área A.
 aos 05 de mês de julho 2005, foi iniciada uma
 reunião com todas as associadas, no galpão
 da associação das mulheres unidas da Área A.
 As 16:00h começou com a diretoria falando sobre
 as missalidades atrasadas em seguida a presidente
 Nélza Fátima dos Santos da Paixão falou da
 festa que foi realizada, e o total de dinheiro que
 conseguiu arrecadar da festa, R\$ 15,15. Ana Laura da
 matriz falou das benfeitorias de palha de milho e
 mostrou as fotos que foram tiradas em Araxá,
 Ela mostrou uma mensagem (milho de pipoca).
 falou de planejamento participativo. Comentamos so
 bre alguns benefícios que precisamos na comunidade
 ex: quadra esportiva, dentista, ambulância etc
 disse também para estar em dias com os de
 cumentos da associação para receber os benefícios.
 As associadas disseram sobre o custo de água e
 energia, e da comercialização dos produtos, por
 que os produtores plantam, colhem e quando vêm
 vender os produtos não têm valor. Por causa
 disso, muitos deles deixam os lotes parados,
 por causa da dificuldade de vender seus produtos.
 Não tendo nada a discutir, finalizamos a
 reunião em Rosineide gumaraes Santos secretaria
 da associação, farei esta ata que depois
 de aprovada será assinada por mim e to
 das as associadas.

Rosineide gumaraes Santos

Maria Fiza da Silva

Elo Ferreira de Souza

Maria orenza alísilic costa

Tomoko Utsunomya

Figura 07: Ata de reunião do dia 05 de Julho de 2005 da Associação das Mulheres Unidas da Área A.

O documento da página anterior mostra algumas das preocupações, necessidades e frentes de luta das mulheres para a melhoria da associação, dos lotes agrícolas e da comunidade. A ata demostra como é ampla a pauta de problemas e reivindicações dos pequenos produtores rurais bem como a importância de se organizarem na busca por soluções.

A partir da ata, é possível verificar como as dificuldades comuns reúnem pessoas na luta pelo desenvolvimento e fortalecimento da comunidade. Assim, há envolvimento de mulheres no planejamento participativo e solidário, pois as intervenções das mesmas levam ao amadurecimento de diversas propostas, as quais serão executadas tendo o apoio do poder público.

A EMATER coordena algumas das atividades da ASMUA, principalmente aquelas ligadas à comercialização de alimentos, atuando ainda na busca por outras formas de complemento de renda, a exemplo de exposições e vendas do artesanato que algumas mulheres produzem.

A associação possui caráter pedagógico de aprendizagem, em que a metodologia permite a participação efetiva das pessoas no processo de transformação social e, ao mesmo tempo, desenvolvem o sentimento de pertencimento e força política do grupo. As ações dos sujeitos cotidianamente dimensionam a política da instituição, de modo que a mediação entre a sociedade civil organizada e o poder público impulsiona as diversas pessoas a lutarem pelos seus direitos.

A ata expressa a situação social do Núcleo de Serviços II (povoado do projeto Jaíba), no qual as mulheres também assumem outras funções no diálogo e negociação do planejamento da gestão pública denunciando a falta de estrutura do referido povoado pela ausência de quadra esportiva, dentista, ambulância, dentre outras.

Assim sendo, é perceptível que a implementação de ações que melhoram a vida dos colonos, é resultado de lutas e reivindicações postas em prática ao longo do processo de constituição do lugar social. Todavia a imprensa local descaracteriza as ações dos sujeitos, atribuindo as conquistas à pessoa do prefeito, de modo a transformar os benefícios entregues aos trabalhadores numa plataforma eleitoreira de caráter populista, silenciando as ações da comunidade, conforme podemos perceber nas reportagens abaixo:

em reunião concorrida, realizada na última segunda-feira, dia 09, no Perímetro Irrigado do Jaíba, o prefeito Sildete Rodrigues de Araújo, Detim, juntamente com seus secretários de Agricultura e Saúde,

entregou a essa comunidade mais uma ambulância, complementando a frota que atende o projeto.¹⁸¹

Jaíba 22/04/2013 - Aconteceu no último domingo dia (21) no Projeto Jaíba, a inauguração da quadra de Esportes na comunidade do NS2. A cerimônia de inauguração contou com a presença de vários Vereadores, Secretários, pessoas ligadas ao Esporte no Município de Jaíba, e o Prefeito Municipal Jimmy Murça.¹⁸²

A meu ver, os benefícios que chegaram à comunidade foram resultantes dos diálogos estabelecidos entre a mesma e o Poder Público, de modo que a mobilização e atuação dos agentes envolvidos na tessitura do processo histórico foram de suma relevância para a conquista dos serviços descritos.

Reiteramos que a falta de garantias mercadológicas em relação ao custo de manutenção dos lotes também são pautas nas reuniões, em que se incluem plantio e venda de alimentos, conforme podemos perceber no trecho da ata: “as associadas disseram sobre o preço da água e energia, e da comercialização dos produtos porque os produtores plantam, colhem e quando vêm vender os produtos não tem valor”.¹⁸³

Mediante o exposto, consideramos que as condições vivenciadas pelos colonos impedem a emancipação social e autonomia do processo produtivo, e as ações desenvolvidas pelo Estado constituem práticas de cunho assistencialista que não resolvem os problemas da agricultura familiar.

Através da participação em associações, os pequenos produtores rurais conseguem participar de alguns programas de comercialização do Governo Federal, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Segundo o site oficial do programa¹⁸⁴, o PAA foi instituído pelo Art. 19 da lei nº 10.696, de 02 de junho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 6.447, de 07 de maio de 2008. O programa tem como objetivo adquirir a produção de alimentos dos agricultores familiares, diretamente ou por meio de suas associações/cooperativas, as quais destinam-se à formação de estoques governamentais ou a doações para pessoas

¹⁸¹ Jornal da Serra Geral. Ano XIV, nº 1.124, 14 de maio de 2011, p. 07.

¹⁸²http://www.jaiba.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=359:prefeitura-inaugura-quadra-de-esportes-no-ns2-projeto-jaiba&catid=85:noticias-do-esporte&Itemid=130

¹⁸³ Ata da reunião do dia 25 de julho de 2005 da Associação das Mulheres Unidas da Área A-ASMUA.

¹⁸⁴<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>

em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais.

O PAA faz parte do programa Fome Zero executado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Em tese, percebe-se que o PAA possui duas funções bem definidas: garantir acesso à alimentação de pessoas carentes e incentivar a agricultura familiar através da compra de alimentos sem burocracia.

A modalidade do PAA acessada pelos agricultores familiares do projeto Jaíba tem sido a Compra Direta com Doação Simultânea que é operacionalizado pela CONAB¹⁸⁵ via associação local. Segundo Amanda Cristina da Silva, a participação dos colonos do projeto Jaíba no PAA procede do seguinte modo:

os projetos são elaborados pela EMATER-MG, que cadastrá os produtores interessados e, via associação, encaminha-os para a CONAB que aprova e libera o recurso. Os produtores cadastrados entregam seus produtos às entidades cadastradas na época da elaboração do projeto. A distribuição é feita com o apoio da prefeitura, e as instituições beneficiadas, por sua vez, não precisam desembolsar nada para receberem os alimentos. O receptor (entidade) emite um recibo comprovando os produtos recebidos e suas respectivas quantidades. De posse desses recibos, a associação emite uma nota fiscal e encaminha a CONAB, que analisa a documentação e autoriza o saque do valor referente àqueles produtos comercializados pelo produtor. O saque é feito pelas associações junto ao banco e depois repassado ao produtor.¹⁸⁶

A EMATER participa de todas as etapas, desde o cadastramento até a consolidação do projeto. Essa agência trabalha no sentido não apenas de orientar e acompanhar os programas, como também possui efetiva participação na fiscalização e controle da produção para que os colonos possam se adequar às exigências do mercado.

O projeto de Doação Simultânea do PAA foi iniciado no perímetro irrigado no ano de 2005, tendo a parceria da prefeitura de Jaíba que, por meio da lei municipal nº 495/05, criou o Banco de Alimentos com a função de distribuir mantimentos, fornecidos

¹⁸⁵ A CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1º de Janeiro de 1991. Com relação à agricultura familiar, a CONAB tem o papel de incentivar e dar suporte às ações de comercialização por meio de instrumentos de política agrícola e de abastecimento específicos. Para maiores informações, ver: www.conab.gov.br

¹⁸⁶ SILVA, Amanda Cristina da. **Dilemas da agricultura familiar no projeto Jaíba-M.G.** 89 Fls. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)- Universidade Federal de Viçosa: Viçosa, 2006, p. 46-47.

pela CONAB, às pessoas em situação de vulnerabilidade social do município, seja por meio da cesta básica entregue diretamente à família ou através da doação de alimentos a instituições locais como asilos, creches e hospitais.

A criação de um canal de comercialização para a agricultura familiar por parte do poder público indica avanços no tratamento dos problemas deste setor, todavia, as narrativas dos colonos apontam que a demasiada burocracia, critérios de pagamento e restrições limitam a comercialização.

Maria Ilza participa do programa de compra direta do Governo Federal desde 2006 e reconhece a importância desse benefício para o complemento de sua renda. Entretanto ela também descreve as mudanças estruturais pelas quais o programa vem passando nos últimos anos, prejudicando os ganhos do agricultor familiar:

O valor das coisas da CONAB tá diminuindo, tá ficando muito barato e as coisas que aumenta só aumenta um poquim, e no final tem muito desconto porque no valor de R\$ 4.500¹⁸⁷ vai diminuir muito, porque tem que pagar quem fez o projeto, o contador, as taxas do banco e aí tem desconto de uns quinhentos reais ou mais.¹⁸⁸

A entrevistada aponta que os valores dos produtos adquiridos pela CONAB mantêm-se estáveis ou diminuem, enquanto o valor de até R\$ 4.500 sofre descontos diversos, o que se apresenta como uma realidade contraditória em relação à propaganda oficial do governo, conforme o quadro a seguir:

¹⁸⁷ Segundo o Plano Safra para a agricultura familiar 2013/2014, este valor será de R\$ 6.500.

¹⁸⁸ Maria Ilza da Silva. Entrevista realizada no dia 26/06/2012.

Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do Recurso	Ação
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	R\$ 4,5 mil	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4,8 mil		
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4 mil por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os Estados do Nordeste.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	-	Compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

Figura 08: Modalidades do PAA.¹⁸⁹

Na modalidade acessada pelos colonos, “Compra da Agricultura Familiar Para Doação Simultânea”, a associação tem direito de elaborar um único projeto por semestre para todos os interessados, sendo que cada família participa individualmente através da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)¹⁹⁰. Os descontos apontados por Ilza recaem no valor a ser recebido por cada beneficiário, fazendo com que exista uma diminuição considerável do valor líquido a ser recebido.

A forma de fortalecer as associações, proposta pela EMATER através da comercialização com a CONAB, inicialmente foi atrativa para alguns, todavia se mostrou comprometida a longo prazo. Na prática as políticas públicas não expressam, de fato, as aspirações e expectativas dos colonos, contribuindo para que eles se afastem das associações.

¹⁸⁹ <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa/2273859>

¹⁹⁰ Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), instrumento que qualifica a família como da agricultura familiar. Cada família tem direito a uma DAP, salvo exceções como nos casos em que a família possui filhos maiores de idade que comprovadamente moram com os pais.

Para garantir uma renda maior, Maria Ilza entrega para a CONAB alimentos como abóbora, melancia e milho que não exigem muito investimento e possuem maior valor comercial, enquanto os outros alimentos cultivados no lote são comercializados com os atravessadores, de modo que PAA passe a ser para os associados um meio complementar de renda, embora a princípio deveria ser a principal alternativa.

A política de pagamento da CONAB também foi outro fator apontado pelos colonos que necessita de revisão, conforme elucida Deusdete:

cê vai ter que pegar o produto e vender e num sabe quando recebe, eu mesmo vendi pra CONAB e já tem mais de num sei quantos mês e o meu produto foi imbora e num recebi nada ainda, é trem que cê gasta hoje pra coiê o limão, a mandioca, daí três ou quatro mês que cê vai receber, mas cê tem que pagar trator, veneno, adubo, água e eles num espera um tanto de mês não. Então a CONAB é uma vantagem que não se torna vantagem, aí a gente prefere vender pros atravessado que é mais barato, mas paga na hora.¹⁹¹

Se a princípio a intervenção do governo constituía um projeto atrativo que proporcionaria vantagens aos colonos, a narrativa de Deusdete permite afirmar que a burocracia e os descontos existentes no PAA comprometem seus rendimentos, de modo que negociar com os atravessadores tem sido uma alternativa utilizada para adquirir recursos para quitação de suas dívidas, mesmo que comercialize os produtos por um preço menor.

O dinheiro do programa federal pode ser sacado pela associação e repassado aos colonos somente após todos os participantes do programa completarem o teto máximo estabelecido (R\$ 4.500). A falta de sincronia no plantio, enquanto um está produzindo o outro está iniciando, contribui para que a entrada dos colonos em associações motivados por ganhos imediatos se transforme em decepção com o tempo. Há um entendimento, entre produtores vinculados ou não às associações, de que a forma como as regras de pagamento estão postas dificultam sobremaneira o pagamento dos gastos de produção agrícola em tempo hábil.

Outra crítica à forma como é operacionalizado o PAA diz respeito à maneira de selecionar os alimentos a serem comprados, como expresso na fala de Valdomira:

até o ano passado (2012) eles pegava a melancia de quatro e até cinco quilos, porque assim de cinco quilo já é uma melancia boa, e esse ano eles num pegô, nós plantemo aí moço, cê visse o tanto de melancia

¹⁹¹ Deusdete Bispo. Entrevista realizada no dia 15\07\2012.

que ficou pra trás, eles pegô só as melancia de seis quilo pra cima, e as melancia que ficô foi uma melancia boa, docinha, num tava queimada de sol nem nada, chegô e pegô só as grandes e as pequena foi deixada pra trás, panhô só a metade, só as grandona e as outras ficô, aí o povo pedia e a gente dava, e o povo vinha aqui e carregava melancia até de carroça que nós dava pra eles.¹⁹²

A entrevista não é contra a fiscalização, que é um procedimento necessário para garantir a higiene e qualidade dos alimentos a serem entregues à população carente, o que ela questiona é a demasiada burocracia por parte do poder público municipal que não recebe alimentos em perfeitas condições de serem consumidos.

Os programas governamentais de compra direta de alimentos, embora complementem a renda do agricultor familiar, fazem com que eles aumentem os custos de produção através do uso cada vez maior de agrotóxicos e adubos para garantir uma boa safra que se adeque à qualidade exigida pelos compradores.

Muitos agricultores tiveram parte da produção desprezada por não se encaixarem nas normas estabelecidas pela fiscalização da CONAB. Essas perdas foram diminuídas devido ao aproveitamento de alguns alimentos para beneficiamento através da parceria entre os colonos, como destacado na fala de Valdomira:

O bom é que a CONAB pega muita coisa, se a gente for fazer o bolo, doce, queijo, eles pega. Foi no ano passado que nós entreguemos tapioca. Primeiro nós entreguemos a mandioca e ficou aquele tanto de mandioquinha, aí depois nós procuramos dona Helena de seu João (vizinha), aí ela falou: tal dia assim cê traga, aí Zé (esposo) pegava e colocava essa mandioca numa carroça, levava e chegava lá de a meia, só que ela rapava e dava a gente a tapioca fresca...no dia a gente ia e panhava a tapioca e partia tudo direitinho e colocava no quintal pra secar, eu sei que só de a meia eu arrumei uns quatro saco de tapioca e nós entreguemos três pra CONAB e ficou um pra eu fazer pão de queijo.

E era só a senhora e o Zé que entregava mandioca pra vizinha?

O Zé levava porque ela (a vizinha) também tava pegando de outras pessoas e tinha as rapadeiras também que era as vizinhas lá, ela falava: tal dia assim o senhor traga e o Zé levava umas duas carroça, aí elas já ralava e no outro dia eu ia e já trazia a tapioca e botava pra secar. A tapioca é mais vendável, nós entreguemos pra CONAB a R\$ 150,00 o saco.¹⁹³

Dona Valdomira e outros produtores rurais encontram na divisão social do trabalho uma maneira coletiva de enfrentar problemas comuns. A venda da tapioca,

¹⁹² Valdomira Inácia de Souza. Entrevista realizada no dia 26/09/2013.

¹⁹³ Idem.

derivada da mandioca, aconteceu a partir de um processo em que cada pessoa tinha uma função específica em uma conjuntura que era preciso o compromisso e participação de todos para o sucesso do negócio.

Os sujeitos vão criando estratégias e manobras para driblar dificuldades, procurando formas de viver e trabalhar de acordo com os limites impostos por cada circunstância. Além das atividades mecânicas e mercadológicas envolvidas no processo de beneficiamento da mandioca, outros fatores se faziam presentes como a circulação de informações, companheirismo e produção alternativa a forma hegemônica no Jaíba, que é voltada para o mercado.

Outra ação governamental que procura valorizar e incentivar a agricultura familiar no perímetro irrigado é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal aos Estados e municípios para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. Segundo a CONTAG

ainda durante o Grito (Grito da Terra Brasil de 2009), o Congresso Nacional aprovou a lei da Alimentação Escolar. Ela garante que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação dos estudantes sejam fornecidos pela agricultura familiar.¹⁹⁴

Criado em 1955, foi apenas em 16 de junho de 2009, através da lei nº 11.94, que o PNAE garantiu que parte dos alimentos a serem entregues para as escolas deveria sair da agricultura familiar. Este programa objetiva garantir alimentação saudável aos estudantes ao mesmo tempo em que procura valorizar a produção familiar.

O PNAE está inserido nas políticas públicas destinadas ao projeto Jaíba entendidas, neste estudo, como medidas compensatórias que no fundo foram criadas para preencher vazios e falhas inerentes ao modelo de desenvolvimento rural posto em prática pelo Estado. Este programa foi introduzido no perímetro irrigado devido justamente à dificuldade de comercialização existente naquele lugar.

A compra de alimentos do agricultor familiar é mais burocrática do que o PAA, uma vez que a associação interessada precisa vencer uma licitação pública. Entre os entrevistados, apenas Vandis já participou do PNAE, e ele explica os motivos da falta de interesse dos colonos por este programa:

¹⁹⁴ Jornal da CONTAG. Ano VII, nº 65 (edição especial), Janeiro de 2010, p. 06.

às vez é difícil porque cê tem que ganhar a concorrência lá e cê tem que correr risco, porque se num tiver o alimento na hora que a escola querer cê tem que comprar fora pra vender lá, e pode fazer isso porque cê vai comprar do próprio produtor que é vizim seu, ou mais perto ou mais longe, mas é pequeno produtor também, e de qualquer forma cê tá ajudando, só que tem que ser numa condição de ganhar pelo menos o frete pro cê tá indo lá e voltando.

E a prefeitura num ajuda com um caminhão não?

Não, aí é o produtor direto com a escola. A maioria dos produtor não tem condução, e essas escolas aqui do projeto, do Estado são cinco, e às vez a demanda é pequena pelo tanto que o projeto produz.¹⁹⁵

O método do PNAE de comprar 30% da produção familiar gera complicações, segundo a demanda e produtividade de cada município. Se em algumas cidades que possuem assentamentos convencionais do INCRA este percentual se mostra elevado devido apouca oferta de alimentos para uma grande quantidade de estudantes, em perímetros irrigados como o projeto Jaíba acontece o contrário.

O desafio do PNAE no projeto Jaíba é ser adaptado para distribuir a produção para municípios circunvizinhos ou até mesmo da região. Isso passa pela união dos colonos para obtenção de um volume maior de produção capaz de satisfazer a demanda do mercado e a busca de meios de transporte para escoar as mercadorias.

Pelas narrativas fica explícito que o questionamento não diz respeito ao objetivo das políticas agrárias e sim como elas estão sendo postas em prática. Como os recursos tecnológicos e financeiros governamentais não chegam em suas vidas como almejam e necessitam, os colonos do projeto Jaíba relatam que o apoio do governo ao homem do campo deve ser revisto, aperfeiçoado e ampliado.

Mesmo com avaliações que no geral são positivas quanto à política agrária recente, algumas ressalvas são feitas como na fala de Vandis: “hoje eu creio que esse governo (do Partido dos Trabalhadores) tá sendo um dos melhores para a agricultura, porque até então não tinha esse trabalho voltado para a agricultura familiar, mas a gente sabe que precisa melhorar um mucado de coisinha ainda”¹⁹⁶, ou na de Adelmar: “do tempo do Lula pra cá, num tô puxando saco do PT nem de Lula nem de ninguém, eu tô falando o justo, porque deu uma melhorada, mas ainda num tá do jeito que a gente quer não”¹⁹⁷.

¹⁹⁵ Vandis Veríssimo. Entrevista realizada no dia 26/09/2013.

¹⁹⁶ Idem.

¹⁹⁷ Adelmar Ramos Novais. Entrevista realizada no dia 26/09/2013.

Mesmo que a agricultura familiar tenha sido valorizada principalmente após 2003 com o programa anual de “Plano Safra” específico para este setor com montantes crescendo anualmente, a realidade de muitos trabalhadores rurais mostra que as ações devem ser expandidas. Para que isso possa ocorrer, é indispensável democratizar o debate acerca de como e onde serão investidas as verbas, construindo políticas públicas a partir de um processo contínuo e negociado socialmente.

Mesmo com dificuldades de atuação, regulamentação, participação social, entre outros desafios, é notória a formação de redes sociais e políticas entre os agricultores familiares do projeto Jaíba com a intenção de garantir relações horizontais de gestão pública. Essas redes podem ser visualizadas no esquema a seguir:

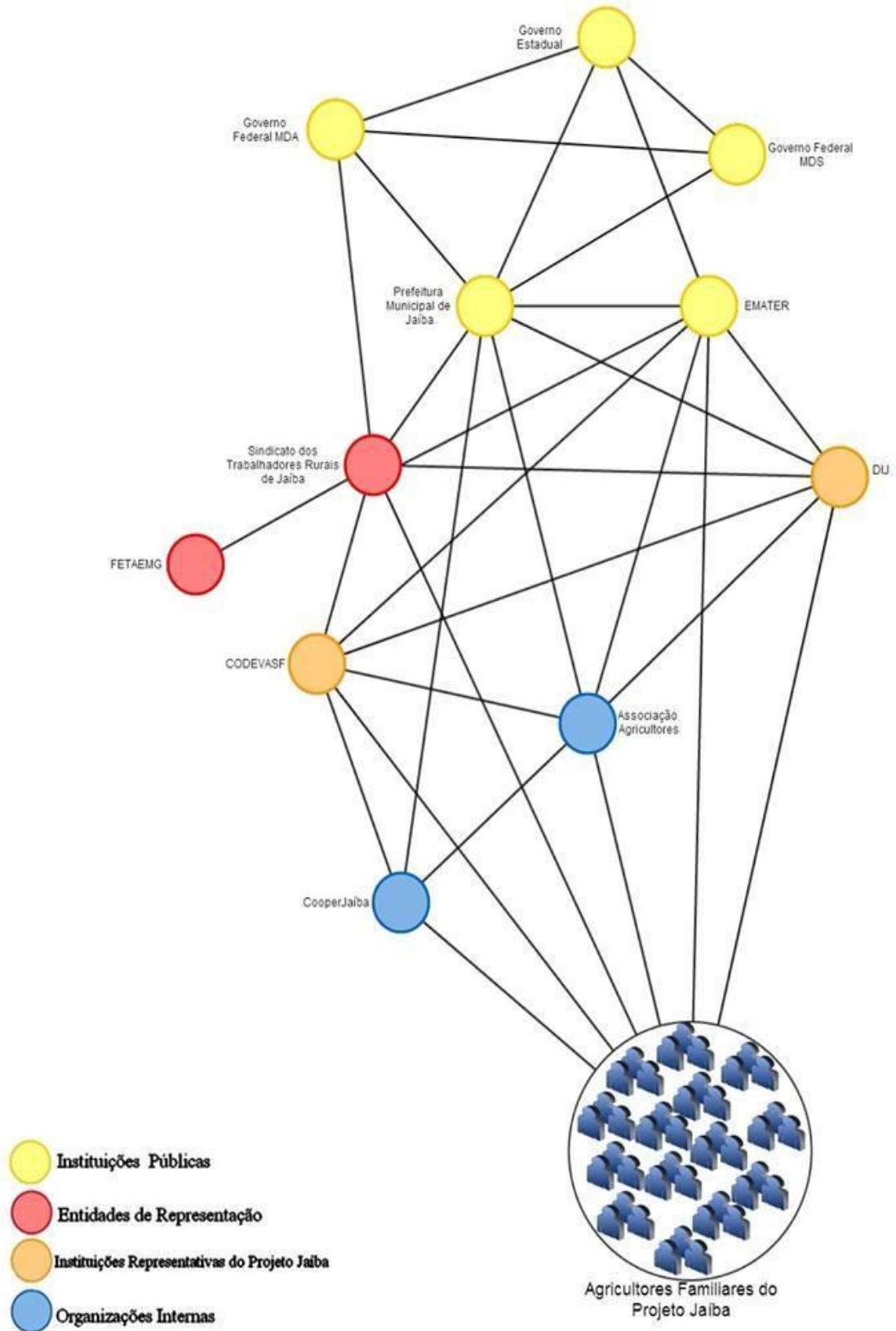


Figura 09: Rede de relações sociais e políticas dos agricultores familiares do projeto Jaíba.

A intenção dos agricultores familiares membros de associações, cooperativas¹⁹⁸ ou sindicatos no projeto Jaíba é que o poder público possa incorporar suas sugestões, conhecimentos, tradições e experiências para a criação, acesso, garantia e/ou ampliação de projetos agrícolas.

A criação de um CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável) é uma experiência, de sucesso em vários municípios, na qual há uma vinculação entre comunidade e poder público para a elaboração e direcionamento das ações destinadas ao campo. Embora existente no município de Jaíba, percebe-se que ele está obsoleto ao não se reunir regularmente com organizações dos agricultores familiares na procura de soluções pactuadas para a tomada de decisões.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaíba, fundado em 08 de janeiro de 1993, constitui uma forma de representação dos colonos diante das instituições sindicais de nível Estadual e Federal, respectivamente, FETAEMG¹⁹⁹ e CONTAG. Segundo Adelmar Ramos Novais

aqui nós trabalha com todas as categoria de trabalhador rural, o que pode fazer a gente tá correndo atrás. Para o produtor rural tanto da área de sequeiro de Jaíba quanto para aqueles do projeto Jaíba nós procura ajudar emitindo carteirinha de graça, tem sindicato que cobra trinta ou cinquenta real pra fazer a carteirinha, mas nós aqui num cobra nada. Com essa carteirinha o trabalhador tem desconto quando for na farmácia, no médico ou dentista e serve também na hora que ele for aposentar, porque aí aposenta mais cedo por ser trabalhador rural. Aqui sempre nós tá fretando um ônibus pra ir no Grito da Terra ou em qualquer outra manifestação que a confederação (CONTAG) fazer. Aqui dentro o que tá podendo fazer a gente faz, é difícil, mas a gente tá procurando organizar a cada dia e se Deus quiser nós vai crescer cada vez mais.²⁰⁰

Sendo presidente do sindicato há dezesseis anos, seu Dema, como é conhecido, procurou narrar sua trajetória principalmente após o ano de 1993 quando ele ajudou a fundar a instituição, deixando sua infância e sua vida de pequeno produtor rural em segundo plano. Essa postura indica que o narrador está mais interessado em buscar um

¹⁹⁸No projeto Jaíba, existe uma cooperativa, a CooperJaíba. A CooperJaíba é especializada na fabricação de doce de banana. Ela se mostra como uma alternativa de aumento da renda e benefício da fruta que não é comercializada.

¹⁹⁹Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais-FETAEMG.

²⁰⁰Adelmar Ramos Novais. Entrevista realizada no dia 26/09/2013.

conjunto de sentidos e temas de sua vida que considera mais importante na intenção de projetar uma imagem sobre sua própria pessoa.²⁰¹

O presidente relata que as entidades representativas do perímetro irrigado são responsáveis por garantir infraestrutura social, produtiva e comercial como retorno pelas taxas cobradas pelo uso da irrigação, ficando o sindicado mais a serviço dos pequenos lavradores da área de sequeiro e outros tipos de trabalhadores rurais. Isso não significa que tal entidade se ausente de prestar algum tipo de assistência aos pequenos irrigantes.

Muitos colonos se filiam ao sindicato exclusivamente para ter acesso à carteirinha de pequeno produtor rural que é necessária para a aposentadoria e descontos na assistência médico-odontológica em instituições conveniadas. Ressaltamos que as associações continuam a ser a mais expressiva forma de organização e luta dos colonos.

Embora abatidos pela forma como está sendo direcionada a política agrária nacional, os trabalhadores rurais do projeto Jaíba vão procurando melhores condições de vida e trabalho, enfrentando tensões e embates com o poder instituído, indicando ser o desenvolvimento e transformação do campo resultado de conflitos entre interesses de grupos distintos.

A luta por viver com dignidade na terra passa por ideais e percepções que entendam este chão como espaço político. Transformar o território em “chão político” significa compreender como as pessoas estão empenhadas em ampliar sua participação nas decisões que afetam diretamente suas vidas, ajudando a construir um lugar melhor que não seja baseado exclusivamente em uma busca incessante pelo lucro e exploração predatória do meio ambiente e da condição humana, mas que leve em consideração a sustentabilidade e respeito às diferenças, às demandas materiais dos sujeitos e às suas referências culturais.

Apesar de planejado e executado a partir da parceria entre Estado brasileiro e Banco Mundial segundo uma dinâmica em que regras e normas já estavam estabelecidas antes mesmo da chegada dos trabalhadores no lote agrícola, o projeto Jaíba vai sendo construído, manipulado e transformado a partir das experiências dos trabalhadores rurais, emergindo práticas e narrativas heterogêneas.

O entendimento de que a conquista de direitos se faz através de atos politicamente organizados vai sendo manifestado de forma gradativa e específica na

²⁰¹ Sobre isso ver especialmente: PORTELLI, Alessandro. “**O momento da minha vida**”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; (*et all*) **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’água, 2005, p. 297-313.

mente e vida de cada sujeito, em uma dinâmica em que a cada vitória esta consciência, que compreende a memória política do cidadão, vai sendo reforçada. Ao procurarmos compreender os sentidos e significados da ação dos colonos, lançamos um olhar político sobre a realidade, procurando nos discursos, práticas e experiências dos sujeitos o escândalo de outras perspectivas.²⁰²

A subordinação dos colonos desde o início às mesmas regras, obrigações e vivência em uma condição social comum constitui elemento de identificação entre eles. Durante as entrevistas foram corriqueiras frases como “acho que todas as histórias é parecida porque as dificuldades era a mesma”²⁰³, “aqui dentro todo mundo pegou uma parte da área limpa e outra suja e todo mundo começou morando em barraco”²⁰⁴, ou “minha vida aqui num foi muito diferente da vida dos outros não”²⁰⁵.

Embora um modelo de desenvolvimento rural solidário e participativo seja um desafio constante, dada a desorganização social, expectativas diferentes dos agricultores familiares e o interesse do poder público de perpetuar ações clientelísticas e assistencialistas no campo, algumas ações, isoladas ou coletivas, formais ou não, se desenvolveram desde o início, questionando o modelo de agricultura irrigadaposta em prática pelo Estado no projeto Jaíba.

Alguns documentos analisados revelam a mobilização dos colonos na busca por melhorias dentro do projeto Jaíba. A situação de descaso com a infraestrutura social e produtiva foi tema de reuniões entre deputados e colonos em 1997. Na lista de reivindicações estavam vários problemas comuns a todos os moradores/trabalhadores:

no programa da Comissão de deputados que visitaram o projeto nos últimos dias 24 e 25 de novembro constatou, além de uma longa observação de obras, uma discussão com os produtores rurais, onde os mesmos expuseram suas críticas. A maior problemática conforme depoimentos da classe produtiva é com o nível social, como escolas, precariedade das estradas, falta de médicos, e maior apoio às associações de pequenos produtores. Foram detalhados ainda problemas de energia elétrica e falta de tratamento de água para uso doméstico. O produtor, Omar de Matos Filho, fazendo uso do microfone denunciou também um problema considerado gritante que é a falta de crédito para os produtores, com grande quantidade de irrigantes vendo a sua terra e o seu conjunto de irrigação parado e sem nenhuma condição de conduzir uma lavoura com recurso próprio.

²⁰² Sobre o “olhar político” ver: SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias**. Ensaios Latino-americanos 2. São Paulo: Edusp, 1997, p. 60.

²⁰³ Sônia Borges Costa. Entrevista realizada no dia 15\07\2012.

²⁰⁴ Fábio José de Souza. Entrevista realizada no dia 25\06\2012.

²⁰⁵ Joaquim Martins de Oliveira. Entrevista realizada no dia 15\06\2012.

Antônio de Pádua, que é presidente de uma associação, criticou também a existência da área empresarial argumentando que deve dar prioridade a área destinada aos pequenos produtores.²⁰⁶

O abandono a que foram submetidos motivou os colonos a reivindicarem direitos que foram prometidos. As falas de presidentes de associações e outros colonos cobram participação efetiva e contínua do Estado no projeto Jaíba, já que eles não possuem “nenhuma condição de conduzir uma lavoura com recurso próprio”.

Os desafios dos sujeitos estão além do acesso à terra. Envolve a necessidade de ter condições de reprodução social e econômica da família e exploração agrícola, revertendo dificuldades de sobrevivência na terra, obtendo ainda acesso a bens tradicionalmente ligados à cidade como escolas, postos de saúde, transporte, entre outros.

Em um documento produzido pelo Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável²⁰⁷, em abril do ano 2000, intitulado “Projeto Jaíba: Carta Aberta ao Poder Público Estadual, Federal e a Sociedade em Geral”, apontou-se que “os belos resultados do projeto apresentados ao mundo constituem uma farsa e os investimentos que ali continuam sendo feitos vem servindo para o enriquecimento de agroindústrias e grandes empreiteiros da construção civil”.²⁰⁸

O documento após questionar de forma veemente os custos, benefícios e resultados da política agrária para o Jaíba, no que diz respeito à diminuição das desigualdades sociais, foram propostas as seguintes medidas:

- Que se faça uma renegociação das contas atrasadas dos colonos, de água e de energia, religando imediatamente os cortes efetuados e condicionando a sua quitação à evolução da capacidade real de pagamento dos mesmos;
- Que as tarifas de água e energia para os colonos sejam renegociadas a um preço considerado acessível para as partes dentro da realidade atual de lucratividade;
- Que se faça, através de um processo participativo e com o envolvimento dos colonos e das entidades representativas dos trabalhadores, uma revisão do estatuto do distrito (Distrito de Irrigação de Jaíba) garantindo a democratização na gestão do projeto;

²⁰⁶ Jornal Folha de Jaíba. Ano VI, nº 87, 2ª quinzena de Novembro de 1997, p. 04

²⁰⁷ Participaram deste fórum os representantes dos sindicatos dos trabalhadores rurais do Norte de Minas, FETAEMG, CUT (central única dos Trabalhadores), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e CAA-NM(Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas).

²⁰⁸ Fórum de Desenvolvimento Regional. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais- CAA, 2000, p. 01.

- Realização de um encontro com a participação do Banco Mundial e que neste encontro possam ser apresentados os resultados de pesquisa sobre o projeto que ainda não foram divulgados;
- Aprofundar a discussão sobre o modelo de produção agrícola dentro do projeto, promovendo intercâmbios de experiências e capacitação em modelos de produção ecologicamente sustentáveis.²⁰⁹

Os pedidos acima procuram intervir na questão política, ambiental, social e econômica, indicando que o projeto Jaíba possui várias áreas a serem beneficiadas. Os participantes do fórum almejam que ao divulgarem entraves do perímetro irrigado, o poder público possa se mobilizar para que a irreversível infraestrutura física construída seja complementada com medidas de apoio ao pequeno produtor rural.

A solução dos principais gargalos como custos de irrigação e alto índice de endividamento passam, segundo o Fórum, pela maior democracia na gestão do perímetro, renegociação das dívidas e maior atuação do Banco Mundial no acompanhamento da realidade social vivida pelos colonos. São propostas que envolvem todos os agentes e agências envolvidos no processo de criação, desenvolvimento e transformação do projeto Jaíba.

As ações políticas individuais também se manifestam em espaços-tempos diferentes. Seja na participação de um conselho de determinada instituição, conversas com autoridades, ajuda ao vizinho, pequenas ações corriqueiras ou eventuais, alguns colonos procuram intervir na realidade do projeto Jaíba de forma espontânea e independente. O desejo de mostrar às autoridades políticas a realidade do projeto Jaíba foi realizado por Helenice:

eu fui em Brasília num Grito da Terra que teve lá em 2010, aí a Dilma tava lá, foi um tanto de gente, mas quem tem leitura podia citar mais coisa, eu num tenho estudo, por isso pedi uma colega minha pra escrever umas letras, e no dia do Grito eu mandei um policial entregar pra ela (Dilma) e ele entregou.

O que tinha escrito no papel?

Tinha umas cinco letras lá pedindo pra Dilma que ela conseguisse para nós aqui era uma creche pras crianças, e vê a situação da energia do Projeto, porque tava demais, porque os produtor tava indo imborra por causa da energia, que é a água cara demais né, mas a gente podia ter levado um cartaz pedindo por todos os problemas, porque estradas também num tá tendo, quando chove aqui pra atravessar com as crianças pra ir pra escola dá um trabai.²¹⁰

²⁰⁹ Idem, p. 03.

²¹⁰ Helenice dos Reis Lobato. Entrevista realizada no dia 13\10\2012.

A entrevistada procurou contornar obstáculos em busca por direitos não apenas seus, mas de todos os colonos do projeto Jaíba. Seja através de oportunidades criadas ou encontradas ao longo do processo social, as pessoas vão procurando apontar para as várias instâncias do poder público algumas carências que marcam o lugar que residem, na esperança de que o mesmo intervenha de alguma maneira.

Nota-se que apesar de colocados em uma posição marginal na sociedade capitalista atual “os sujeitos coletivos subalternos forjam uma identidade no interior deste próprio processo, de modo criativo e indeterminado”²¹¹ deixando marcas na sociedade enquanto se constituem como agentes históricos.

O projeto Jaíba possui atualmente 06 núcleos habitacionais, que totalizam 1.581 casas; 03 escolas municipais; 06 escolas estaduais; e 04 postos de saúde. Entretanto os bens, produtos e serviços não satisfazem as necessidades de toda população, sendo preciso ampliá-los. Principalmente áreas ligadas à saúde, pavimentação de estradas, saneamento básico e água tratada são pontos que necessitam de políticas públicas urgentes.

Não somente os documentos produzidos e a ação de Helenice são fatos representativos que apontam demandas e reivindicações dos pequenos lavradores, a *internet* também foi usada por um grupo de colonos com o mesmo objetivo. As redes sociais se transformaram em uma importante forma de comunicação em massa na atualidade por serem acessadas por milhares de pessoas.

Para além de discutir como homens do sertão norte-mineiro lidam com as novas tecnologias, desfazendo pré-conceitos socialmente construídos, selecionamos um vídeo na intenção de elucidar uma forma encontrada pelos colonos de mostrar para o maior número de pessoas a sua realidade.

O documento audiovisual a ser analisado é de janeiro de 2011 e possui 474 visualizações. O vídeo foi gravado em meio às lavouras, nos centros de alguns povoados e à beira de alguns canais e estradas, mostrando várias situações dentro do projeto. Entre os pequenos agricultores presentes, estão Manoel Sarapião e Dionísio. O primeiro explica detalhes sobre a postagem do vídeo:

²¹¹ FORTES, Alexandre. “**Miríades por toda a eternidade**”. A atualidade de E.P. Thompson. In: *Tempo Social. Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo*, v.18, nº 1. Junho de 2006, pp. 197-215, p. 212.

Quem estava no vídeo que vocês fizeram?

Tava eu, Zé Geraldo, seu Dionísio, Augusto e Domiguinhos. São todos colonos aqui do NH-I mesmo.

Quem que colocou na internet?

Foi o menino de Jaíba que nós contratamos pra fazer o vídeo.

Quem foi que teve a ideia?

Foi nós, ai eles pegaram e colocaram na internet. Foi eu mesmo que falei que nós tinha que fazer pra mandar pros deputados pra eles ver a nossa situação. Aquilo foi custo nosso mesmo.

O senhor fez o vídeo pensando em quê?

Nós fez ele porque nós tava denunciando a CODEVASF, nós fez pra mandar pros deputado. Nós fizemo a denúncia porque a CODEVASF faz assim: ela pede uma verba, vem uma verba pra nós pequeno, e ai ela pega e empenha tudo lá nos empresário, igualmente tinha mais de mil e quinhentas caçambas de cascalho que era pra tampar os buracos daqui, e eles foi cassar jeito de renovar estradas pra lá, e deixou aqui tudo, foi nisso que foi a denúncia... porque aqui tinha buraco demais, agora tá até bom, já deu uma melhorada porque choveu pouco. Nas reunião que tem com autoridades eu falo pra eles num ficar gastando dinheiro todo ano com cascalho, tentando tampar o sol com a peneira, porque eles tinha mesmo é que construir um asfalto bem feito aqui pra nós, porque isso era pra vida toda, porque isso aqui tudo é rua, tudo é rua(mostrando as estradas não pavimentadas) e num pode ficar dessa maneira não, então dentro dessas coisas a gente tem a revolta, porque a gente sabe que tem condição e vem dinheiro pra fazer e nunca é feito, porque aqui já entrou muito dinheiro, muito, pra fazer as coisas e num faz, eles desvia tudo e o vídeo foi feito pra denunciar isso.²¹²

Denunciando que a CODEVASF desvia recursos financeiros que seriam destinados ao pequeno agricultor para o benefício das grandes empresas, os colonos que fizeram o vídeo cobram maior fiscalização do governo na elaboração de políticas agrárias que contemplem suas necessidades.

A presença de cinco colonos para prestarem depoimentos quanto à situação vivida tem a intenção de mostrar que os problemas são diversos e compartilhados por todos. Ao procurarem um reconhecimento e identificação no enfrentamento com as força dominantes, os sujeitos se apresentam enquanto grupo social que se constitui segundo o modo como vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas no interior do conjunto de relações sociais, se valendo das experiências, constituídas social e historicamente, para atuarem em nível cultural e político.²¹³

²¹² Manoel Borges Pinto. Entrevista realizada no dia 26/09/2013.

²¹³ Sobre a formação da classe a partir de circunstâncias específicas e objetivas ver: THOMPSON, E.P. Algumas informações sobre classe e “falsa consciência”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: UNICAMP, 2001, p. 269-281.

As imagens produzidas denunciam o desperdício de água em vários pontos do projeto Jaíba como fator que aumenta os custos de irrigação, uma vez que isso recai sobre a taxa mínima cobrada ao agricultor familiar. Eles acusam o Estado de criar tubulações novas dentro da área empresarial da Etapa I, enquanto a irrigação disponível para a produção familiar é feita através de canos antigos e enferrujados, contendo vazamentos em vários pontos.

Os colonos expõem ainda outros problemas como as altas taxas cobradas para irrigar as lavouras, dificuldade de financiamento e comercialização, poluição dos canais, precariedade das estradas e falta de políticas públicas capazes de oferecer uma melhor infraestrutura física, produtiva e social para a comunidade e suas famílias. As críticas são seguidas de solicitações ao poder público para que este possa tomar providências:

eu queria fazer um apelo para as autoridades política, o Governo Federal, estadual e até mesmo municipal para olhar o lado do produtor, porque além do absurdo que eles cobram pra usar a água, nós ainda tem outro prejuízo que é produzir e não vender. Esse é um dos maiores problemas nosso, que essa é a parte que o Governo Federal tem que olhar pra nós, nós produz, mas o produto não tem garantia de mercado, nós tem outro desperdício, porque lá é adubo, é veneno, é tempo, é dinheiro, vai tudo.²¹⁴

Uma das falas presentes no vídeo, ao salientar que “eu queria que eles trazesse aqui o Anastasia ou o secretário de agricultura para mostrar essa situação aqui e não os cachos de banana e uva das grandes empresas”²¹⁵, transmite uma ideia de que existe um modelo atroz de desenvolvimento na qual há um contínuo e dialético paradoxo que contrasta fartura e miséria em um mesmo espaço no qual apenas o lado da riqueza é transmitido às autoridades e turistas que visitam o Jaíba.

Atuando no tempo presente para a transformação de leis e normas forjadas historicamente, os sujeitos procuram garantir a sustentabilidade humana não apenas como força de trabalho. A questão das demandas da família ainda é colocada no centro do trabalho do homem do campo, embora a própria produção familiar se torne cada vez mais subordinada ao mercado.

Algumas mobilizações mais radicais foram realizadas para chamar a atenção da mídia, da sociedade civil e do poder público, a exemplo de um bloqueio de estradas com

²¹⁴Reivindicações feitas por pequenos produtores, irrigantes do projeto Jaíba, Norte de Minas Gerais. 2011. In: <http://www.youtube.com/watch?v=TzaiZ6d1TDI>.

²¹⁵Idem.

queimas de pneus, noticiado na edição 36, de agosto de 2013, do jornal Mais Tempo Notícias:

na manhã desta quarta feira, 31 de julho de 2013, a aproximadamente 15 km da cidade sede de Jaíba, cerca de 150 pequenos produtores da agricultura familiar residentes no Projeto Jaíba, por volta das quatro horas da madrugada ateando fogo em troncos de árvores e pneus, interditaram sob forma de manifestação pacífica a MG 401 na altura do trevo do D.E.R que divide os fluxos de veículos para as cidades de Matias Cardoso, Manga, Jaíba e Distrito de Mocambinho (Projeto Jaíba) culminando com uma paralisação quilométrica de veículos. Entre as reivindicações dos produtores estão subsídios para aquisição de insumos pela CODEVASF; Assistência Técnica efetiva para a agricultura familiar (CODEVASF e EMATER); Exclusão dos nomes dos colonos e produtores do CADIM²¹⁶ pela CODEVAF e BNB; Água tratada para os colonos e núcleos pela CODEVAF; Perdão do “K-1” vencido e redução dos valores cobrados em 2013 pela CODEVASF; Retirada dos empresários da área dos pequenos produtores pela CODEVASF; Elevação dos recursos da CONAB para a aquisição de alimentos; Remissão de financiamento sem cobrança de honorários pelo BNB-Banco do Nordeste do Brasil, entre outras.²¹⁷

O bloqueio da estrada que liga a cidade de Jaíba ao projeto de irrigação foi uma resposta radical a um histórico de promessas não cumpridas por parte de instituições representativas do Estado. A situação jurídica, social e produtiva esteve presente na lista de reclamações, sendo que a ação coletiva dos agricultores familiares através da perturbação da ordem estabelecida, ao causar transtorno no fluxo normal de veículos, teve como finalidade acabar com uma administração e gestão “de cima para baixo”.

A luta é contra o privilégio do agronegócio, a degradação do meio ambiente, a ineficiência dos programas públicos para atender ao agricultor familiar e a busca por garantias de projetos agrícolas imediatos. A perspectiva dos agricultores familiares do projeto Jaíba indica uma esperança na constituição de um espaço melhor para se viver em um contexto em que noções de direitos e cidadania são sempre pontuais.

As conquistas dos trabalhadores, apesar de serem consideradas pequenas em relação aos seus desejos, vão alimentando e renovando os projetos de transformação do presente e do futuro. Manoel e Dionísio participaram do bloqueio da MG 401, e conforme o último, as consequências foram positivas:

lá teve bastante gente, graças a Deus as coisas deu muito certo e nós foi bastante aplaudido, porque nós tava dentro de um direito de fazer o

²¹⁶ Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais.

²¹⁷ Jornal Mais Tempo Notícias. 36^a edição, Agosto de 2013, p. 03.

protesto. Nós fizemo o pedido e levô pra Integração (Ministério da Integração Nacional) e agora veio o resultado, do K-1 veio o resultado: nós vai ficar doze mês sem pagar o K-1. Mas só que doze mês é pouco, porque cê vai ficar os doze mês e quando passar esse tempo cê tem que tornar pagar, então nós fez o pedido de novo, porque se nós for pagar direto o K-1 é muito peso pra nós, porque nós paga ele a seco e a água, pode ser com chuva pode ser com sol que nós tem que pagar ele direto, então é um absurdo, e o povo num tá querendo pagar, num é que nós num quer, é porque num tá podendo, a renda nossa aqui é pouca, e se for pagar esse tanto de coisa ninguém aguenta.²¹⁸

Ao mesmo tempo em que comemora os resultados obtidos, Dionísio não se satisfaz ou se acomoda, se mobilizando para conseguir a inserção total e definitiva da taxa de ressarcimento pelo investimento público, justificando ser impossível aos pequenos produtores arcarem com todas as contas cobradas pela CODEVASF.

Os trabalhadores rurais têm criado diversas formas de lutas sociais no enfrentamento à política agrária posta em prática pelo Estado brasileiro que vem contribuindo para a marginalização e exclusão do homem do campo. Fazer abaixo-assinados, criar fóruns, bloquear estradas e ocupar espaços são ações dos trabalhadores as quais estão na base para a criação de uma política de assentamentos rurais que reverta a situação de carência que marca o campo na atualidade.

De forma gradativa as propostas e reivindicações elaboradas pelos colonos vão sendo colocadas em prática pelo poder público, como descrito na reportagem abaixo:

Com previsão de investimentos da ordem de R\$ 30 milhões em obras de revitalização, a partir do segundo semestre deste ano, o Projeto Jaíba, no Norte de Minas, receberá a pavimentação de algumas das principais estradas que cortam o maior perímetro de irrigação da América Latina. O asfaltamento de 33,4 quilômetros de estradas atende a uma antiga reivindicação de produtores rurais e empresários. (27 de julho de 2013)²¹⁹

As obras anunciadas foram bem recebidas pelos agricultores familiares que esperam que elas “saiam do papel”. As lutas sociais traduzem um terreno dinâmico e contraditório de interesses que envolvem Estado, capital e trabalhadores. Nesse processo, entendemos as políticas públicas como espaços que revelam disputas por

²¹⁸ Dionísio Ferreira dos Santos. Entrevista realizada no dia 26/09/2013.

²¹⁹<http://liberdadejaiba.com.br/index.php/noticias-regionais/275-jaiba-recebera-r-30-milhoes-em-investimentos-para-infraestrutura.html>

direitos e não meramente como ações isoladas e independentes do governo em prol dos mais necessitados.

No que diz respeito ao principal entrave na vida produtiva dos colonos, os custos de irrigação, recentemente foi disponibilizado para eles um programa que contribui para a diminuição das taxas de irrigação, de acordo com o que informa a reportagem a seguir:

O sistema de irrigação do Projeto Jaíba está sendo atualizado graças a uma solicitação do governo à CEMIG. Estão sendo contemplados com a atualização 1.044 colonos. A obra trará como benefício a economia de energia elétrica em 73%, bem como a diminuição de gastos com a água que chegam a 43%.²²⁰

O Projeto de Eficiência Energética (PEE) coordenado pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) está em fase de implantação tendo como objetivo a diminuição dos valores das taxas de irrigação através do uso do relógio noturno.²²¹ Até meados de 2013, foram implantados 84 sistemas de irrigação do PEE como projetos piloto, sendo a meta irrigar todos os 1.828 lotes familiares.

Na projeção dos órgãos responsáveis pela instalação do relógio noturno, os novos sistemas deverão aumentar a eficiência do sistema de irrigação, reduzir os custos de manutenção do lote e liberar o uso de mão de obra familiar para que se dediquem a outras atividades.

A melhoria relativa de algumas áreas no projeto Jaíba não se torna pressuposto para acomodação. A eficácia das políticas públicas para a agricultura familiar será maior a partir do momento em que as ações forem realizadas de forma participativa, contínua e permanente, indicando a possibilidade de todos integrarem o desenvolvimento rural.

O ceder, incorporar, negociar e resistir são momentos vividos tanto pela classe dominante como pela popular que mostra um jogo de forças que, mesmo desigual para o lado dos últimos, faz emergir projetos alternativos de sociedade ao mesmo tempo em que reforça a presença, atuação e visibilidade política de outros atores nos rumos da história.

²²⁰ Jornal norte-mineiro. Ano I, 8^a edição, Junho de 2010, p. 03.

²²¹ Com o relógio noturno, procura-se a gradativa substituição e readequação dos sistemas para uso mais racional e eficaz da água através da irrigação em horários programados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu visualizar o projeto Jaíba pela vida dos seus moradores/trabalhadores, emergindo um espaço múltiplo e dinâmico, construído socialmente em meio a desafios e expectativas de cada sujeito. Abrir mão de conceitos e visões já prontas para entrar na seara de pesquisas, análise e interpretação de linguagens diversas e vidas em movimento foi um desafio enorme, não maior do que a satisfação de ter conseguido chegar a essas considerações finais.

A tarefa empreendida de avançar em relação às análises sistêmicas e quantitativas que propagam o projeto Jaíba como personagem que paira sobre a realidade, sem especificar e compreender as relações sociais existentes, foi realizada com o objetivo de destacar os modos de vida e de luta dos pequenos produtores rurais ao longo do processo social vivido.

Para além de criar um discurso de vitimização dos pobres, descrevendo apenas perdas e frustrações que são inerentes a sua condição social, este trabalho buscou compreendê-los como seres ativos que resistem e negociam com o sistema. Buscamos transmiti-los como sujeitos que fazem opções, incorporam valores e transformam dificuldades em oportunidades de sobrevivência.

Na busca por compreender os sujeitos através de suas vivências, procuramos visualizá-los na constituição da história. Uma história incompleta em que a realidade social se mostra aberta, possuindo um leque infinito de atuação e construção por meio das pressões e contrapressões que fazem parte da correlação de forças, interesses e valores que estão em jogo na sociedade.

Através das experiências dos colonos foi possível abranger a análise histórica para problemáticas maiores ligadas à política agrária nacional voltada para assentamentos rurais, especificamente para os localizados em perímetros irrigados. As narrativas e realidade dos trabalhadores rurais do projeto Jaíba revelaram um descompasso em relação ao discurso oficial.

Para superação das dificuldades, os entrevistados lançam mão de diferentes recursos, instrumentos e manobras, de forma individual ou coletiva, se movimentando dentro e fora do lote agrícola à procura de “brechas” e “janelas” no interior do sistema econômico e político dominante.

Nestas movimentações, as identidades são desfeitas, projetos são reordenados, tradições rejeitadas, ao mesmo tempo em que valores emergem e sonhos são construídos, em um processo que se torna um constante desafio para o pesquisador compreender a cultura dos sujeitos. A cultura se apresenta de maneira plural e instável que atravessa todas as dimensões da vida humana, sendo impossível entendê-la como isolada, presa ou refém da infraestrutura.

Ao transformarem a terra em “chão político”, os pequenos produtores rurais desenvolvem atividades que vão desde a diversificação das atividades produtivas, agrícolas ou não agrícolas, passando pelo ingresso em associações e chegando até ações mais enérgicas que questionam a forma de gestão e fiscalização das entidades representativas do projeto Jaíba.

São relações sociais e políticas construídas em meio a conflitos e contradições em que as evidências pesquisadas se afastam de teorias que compreendem os trabalhadores como classe em integração e harmonia permanente.

Embora a agricultura familiar seja um setor econômico onde terra, trabalho e família estejam intimamente relacionados, esta é uma noção muito genérica que não leva em consideração a heterogeneidade dos grupos e seus diferentes princípios. A classe, no sentido de unidade e homogeneidade, transforma-se mais em uma ambição dos intelectuais que não está de acordo com a realidade vivida pelos trabalhadores.

A contemporaneidade faz com que as relações sociais sejam cada vez mais efêmeras, sofrendo constantes mutações. Os sonhos, desafios, tradições, costumes e experiências são feitas e desfeitas, mostrando que na modernidade a identidade nunca é unificada, sendo cada vez mais fragmentadas e fraturadas estando sujeita a uma historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.²²²

Neste turbilhão de modificações impostas pela modernidade e racionalidade capitalista, a percepção simbólica e cultural da terra vai disputando com uma avaliação que a comprehende estritamente pelo seu valor econômico em que as pessoas não têm mais tempo/interesse de visitar vizinhos, parentes ou manter relações cordiais ou de solidariedade.

²²² HALL, Sturt. “**Quem precisa de identidade?**”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, pp 109-133, p. 108.

A consequência dessas transformações no campo se apresenta como o seu algoz. A condição de pobreza e carência social comum aos trabalhadores rurais contribui para que eles se organizem social e politicamente tencionando o poder instituído no objetivo de participarem e construírem um novo modelo de desenvolvimento rural.

Todas estas questões ligadas ao mundo dos trabalhadores contribuíram para que certezas e hipóteses previamente formuladas desaparecessem ao longo da pesquisa. Surgiu então uma dissertação empreendida na busca dos sentidos e significados que os sujeitos atribuem ao processo social por eles vivido nas disputas por espaço, cidadania e direitos que historicamente vêm sendo negados aos pobres.

Estas considerações não são finais no sentido de fechar o debate sobre o tema aqui proposto. Entendemos que o conhecimento histórico é sempre provisório, seletivo, incompleto e limitado. Acreditamos apenas ter dado uma contribuição para entender o projeto Jaíba ao utilizar problemáticas, abordagens e fontes diferentes daquelas até então usadas em outros estudos.

Espero que esta pesquisa possa abrir novos caminhos para entender o projeto Jaíba através das relações sociais estabelecidas, contribuindo para a valorização dos sujeitos e elaboração de políticas públicas que atendam às reais necessidades do homem do campo. Acreditamos que o desenvolvimento rural é uma ação política que envolve a participação dos agricultores familiares através de seus conhecimentos e experiências e não como fruto de competitividade, individualismo, imediatismo e busca voraz pelo lucro no qual o Estado se isenta de toda e qualquer responsabilidade.

FONTES

01) Jornais de Jaíba

Jornal Folha de Jaíba. Ano II, nº 13, 2^a quinzena de maio de 1993.

Jornal Folha de Jaíba. Ano III, nº 33, 2^a quinzena de abril de 1994.

Jornal Folha de Jaíba. Ano IV, nº 61, 2^a quinzena de agosto de 1995.

Jornal Folha de Jaíba. Ano V, nº 69, 2^a Quinzena de fevereiro de 1996.

Jornal Folha de Jaíba. Ano V, nº 71, 2^a quinzena de abril de 1996.

Jornal Folha de Jaíba. Ano V, nº 79, 2^a quinzena de Dezembro de 1996.

Jornal Folha de Jaíba. Ano VI, nº 85, 2^a quinzena de agosto de 1997.

Jornal Folha de Jaíba. Ano VI, nº 87, 2^a quinzena de Novembro de 1997.

02) Jornais Regionais

Jornal norte-mineiro. Ano I, 8^a edição, Junho de 2010.

Jornal da Serra Geral. Ano XIV, nº 1.124, 14 de maio de 2011.

Jornal Mais Tempo Notícias. 36^a edição, Agosto de 2013.

03) Jornais Nacionais

Jornal da CONTAG. Ano VII, nº 65 (edição especial). Janeiro de 2010.

Jornal da CONTAG. Ano IX, nº IX, agosto de 2013.

04) Meios Eletrônicos

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=313505&search=minas-gerais|jaiba|infograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria>

www.conab.gov.br

[www.g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/10/seca-leva-124-municpios-mineiros-decretar-estado-de-emergencia.html.](http://www.g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/10/seca-leva-124-municpios-mineiros-decretar-estado-de-emergencia.html)

www.jaiba.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=359:prefeitura-inaugura-quadra-de-esportes-no-nos2-projeto-jaiba&catid=85:noticias-do-esporte&Itemid=130

www.liberdadejaiba.com.br/index.php/noticias-regionais/275-jaiba-recebera-r-30-milhoes-em-investimentos-para-infraestrutura.html

www.mda.gov.br/portal/saf/institucional/pergunta%26resposta

www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa

www.mda.gov.br/portal/saf/programas/maisalimentos.

<http://www.projetojaiba.com.br/index.php/mapas>

www.ruralminas.mg.gov.br/jaiba

www.portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa/2273859

www.vermelho.org.br.

<http://www.youtube.com/watch?v=TzaiZ6d1TDI>

05) Relatórios

CODEVASF, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Alto Parnaíba. **Relatório dos Impactos Ambientais (RIMA)**, Outubro de 1998.

Fórum de Desenvolvimento Regional. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais- CAA, 2000.

06) Mapas

Mapa 1: Localização do município de Jaíba no Estado de Minas Gerais

Mapa 2: Localização do projeto Jaíba

07) Figuras

Figura 01: Layout Geral do projeto Jaíba

Figura 02: Fotografia dos primeiros anos dos colonos no projeto Jaíba

Figura 03: Helenice e família em meio à lavoura

Figura 04: Habitação da família de Helenice nos primeiros anos no Projeto Jaíba

Figura 05: Carta enviada pelo DIJ aos colonos

Figura 06: Documento informativo distribuído pelo DIJ aos colonos

Figura 07: Ata de reunião do dia 05 de Julho de 2005 da Associação das Mulheres Unidas da Área A

Figura 08: Modalidades do PAA

Figura 09: Rede de relações sociais e políticas dos agricultores familiares do projeto Jaíba

08) Entrevistados

Adelmar Ramos Novais, natural de Pedra Azul, 70 anos, casado, pai de três filhos. Pequeno produtor rural e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaíba desde 1997. A entrevista foi realizada na sede do sindicato no dia 26 de setembro de 2013.

Agenor Ribeiro da Silva, natural de Pai Pedro, 48 anos, casado, pai de um filho. Trabalha como agricultor familiar junto com outros dois irmãos no lote agrícola da família. A entrevista aconteceu em sua residência no dia 26 de junho de 2012.

Deusdete Bispo, natural de Salinas, 56 anos, casado, pai de quatro filhos. Trabalha como agricultor familiar. A entrevista foi realizada em sua residência no projeto Jaíba no dia 15 de julho de 2012.

Dionísio Ferreira dos Santos, natural de Janaúba, 55 anos, casado, pai de oito filhos. Trabalha como agricultor familiar. A entrevista foi realizada em sua residência no projeto Jaíba no dia 26 de setembro de 2013.

Elias Mendes Pereira, natural de Janaúba, 61 anos, casado, pai de quatro filhos. Em seu lote ele desenvolve atividades de pecuária leiteira e agricultura irrigada. Dialogamos duas vezes, sendo a última entrevista realizada no dia 13 de outubro de 2012.

Fábio José de Souza, natural de Janaúba, 44 anos, casado, pai de um filho. Planta maracujá em seu lote e entrega a semente para uma empresa parceira desde 2012. A entrevista foi realizada em sua residência no projeto Jaíba no dia 25 de junho de 2012.

Floripes Esmerinda Dourados, natural de Manga, 65 anos, casada, mãe de três filhos. Sobrevive de sua aposentadoria e planta alguns alimentos no lote para o sustento da família. A entrevista foi realizada em sua residência no projeto Jaíba no 25 de junho de 2012.

Gerci Gonçalves de Almeida, natural de Porteirinha, 61 anos, viúva, mãe de oito filhos. Vive da aposentadoria e do dinheiro que recebe pelo arrendamento do lote. A entrevista foi realizada em sua residência no projeto Jaíba no dia 26 de junho de 2012.

Helena Soares Coutinho, natural de Mamonas, 46 anos, casada, mãe de quatro filhos. Arrendou a metade do seu lote e trabalha com o marido nos hectares restantes. A entrevista foi realizada em sua residência no projeto Jaíba no dia 26 de junho de 2012.

Helenice dos Reis Lobato, natural de Varzelândia, 56 anos, casada e mãe de seis filhos. Trabalha como agricultora familiar. Integra o conselho da Polícia Militar no NHI (povoado do projeto Jaíba) e uma associação de sua gleba. Realizei três entrevistas com Helenice, sendo a última no dia 13 de outubro de 2012.

Joaquim Martins de Oliveira, natural de Monte Azul, 50 anos, casado, pai de seis filhos. Arrendou metade do lote e na outra parte trabalha como agricultor familiar. Possui uma pequena marcenaria no fundo de sua casa para complementar a renda da família. A entrevista foi realizada em sua residência no projeto Jaíba no dia 15 de junho de 2012.

Maria Ilza da Silva, natural de Mato Verde, 60 anos, casada, mãe de três filhos. Agricultora familiar. É filiada e foi a primeira tesoureira da Associação das Mulheres Unidas da Área A. A entrevista foi realizada em sua residência no projeto Jaíba no dia 26 de junho de 2012.

Manoel Borges Pinto, natural de Porteirinha, 62 anos, casado e pais de dois filhos. Trabalha como agricultor familiar. A entrevista foi realizada em sua residência no projeto Jaíba no dia 26 de setembro de 2013.

Oleriano Antunes de Souza, natural de Gameleiras, 67 anos, casado pai de oito filhos. Trabalha como agricultor familiar. Conversei com Oleriano em três ocasiões, sendo a última entrevista realizada em sua residência no projeto Jaíba no dia 25 de junho de 2012.

Sônia Borges Costa, natural de Miravânia, 33 anos, casada, mãe de dois filhos. Ajuda o pai na marcenaria e o marido na lavoura. A entrevista aconteceu em sua residência no dia 15 de julho de 2012.

Valdomira Inácia de Souza, natural de Manga, 60 anos, casada e mãe de três filhos. Agricultora familiar. Participa da Associação das Mulheres Unidas da Área A. A última entrevista foi realizada em sua residência no projeto Jaíba no dia 26 de setembro de 2013.

Vandis Veríssimo, natural da cidade de Janaúba, 47 anos, casado, pai de três filhos. Trabalha como agricultor familiar e foi presidente da Associação dos Agricultores Familiares do Sistema III(ADAFS III) durante dois mandatos. A entrevista foi realizada em sua residência no projeto Jaíba no dia 26 de setembro de 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “cada um tem um sonho diferente”: histórias e narrativas dos trabalhadores no movimento de luta pela terra. In: MACIEL, Laura Antunes (*et all*).

Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d’água, 2006.

ALMEIDA, Paulo Roberto de, KHOURY, Yara Aun. **História Oral e Memória:** Entrevista com Alessandro Portelli. In: Revista História e Perspectivas, nº 25/26. Uberlândia\MG. Universidade Federal de Uberlândia. Cursos de História e Programa de Mestrado em História, 2002.

AMARAL, Rosa Carolina. **Impacto da implantação de perímetros irrigados na qualidade das águas superficiais da porção mineira do médio São Francisco.** 124 Fls. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos). Belo Horizonte: UFMG, 2012.

ARAÚJO, Thiago Carvalho Alves de; GODRIM, Mariluza Dias; SOUZA, Vanderley Soares. **A organização social da agricultura familiar no projeto Jaíba-MG como desafio para o desenvolvimento local sustentável.** Anais do XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Paraná: Londrina, 2007.

CALVO, Célia Rocha; CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Trabalho e Movimentos Sociais: histórias, memórias e produção historiográfica.** In: CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz. (Orgs.). Uberlândia: EDUFU, 2005.

CARDOSO, José Maria. **A região Norte de Minas Gerais:** um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de, RODRIGUES, Luciene (Orgs).Montes Claros: UNIMONTES, 2000.

CARDOSO, Heloísa Helena. **Trabalhadores e movimentos sociais:** debates na produção contemporânea. In: Trabalho e trabalhadores na contemporaneidade: Diálogos historiográficos. Cascavel: Edunioeste, 2011.

COSTA, Cynara Geane Ruas. **A importância do projeto Jaíba para aumento da produção agrícola** (1988 à 1997). 71 Fls. Monografia (Bacharel em Ciências econômicas). Universidade Estadual de Montes Claros, 1998.

CRUZ, Heloisa de Faria, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. In: Revista Projeto História: PUC-SP. São Paulo, nº. 35, 2007.

DUARTE, Simona Viana, TAVARES, Mauro Calixta. **Sistema de produção de produtos agrícolas: facilidades e dificuldades de escoamento da produção– Um estudo de caso do Projeto Jaíba**. Unimontes Científica. Revista da Universidade Estadual de Montes Claros-Vol.2, nº 2. Montes Claros: UNIMONTES, 2001.

EBOLI, Maria Giuseppina. **Agricultura multifuncional y ruralidad**. In: Revista História e Perspectiva, nº 41. Jul\dez, 2009. Uberlândia\MG. Universidade Federal de Uberlândia.

FENELON, Déa Ribeiro. Apresentação. In: MACIEL, Laura Antunes, ALMEIDA, Paulo Roberto de, KHOURY, Yara Aun. (Orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'água, 2006.

_____ **Cultura e história social: Historiografia e pesquisa**. In: Revista Projeto História: PUC-SP, São Paulo, nº 10, 1993.

FORTES, Alexandre. “**Miríades por toda a eternidade**”. A atualidade de E.P. Thompson. In: Tempo Social. Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo. v.18, nº 1. Junho de 2006, pp. 197-215.

GOMES, Nilcéia Moraleida. **Estado, capital e colonização na fronteira agrícola mineira**. Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de mestrado), 1983.

HALL, Stuart. HALL, Sturt. “**Quem precisa de identidade?**”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, pp 109-133.

_____**Notas sobre a desconstrução do “popular”.** In: SOVICK, Liv (Org.). Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

KHOURY, Yara Aun. **Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores.** In: Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel, Paraná: Edunioeste, 2009.

_____**Muitas Memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história.** In: Fenelon, Déa Ribeiro; Maciel, Laura Antunes; (*et all*) **Muitas memórias, outras histórias.** São Paulo: Olho d’água, 2005.

_____**Narrativas orais na investigação da história social.** In: Revista Projeto História: PUC-SP. São Paulo, nº 22, 2001.

LANGARO, Jiani Fernando. **Para além de pioneiros e forasteiros:** Outras histórias do Oeste do Paraná. 277 Fls. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2006.

LEITE, Valéria de Jesus. **Os fios da vida:** Memórias e lutas de trabalhadores têxteis em Montes Claros/MG (1975-2008). 152 Fls. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2010.

MAIA, Antônio Maria Claret (org). **Uma realidade chamada Ruralminas.** Belo Horizonte: Ruralminas, 2007.

MARTINS, Simone. **Análise da implantação da Política Nacional de Irrigação no Norte de Minas: o caso do projeto Jaíba.** 215 Fls. (Dissertação) Mestrado em Administração. Universidade Federal de Viçosa, 2008.

MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania.** In: Revista Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, 1996.

MORAES JÚNIOR, A.R. **Avaliação econômica do Projeto Jaíba: Etapa I.** Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 1997.

MOREIRA Roberto José. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

MOURA, Auricharme Cardoso de. **Projeto Jaíba: a serviço de quem?** 61 Fls (Monografia). Universidade Estadual de Montes Claros, Campus São Francisco, 2010.

MÜLLER, Ana Luiza. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil:** O caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). 132 Fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2007.

NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e Agricultura no Brasil:** política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980). São Paulo: Hucitec, 1997. (Coleção Estudos Históricos).

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região:** o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 351 Fls. Tese (doutorado em Geografia). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia-UFU, 2007.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital:** o regionalismo político norte-mineiro. 242 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação:** agricultura familiar, sindicalismo e política. 289 Fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

PORTELLI, Alessandro. **Forma e Significado na História Oral:** A pesquisa como um experimento em igualdade. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-

Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, nº 14, p. 1-279, Fevereiro\97.

_____ O massacre de Civitella Val diChiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO Janaína. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8^a ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____ “**O momento da minha vida**”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; (*et all*) **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’água, 2005.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Brasília. Metas e Bases para a Ação do Governo, 1970-1973.

RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba**. Uma interpretação: 1970-1996. 337 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. **Da produção de subsistência à agricultura moderna: Socialização e preparação para o trabalho no Projeto Jaíba**. 226 Fls. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

SANTOS, Kleber Carvalho dos. **Heterogeneidade nas estratégias de sustento: a experiência da intervenção planejada na Etapa I do projeto Jaíba, Minas Gerais**. 311 Fls. Tese (Doutorado em ciências econômicas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Rio Grande do Sul, 2013.

SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias**. Ensaios Latino-americanos 2. São Paulo: Edusp, 1997.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 470 Fls. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia/IFCH, Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio, MATTEI, Lauro, CAZELLA, Ademir Antônio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. In: SCHNEIDER, Sérgio, KUNRATH, Marcelo, MARQUES, Paulo Moruzzi (orgs). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SILVA, Amanda Cristina da. **Dilemas da agricultura familiar no projeto Jaíba**, M.G. 89 Fls. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)- Universidade Federal de Viçosa: Viçosa, 2006.

SILVA, José Graziliano da. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____ **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil: Zahar Editores, 1982.

SILVA, Renata Rastrelo e. **Proprietários do distrito de Martinésia (Uberlândia-MG)**: Viver e permanecer no campo-1964-2005. 148 Fls. Dissertação (Mestrado em História Social)- Instituto de História, UFU/Uberlândia, 2007.

SILVÉRIO, Leandra Domingues. **Assentamento Emiliano Zapata**: trajetórias de lutas de trabalhadores na construção do MST em Uberlândia e Triângulo Mineiro (1990-2005). 194 Fls. Dissertação (Mestrado em História Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2006.

SOARES, C.C. **O caráter social e as perspectivas de adaptação da pequena produção inserida em projetos de concepção técnica**: o caso do Projeto Jaíba. 114 Fls. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 1999.

THOMPSON, Edwar Palmer. Prefácio. **A formação da classe operária inglesa**: árvore da liberdade. 4^a ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, v. 1, 1987.

_____ **A formação da classe operária inglesa.** Vol. II. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

_____ **A miséria da Teoria ou um planetário de erros:** Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____ Algumas informações sobre classe e “falsa consciência”. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas, SP: UNICAMP, 2001, p. 269-281.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória:** questões sobre a relação história oral e memórias. In: Projeto História. São Paulo. nº 15, abril de 1997.

WESZ, Valdemar. **As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar:** análise e avaliação da experiência brasileira. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro–UFRRJ, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1979.

_____ **O campo e a cidade:** na história e na literatura. São Paulo: Companhia das letras, 2011.